



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
CAMPUS SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

KEITY BARBOSA CARNEIRO

**JOVENS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE GÊNERO NO IFBA – *CAMPUS* SALVADOR**

Salvador
2023

KEITY BARBOSA CARNEIRO

**JOVENS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE GÊNERO NO IFBA – *CAMPUS* SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Salvador do Instituto Federal da Bahia como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Mariana Fernandes dos Santos

Salvador

2023

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS DO IFBA, COM OS
DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

C289 Carneiro, Keity Barbosa

Jovens mulheres na educação profissional e tecnológica: problematizações sobre gênero no IFBA - campus Salvador / Keity Barbosa Carneiro; orientadora prof^a. Dr^a. Mariana Fernandes dos Santos -- Salvador : IFBA, 2023.

136 p.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) -- Instituto Federal da Bahia, 2023.

1. Gênero. 2. Educação profissional. 3. Juventudes.
I. Santos, Prof^a. Dr^a. Mariana Fernandes dos, orient.
II. TÍTULO.

CDU 377



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
Rua Emídio dos Santos - Bairro Barbalho - CEP 40301-015 - Salvador - BA - www.portal.ifba.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**

**PROFEPT- PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

**JOVENS MULHERES NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA:
PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE GÊNERO NO IFBA-CAMPUS SALVADOR**

KEITY BARBOSA CARNEIRO

Orientadora: Prof.^a Dra. Mariana Fernandes dos Santos

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Mariana Fernandes dos Santos

Orientadora – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof.^a. Dr.^a. Luzia Matos Mota

Membra Interna – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof.^a. Dr.^a. Sonia Maria de Souza Brito

Membra Externa – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Prof.^a Dr.^a. Elane Nardotto Rios

Membra Externa – Instituto Federal da Bahia (IFBA)

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora em 28/07/2023

Em 27 de julho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **MARIANA FERNANDES DOS SANTOS, Professor Efetivo**, em 04/08/2023, às 20:59, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **ELANE NARDOTTO RIOS CABRAL, Professor(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT**, em 10/08/2023, às 07:15, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **SONIA MARIA DE SOUZA BRITO, Professor Efetivo**, em 11/08/2023, às 09:12, conforme decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **LUZIA MATOS MOTA, Professor Efetivo**, em 17/08/2023, às 23:18, conforme decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3029019** e o código CRC **6178CD48**.

A minha avó Jana *in memoriam*
Por ter me amado incondicionalmente em todos os momentos, por ter sido a força em
todas as necessidades e a maior admiradora de todos os meus passos.

AGRADECIMENTOS

Tudo que faço em vida só é possível porque outras vieram antes de mim abrindo caminhos e com o mestrado não foi diferente. Falar de mulheres é falar de trajetórias compartilhadas, muitas vezes de dores, mas em outras tantas de sorrisos e, principalmente, de forças. Não houve um momento difícil sem a mão de uma mulher estendida. Também não houve nenhum momento de glória sem mãos femininas aplaudindo.

Sou grata a todas que passaram e que continuam passando por mim, levando marcas e deixando outras tantas.

Agradeço a minha família pelo apoio, representada aqui pela figura da minha mãe, Gessineide: uma mulher negra, resiliente e que repetiu para mim ao longo de muitos anos a importância de estudar e construir independência.

Agradeço às minhas amigas e meus amigos, meu aconchego na Terra, por todas as vezes que me acolheram. Represento-as aqui na figura de Marta França, uma mulher incrível e referência de sensibilidade. Sua preocupação genuína com a minha pesquisa e a disponibilidade em colaborar fizeram uma grande diferença.

Agradeço aos colegas de mestrado pelas partilhas e pela boa convivência durante o tempo em que estivemos juntos na turma de 2018. Represento-os aqui na figura de Elis Lopes: uma mulher dedicada e inteligente que além de ser parceira em todos os trabalhos acadêmicos, ainda foi parceira em todas as descontrações pós-aula pelas ruas de Salvador - essenciais para a permanência no curso.

Agradeço às colegas de trabalho pelas compreensões dos processos em que eu vivia no mestrado e apoiando sempre que possível: represento-as aqui pelas mulheres da COTEP do campus Feira de Santana, um ambiente de trabalho onde foi possível ser reconhecida, apoiada e amada.

Agradeço à banca de qualificação pelas dicas valiosas e represento-a nas figuras de Sônia Brito e Elane Nardotto, que através das suas produções acadêmicas me emprestaram olhos para ver o mundo das mulheres.

Agradeço à banca de validação do produto educacional pela imediata disponibilidade e pela contribuição tão valiosa. Paula Viêlmo, Caliane Conceição e Bianca Nascimento: obrigada pelo olhar atento e feminista.

Agradeço à banca de defesa da dissertação e represento-a na figura de Luzia Mota: a primeira e mais marcante professora do PROFEPT, aquela que fez questão de nos lembrar a todo tempo que esse mestrado é muito contra-hegemônico.

Por fim, agradeço à professora doutora Mariana Fernandes dos Santos pela orientação do trabalho. Uma intelectual negra, docente comprometida com a instituição onde trabalha e com lutas de seu povo. Ela que também é Mari, a Ori, produtora de muitos áudios de orientação para o mestrado e para a vida, acolhedora dos meus momentos de desespero e, sem ela, nenhuma destas páginas estariam chegando ao público neste momento. Mari, muito obrigada pela sustentação. Tudo aqui é por mim e por você.

*“Eu não me vejo na palavra
Fêmea, alvo de caça
Conformada vítima
Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar”*

(Canção “Triste, louca ou má
Composta por Juliana Strassacapa)

RESUMO

A presente dissertação é um relatório da pesquisa intitulada “Jovens mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: problematizações sobre gênero no IFBA – *Campus* Salvador” que tem como objetivo analisar a participação feminina nos cursos integrados do *campus* Salvador. A modalidade de pesquisa utilizada foi a de pesquisa bibliográfica e os dados foram levantados em legislações internas do Instituto, bem como produzidos por meio da Plataforma Nilo Peçanha e do Sistema Unificado de Administração Pública. O referencial teórico utilizado pautou-se em gênero, bases da educação profissional e concepções de juventude. As análises de dados utilizam elementos do referencial teórico, mas também trazem produções acadêmicas sobre estudantes, escritas por mulheres vinculadas ao IFBA. A construção do Produto Educacional culminou na produção de um curso aberto e na proposta de construção de um *e-book*. Os resultados apontam para a ausência das questões de gênero na maioria dos documentos institucionais e para a manutenção de tendências históricas de menor participação feminina nos cursos do Eixo de Controle e Processos Industriais.

Palavras-chave: Gênero. Educação profissional. Juventudes.

ABSTRACT

This dissertation is a research report entitled "Young Women in Professional and Technological Education: Gender Issues at IFBA - Campus Salvador," has the goal to analyze female participation in integrated courses at the *campus*. The search way used was bibliographic research, and the data were collected from internal regulations of the Institute, as well as generated through the Nilo Peçanha Platform and the Unified Public Administration System. The theoretical framework used was based on gender, professional education and conceptions of youth. Data analysis incorporates elements from the theoretical framework but also includes academic works about students written by women associated with IFBA. The development of the Educational Product resulted in the creation of an open course and a proposal for an e-book. The results indicate the absence of gender issues in most institutional documents and the continuation of historical trends of lower female participation in the Control and Industrial Processes Axis courses.

Keywords: Gender. Professional education. Youth.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Gráfico 1 – Número de matrículas no IFBA por sexo no período de 2017 a 2021..... | 67 |
| Figura 2 - Gráfico 2 – Número de matrículas no curso de Automação Industrial do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 68 |
| Figura 3 - Gráfico 3 – Número de matrículas no curso de Edificações do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 68 |
| Figura 4 - Gráfico 4 – Número de matrículas no curso de Eletrônica do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 69 |
| Figura 5 - Gráfico 5 – Número de matrículas no curso de Eletrotécnica do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 69 |
| Figura 6 - Gráfico 6 – Número de matrículas no curso de Geologia do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 70 |
| Figura 7 - Gráfico 7 – Número de matrículas no curso de Mecânica do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 70 |
| Figura 8 - Gráfico 8 – Número de matrículas no curso de Química do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 71 |
| Figura 9 - Gráfico 9 – Número de matrículas no curso de Refrigeração e Climatização do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021..... | 71 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Artigos Publicados na SCIELO..... | 20 |
| Tabela 2 – Dissertações do PPGNEIM..... | 26 |
| Tabela 3 – Teses do PPGNEIM..... | 27 |
| Tabela 4 – Busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES..... | 32 |
| Tabela 5 - Percentual do número de matrículas do sexo feminino no campus Salvador..... | 72 |
| Tabela 6 – Matrículas no curso de Mecânica em 2017..... | 75 |
| Tabela 7 – Matrículas no curso de Mecânica em 2018..... | 76 |
| Tabela 8 – Matrículas no curso de Mecânica em 2019..... | 77 |
| Tabela 9 – Matrículas no curso de Mecânica em 2020..... | 77 |
| Tabela 10 – Matrículas no curso de Mecânica em 2021..... | 78 |
| Tabela 11 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2017..... | 87 |
| Tabela 12 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2018..... | 88 |
| Tabela 13 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2019..... | 88 |
| Tabela 14 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2020..... | 89 |
| Tabela 15 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2021..... | 89 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNCT - Catálogo Nacional de Cursos Técnicos
CNS - Conselho Nacional de Saúde
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP – Conselho Superior do IFBA
EMI - Ensino Médio Integrado
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
EPTNM - Educação Profissional Técnica de Nível Médio
ETFBA - Escola Técnica Federal da Bahia
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
GFV - Grupo Focal Virtual
IA – Instituição Associada
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFBA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOOC - *Massive Open Online Course*
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE - Plano Nacional de Educação
PNP - Plataforma Nilo Peçanha
PPC - Projeto Pedagógico de Curso
PPGNEIM - Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
PPI - Projeto Político-Pedagógico Institucional
PROFEPT - Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica
SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
SINASEFE - Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional
SIS - Síntese de Indicadores Sociais
SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia
UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| 1. Começando a problematizar..... | 14 |
| 2. Pesquisando gênero e EPT..... | 19 |
| 2.1 Artigos de periódicos publicados na Scientific Electronic Library Online/SCIELO... 19 | |
| 2.2 Produções em nível de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na Bahia..... | 25 |
| 2.2.1 Universidades federais..... | 25 |
| 2.2.2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia..... | 31 |
| 3. Reconhecendo os conhecimentos socialmente produzidos em Gênero, Juventude, Educação e Mundo do Trabalho..... | 33 |
| 3.1 Juventude, gênero e o mundo do trabalho..... | 34 |
| 3.2 Gênero e Educação Profissional e Tecnológica..... | 40 |
| 4. Trilhando os Caminhos Metodológicos..... | 47 |
| 4.1 Identificando, produzindo e analisando dados..... | 49 |
| 5. Buscando a presença do gênero nos documentos institucionais do IFBA..... | 52 |
| 5.1 Projeto Político-Pedagógico Institucional..... | 52 |
| 5.2 Plano de Desenvolvimento Institucional..... | 55 |
| 5.3 Plano Decenal de Arte e Cultura do IFBA e Política de Arte e Cultura do IFBA..... | 57 |
| 5.4 Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA..... | 58 |
| 5.5 Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral..... | 61 |
| Assédio na Mídia..... | 64 |
| 6. Refletindo sobre atravessamentos de gênero na instituição..... | 66 |
| 6.1 O machismo cotidiano..... | 66 |
| 6.2 As diversas opressões sofridas simultaneamente pelas estudantes..... | 80 |
| 6.3 As lacunas da Formação Docente..... | 84 |
| 6.4 As Juventudes no IFBA..... | 87 |
| 7. Construindo o Produto Educacional..... | 93 |
| 7.1 Curso - O Que Querem As Mulheres Na Educação Profissional?..... | 95 |
| 7.2 <i>E-book</i> - Escrevivências De Jovens Mulheres Da Educação Profissional..... | 97 |
| 8. Ensaando algumas conclusões | 98 |
| 9. Referências..... | 100 |
| Apêndices..... | 107 |
| Apêndice A – Produto Educacional..... | 108 |
| Apêndice B – Instrumento de Validação do Produto Educacional..... | 133 |
| Apêndice C – Respostas da Banca de Validação do Produto Educacional..... | 135 |

1. COMEÇANDO A PROBLEMATIZAR

Estudar a questão de gênero no Brasil implica considerar um grande panorama de desigualdades sociais que ainda impõe entraves à equiparação de oportunidades entre mulheres e homens, especialmente ao tratarmos sobre as mulheres jovens.

De acordo com o último Censo Demográfico publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / IBGE, o CENSO 2022, a população brasileira conta com discreta maioria feminina, sendo 104.548.325 mulheres e 98.532.431 homens; em termos percentuais, mulheres constituem 51,5% da população (IBGE, 2022). Na Bahia, os números mantêm proporção similar, contando com 51,66% de população feminina.

Portanto, é perceptível que em termos numéricos temos um aparente equilíbrio no quantitativo de homens e mulheres. No entanto, a análise dos indicadores sociais revela o abismo que ainda existe quando se trata da plena participação na vida em sociedade e no acesso a direitos.

A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho permanece aquém da dos homens, mesmo considerando a sua maior escolaridade. Em publicação anterior do IBGE, encontra-se que a maior escolaridade das mulheres não impulsiona de forma suficiente a sua participação na força de trabalho, refletindo a dificuldade em ingressar no mercado, bem como em manter-se nele. Dois aspectos importantes são destacados: “As desigualdades entre os sexos são atribuídas tanto a práticas discriminatórias no mercado de trabalho (WORLD, 2017), quanto à divisão por gênero das atividades de afazeres domésticos e cuidados.” (IBGE, 2018, p. 33).

A questão dos afazeres domésticos é uma característica indispensável para pensar a desigualdade de gênero, pois a construção social que atribui o cuidado com casa, filhos e parentes à população feminina atravessa e molda diversas esferas da vida da mulher, colocando-lhe num lugar de associação ao ambiente privado, adequando-a a uma participação sempre mais restrita nos espaços públicos.

Esse trabalho não-remunerado impacta na educação das mulheres. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua publicada pelo IBGE em 2023 identifica os motivos pelos quais pessoas com, no máximo, o ensino superior incompleto não frequentavam escola, cursos da educação profissional ou pré-vestibular e traz:

Levando-se em consideração a faixa de 15 a 29 anos com no máximo o

ensino médio incompleto, percebeu-se que, entre os homens, a principal motivação foi a necessidade de trabalhar (58,6%). Já entre as mulheres, este motivo foi escolhido por 27,4%. O motivo prevalente entre as mulheres, no entanto, foi a necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidado de pessoas, com 36,3%.

Vale destacar o percentual significativo de pessoas que não tinham interesse em estudar: 26,0% entre os homens e 19,8% entre as mulheres; 23,8% dentre as pessoas brancas e 19,8% dentre as pretas ou pardas. Para o grupo de 15 a 29 anos com ensino médio completo ou curso superior incompleto, a necessidade de trabalhar foi o motivo prevalente em todas as subdivisões, com destaque para 54,9% dos homens e 47,6% das pessoas brancas. O segundo motivo mais frequente foi por já ter concluído o nível de estudo que desejava: 15,4% dos homens e 15,7% das pessoas de cor branca. Falta de interesse em estudar e a falta de dinheiro para pagar as despesas foram o terceiro e quarto motivos mais citados: 11,3% e 9,8% respectivamente. Já 14,0% das mulheres apontaram a necessidade de realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas, número muito superior ao dos homens, 0,3% (IBGE, 2023, p.13).

Neste ponto, é importante refletir sobre como a entrada das mulheres no mercado de trabalho acontece concomitantemente com a manutenção das tarefas tradicionalmente consideradas como femininas. Ao avançar para a vida pública, ainda se espera que as mulheres mantenham a vida privada funcionando tal qual suas ancestrais faziam. Trata-se de uma balança pouco equilibrável e que demanda uma exaustão para ser sustentada. Rosiska Darcy de Oliveira (2012) explana:

As mulheres tentaram a passagem da fronteira do mundo dos homens, arrastando, escondidas, as raízes plantadas em casa. Adotaram estilos de vida masculinos sem que os homens se feminizassem. Assim ficaram, entre dois mundos, compatibilizando estilos de vida e modos de comunicação diferentes, recebendo da sociedade uma ordem esquizofrenizante: seja homem e seja mulher. E foi assim que o sonho de igualdade tropeçou no impossível (OLIVEIRA, 2012, p. 13).

A autora destaca que os homens puderam avançar em seus objetivos na sociedade, mantendo-se como eles mesmos e impondo os seus padrões de existência como a referência. Enquanto isso, as mulheres foram atravessadas pela necessidade de se masculinizar para alcançar lugares até então inviabilizados, mas não puderam renunciar a lugares diametralmente opostos já conformados socialmente.

Quanto às práticas discriminatórias no mercado de trabalho, elas começam antes de um registro formal, assim como, remunerado. A presente pesquisadora atua como pedagoga no Instituto Federal da Bahia e, estando em contato direto com estudantes no campus Feira de Santana de 2017 a 2023, observou empiricamente a dificuldade das estudantes em conseguirem vagas de estágio para conclusão dos cursos técnicos.

Neste momento, há um ponto crucial de implicação na pesquisa. Ser feminista é parte importante da minha trajetória de vida, um marco fundamental no rompimento com estruturas sociais que tentaram me conformar num lugar de subalternidade em relação aos homens. O meu posicionamento no mundo é comprometido com os direitos das mulheres e tal defesa transversaliza desde o passado de militância política até às relações de afeto do cotidiano, do trato profissional com as estudantes ao comprometimento acadêmico. Assim, não há como ignorar uma situação de opressão e desvalorização feminina tão evidente, sem, ao menos, transformá-la em subsídio para reflexão e produção do conhecimento.

Aqui me identifico com Elane Nardotto Rios no livro *Ser Sentir (Des)Construir Mulher*:

As mulheres que se colocam como feministas, em linhas gerais, lutam pelos direitos das mulheres e por políticas públicas que garantam a igualdade e liberdade de gênero, desde o direito ao voto até o direito de andar pelas ruas e não ser violentada por um homem. Desse modo, não é uma luta pessoal contra “homens”, mas sim por um sistema político-histórico-social que em outrora e hoje considera que somente os homens têm o direito de ser-existir nas diferentes esferas: públicas e privadas (RIOS, 2020, p.80).

Voltando aos relatos das meninas do campus Feira de Santana, neles estão expressas suas desvantagens em processos seletivos quando comparadas aos meninos, visto que as empresas da área industrial tendem a selecionar currículos de candidatos do sexo masculino. O relato repete-se ano após ano, especialmente no curso de Eletrotécnica¹, e poucas ações institucionais são tomadas em busca de solucionar o problema. É notório que existem discussões importantes sobre gênero no âmbito da instituição, no entanto, elas não chegam a modificar as práticas de gestão nem compelir os gestores a enfrentarem situações como a descrita acima.

Ainda sobre o campo da indústria, é necessário aqui abrir parênteses: a maioria dos cursos do IFBA está distribuído no eixo tecnológico Controle e Processos Industriais, de acordo com a classificação da 4ª edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos/ CNCT (BRASIL,2020). Portanto, o quadro relatado acontece na maioria das turmas/séries/cursos, o que o torna ainda mais explícito. Assim, antes mesmo da conclusão da sua formação, as estudantes já encontram as barreiras que enfrentarão ao (tentar) ingressar formalmente no mundo do trabalho.

¹ Dentre as possíveis formas de oferta da educação profissional, é utilizada no presente estudo a forma integrada. Os cursos integrados articulam o Ensino Médio e a formação profissional em curso técnico. No campus Feira de Santana, existem o curso técnico em Eletrotécnica e o curso técnico em Edificações.

Diante do exposto, surge a justificativa para o presente estudo, decorrente da constatação dos inúmeros fatores que dificultam as trajetórias femininas na Educação Profissional: começam desde o acesso, na observação que as mulheres estão em número menor em determinados cursos, especialmente ao analisarmos aqueles com maior concorrência do Eixo de Controle e Processos Industriais. Posteriormente, ao ingressarem nos cursos, ainda enfrentam a discriminação nos processos seletivos de estágio como queixam-se as estudantes do campus Feira de Santana. Além disso, ainda se deparam com inúmeras situações de machismo escancarado como os descritos em reportagem do Jornal Correio, datada de 07 de agosto de 2021, na qual ex-estudantes relatam o currículo oculto que circulava - e ainda circula - pela instituição:

Ouviam que as 'atividades de forno', como os da indústria, não eram para elas. Uma professora disse que, enquanto estudante, em quatro anos no curso de Eletrotécnica, nunca chegou a fazer uma atividade de laboratório. Numa turma de 39 alunos, ela e a outra colega, as únicas mulheres, eram colocadas para fazer relatórios. (BORGES, 2021c).

Assim, pode-se definir o objeto do presente estudo como a participação das jovens mulheres que escolhem cursar a Educação Profissional no Instituto Federal da Bahia, tendo como questão de pesquisa: **Como acontece a participação feminina nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio no IFBA?** Espera-se que a pesquisa seja eficaz no desenho de estratégias junto à colaboração de estudantes, docentes, gestores e toda a comunidade para diminuir as desigualdades de gênero no âmbito do IFBA.

A pesquisa tem como **objetivo geral** analisar a participação feminina nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, do *campus* Salvador.

Foram traçados também alguns **objetivos específicos** para definir questões mais pontuais que contribuem para o alcance do objetivo geral:

- Identificar a relação de ingresso e permanência de estudantes mulheres nos cursos integrados no âmbito do IFBA – *campus* Salvador.
- Compreender como a discriminação da mulher na sociedade impacta as escolhas e participações profissionais femininas.
- Propor ações educativas que possibilitem novas escritas de si e leituras de mundo para as estudantes da educação profissional nos Institutos Federais.

A dissertação está estruturada em capítulos, de forma a propiciar um sequenciamento de ideias fluido e coeso. O capítulo 2 “Pesquisando gênero e EPT” traz um breve levantamento sobre as produções acadêmicas no campo do gênero na Educação Profissional, a partir de pesquisas em algumas bases de dados importantes. O capítulo 3 “Reconhecendo os conhecimentos socialmente produzidos em Gênero, Juventude, Educação e Mundo do Trabalho” explana os principais conceitos que serão adotados ao longo do estudo, a partir do embasamento nos referenciais teóricos explicitados. O Capítulo 4 “Trilhando os Caminhos Metodológicos” demonstra como a pesquisa está caracterizada do ponto de vista metodológico e como as buscas levaram aos resultados encontrados. O Capítulo 5 “Buscando a presença do gênero nos documentos institucionais do IFBA” inicia a análise dos dados a partir de documentos institucionais em vigência no IFBA, tentando identificar a presença das questões de gênero em seus textos. O Capítulo 6 “Refletindo sobre atravessamentos de gênero na vida da instituição” faz discursos importantes sobre o dia a dia do Instituto e apresenta gráficos e tabelas construídos pela pesquisadora para reflexões autorais sobre a participação feminina vistas também a partir dos olhares de outras produções acadêmicas. O Capítulo 7 “Construindo o Produto Educacional” relata como foi a construção do curso ofertado como produto educacional e detalha também a proposta de um *e-book* a ser efetivada posteriormente.

O Capítulo 8 “Ensaçando algumas conclusões” traz algumas observações construídas com o decorrer do estudo e as principais reflexões tecidas até então. O Capítulo não pretende esgotar as possibilidades sobre o tema, mas mantém-se em aberto para outras conclusões possíveis, assim como estão todos os outros: a escolha de títulos utilizando o tempo verbal no gerúndio para expressar reflexões contínuas, abertas a serem alteradas com o tempo e reconstruídas com a produção de novos conhecimentos e as mudanças na forma de ser mulher no mundo. E ainda, por compreender que a escrita, o processo de escritura é algo não acabado que se insere na incompletude do despertar, do interesse, da inquietude e do encantamento pela continuidade e pela busca de outros caminhos possíveis. Assim também se vê o processo de pesquisa científica.

2. PESQUISANDO GÊNERO E EPT

A presente pesquisa de mestrado parte de inquietações próprias da pesquisadora, mas é imprescindível o levantamento prévio das produções já realizadas sobre a temática até o presente momento, a fim de buscar lacunas que possam ser preenchidas com os conhecimentos a serem produzidos. Mantendo-se a perspectiva de partir dos dados globais e afunilar a investigação para os dados locais, seguem catalogadas produções relevantes encontradas em diversas fontes de pesquisa.

O capítulo busca levantar dados sobre a produção acadêmica que relaciona juventude e gênero na Educação Profissional e Tecnológica. Além disso, almeja encontrar textos teóricos cujas reflexões se debruçam sobre o IFBA, com a finalidade de produzir maior consistência nas análises realizadas ao longo da presente dissertação e contribuir com elementos novos para o panorama das relações de gênero no Instituto.

2.1 Artigos de periódicos publicados na *Scientific Electronic Library Online*/SCIELO

Em 1997, foi criado um projeto para indexar periódicos e disponibilizá-los na internet com visibilidade e de forma gratuita. Trata-se do Programa SCIELO, iniciativa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e do Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde, configurando atualmente “uma das experiências de publicação em acesso aberto mais bem sucedidas do mundo” (GARCIA e BOEING, 2021, p. 5184).

Considerando que a SCIELO conta atualmente com 399 periódicos², entre ativos e descontinuados, ela foi escolhida como a primeira base para levantamento de informações devido a tão expressivo número.

A pesquisa foi realizada em busca de artigos contendo os termos gênero e educação profissional. Foram identificados aqueles que possuíam os termos no título ou no resumo – assim, alguns deles não destacam as temáticas em seus títulos, mas também foram considerados no levantamento. O período da publicação não foi

² A lista de periódicos indexados pode ser sempre atualizada por meio de consulta na página <https://www.scielo.br/>. O número aqui descrito foi levantado em novembro de 2022.

determinado, a fim de identificar todas as publicações possíveis. Foram encontrados apenas 40 resultados no Brasil. Como a mera combinação das palavras não garante que se trata, de fato, dos temas buscados, todos os resultados encontrados foram analisados para verificar se havia de fato alguma intersecção com estudos de gênero e vários não passaram por este crivo. O resultado final após a verificação está expresso na tabela abaixo:

| Nº | Título do artigo | Autoria | Palavras-chave | Período da publicação |
|----|---|---|--|-----------------------|
| 1. | Prevalência racial e de gênero no perfil de docentes do ensino superior | Edimara Maria Ferreira; Karla Maria Damiano Teixeira; Marco Aurelio Marques Ferreira. | Gênero; Raça; Ensino superior; Interseccionalidade; Assimetrias sociais | Mai-agosto/2022 |
| 2. | Gênero e pré-escola: experiências e estratégias de homens educadores de infância. | Maria Helena Santos; Eduardo Ferreira Cruz; Antônio Manuel Marques. | Educação pré-escolar; Relações de gênero; Homem; Masculinidade | 2022 |
| 3. | Mulheres de sucesso no campo científico: uma análise de redes sociais | Polliane Trevisan Nunes; Fernanda Wanderer | Mulheres; campo científico; redes sociais; Michel Foucault | Mai-agosto/2021 |
| 4. | Perfil e percepções de futuras educadoras do campo a partir do ingresso em Universidade Pública | Laura Jane Gislotti; Dalva Melo dos Santos; Cíntia Melo dos Santos; Sandra Procópio da Silva | Camponesas; Estudantes; Mulheres do campo; Perfil | 2021 |
| 5. | Gênero e participação em | Wagner Romão; | conferências de políticas públicas; | 2020 |

| | | | | |
|-----|--|--|---|-------------|
| | nível local: estudo sobre conferências municipais de políticas públicas | Carla Giani Martelli | gênero; participação; sociedade civil; governo local | |
| 6. | Mulheres talentosas no Brasil: trajetórias e desafios profissionais na sociedade contemporânea | Renata Muniz Prado; Denise de Souza Fleith | Talento; carreira profissional; mulheres | 2020 |
| 7. | Notas provisórias sobre a noção de socialização: uma leitura em periódicos da educação (1998–2018) | Maria da Graça Jacintho Setton; Adriana Bozzetto | Socialização; Processos de socialização; Processos educativos; Sociologia da educação | 2020 |
| 8. | Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural | Jorge Luiz de Goes Pereira; Fátima Cruz Souza | Juventude Rural; formação técnica em agropecuária; projeto de vida; gênero | 2020 |
| 9. | Pais de primeira viagem: demanda por apoio e visibilidade | Zeidi Trindade; Mirian Beccheri Cortez; Kirlla Dornelas; Mônica dos Santos | Paternidade; Apoio Social; Política de Saúde | 2019 |
| 10. | <i>Formative and professional narratives of a transsexual teacher</i> | Alfrancio Ferreira Dias | Formação docente; Identidade de gênero; Transexualidade | 2018 |
| 11. | Mulheres e filhos menores de três anos: condições de vida | Fabiana Silva Fernandes; Nelson Gimenes; Juliana dos Reis Domingues | Políticas Públicas; Educação Infantil; Desigualdades Sociais; Mulheres | 2017 |
| 12. | Educação e trabalho em um centro de | Timothy Denis | Educação e trabalho na prisão; | 2016 |

| | | | | |
|-----|--|---|---|------|
| | reeducação feminina: um estudo de caso | Ireland; Helen Halinne Rodrigues de Lucena | Educação de mulheres privadas de liberdade; Reintegração social | |
| 13. | Homens na educação infantil: olhares de suspeita e tentativas de segregação | Mariana Kubilius Monteiro; Helena Altmann | Docência; educação infantil; gênero; masculinidade | 2014 |
| 14. | Debates sobre gênero na docência: o professor do sexo masculino nas séries iniciais do Rio de Janeiro-Brasil e Aveiro-Portugal | Amanda Rabelo | professor do sexo masculino; gênero; escolha profissional | 2013 |
| 15. | A arte de ser Beija-Flor na tripla jornada de trabalho da mulher | Adriane Vieira; Grazielle Alves Amaral | Saúde da Mulher; Qualidade de Vida; Qualificação Profissional; Dominação | 2013 |
| 16. | Psicologia escolar e formação continuada de professores em gênero e sexualidade | Marivete Gesser; Leandro Castro Oltramari; Denise Cord; Adriano Henrique Nuernberg | Psicologia escolar; formação de professores; sexualidade | 2012 |
| 17. | <i>The professionalization of Brazilian nursing in the written media of the end of the nineteenth century: a gender analysis</i> | Tiago Braga do Espírito Santo; Taka Oguisso; Rosa Maria Godoy Serpa da Fonseca | História da Enfermagem; Identidade de Gênero; Trabalho Feminino | 2011 |
| 18. | Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia | Ana Paula Costa; Paulo Rennes Marçal Ribeiro | relações de gênero; sexualidade; pedagogia | 2011 |

| | | | | |
|-----|--|---|--|------|
| 19. | Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar | André Heloy Avila; Maria Juracy Filgueiras Toneli; Carmen Silvia de Arruda Andaló | professores/as; educação sexual; formação profissional | 2011 |
| 20. | Magistério e casamento: memória e formação no Colégio de Educação Familiar do Paraná (1953-1986) | Cleusa Maria Fuckner | História da Educação; educação feminina; memória | 2001 |
| 21. | Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero | Lucila Scavone | maternidade; gênero; família | 2001 |

Tabela 1 – Artigos Publicados na SCIELO

Nota-se que dos 21 artigos descritos, apenas o 8º realmente discute relações entre gênero e educação profissional técnica de nível médio, mais especificamente no âmbito da juventude rural. Numa grande base de dados, apenas 1 artigo: tal dado demonstra uma ausência significativa de produções nesta área em nível nacional, reforçando a necessidade de mais estudos voltados para este objeto de pesquisa.

O artigo **Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural**, por Jorge Luiz de Goes Pereira e Fátima Cruz Souza, objetiva analisar como a educação profissional se articula aos projetos de vida dos jovens de áreas rurais, num estudo comparativo entre Institutos Federais do norte do Brasil e dos Centros de Formación Agrária do norte da Espanha. Além disso, é destacado o papel das instituições que ofertam os cursos técnicos em Agropecuária e como as diferenças de gênero impactam a formação profissional.

Foram aplicados questionários para os participantes, obtendo como retorno a respostas de 197 jovens matriculados na educação profissional em áreas agrárias, sendo 142 no Brasil e 55 na Espanha. Os questionários continham questões sobre dados socioeconômicos, informações da região onde mora, escolha do curso,

formação, projetos de vida e gênero. Além disso, foram entrevistados 2 gestores brasileiros, 2 gestores espanhóis e 2 estudantes espanhóis que se autoidentificaram como de origem rural.

Os resultados apontam, inicialmente, para uma diferença entre dois países: os homens espanhóis possuem maior interação com as atividades da agricultura e tendem a estabelecer uma continuidade do trabalho familiar, enquanto poucos brasileiros mantem tais vínculos. Em comum para Brasil e Espanha, temos a diferenciação dos papéis de gênero, pois se é possível a realização pessoal para os homens, para as mulheres não há o mesmo significado: “as oportunidades para as moças estão mais limitadas pelos papéis tradicionais de gênero, em que as mulheres, nas famílias agricultoras, ocupam o lugar de ajuda e, poucas vezes, são protagonistas nas atividades agrícolas” (PEREIRA E SOUZA, 2020, p. 9).

Além disso, na Espanha, os homens costumam alcançar autonomia financeira antes das mulheres, o que facilita a sua vinculação ao local de desenvolvimento das atividades agrícolas e o fortalecimento da sua identidade naquele contexto, enquanto as mulheres precisam criar estratégias de inserção profissional voltadas para a área urbana.

Os autores ainda acrescentam que:

Para os entrevistados de Brasil e Espanha, o perfil do curso de técnico em agropecuária no nível médio tem um sesgo masculino, pois afirmam que o mercado de trabalho facilmente absorverá os rapazes, o mesmo não sendo verificado nas respostas das moças. Observa-se a reprodução da segregação horizontal do mercado de trabalho por motivos de gênero e as respostas apontam a existência de preconceito em relação ao exercício da profissão pelas mulheres, reproduzindo a necessidade de que as mulheres tenham de adaptar-se às condições de trabalho e às expectativas criadas para os trabalhadores homens (Cruz, 2006; Maruani, 2002) (PEREIRA E SOUZA, 2020, p. 16).

Assim, notam-se aqui a perpetuação de mecanismos de exclusão feminina, perceptíveis em diversas áreas da sociedade, especialmente no mundo do trabalho. Seja área urbana ou rural, Brasil ou Espanha, as mulheres precisam performar uma masculinidade para serem inseridas – e, ainda assim, com grandes chances que sua inclusão seja marginalizada ou nem aconteça.

Em que pesem as grandes diferenças entre o contexto agrícola e o contexto de produção industrial já citado no Capítulo 1, o fenômeno segregação horizontal (a ser explicado no Capítulo 3) também surge demonstrando que as perspectivas de

trabalho para homens e mulheres são profundamente marcadas por diferenças, mesmo em contextos de trabalho muito diversos entre si.

2.2 Produções em nível de pós-graduação *stricto sensu* na Bahia

Considerando que a pesquisa em tela é fruto de um curso de mestrado numa instituição federal, é importante buscar produções semelhantes para construir o arcabouço que lhe dá sustentação e fornece novos olhares sobre as realidades já apreendidas aqui.

Sendo assim, inicialmente foram levantadas todas as instituições federais da Bahia ou que possuem *campus* no estado. Em seguida, em quais delas existem cursos de pós-graduação *stricto sensu* voltados especificamente para a área de gênero ou educação profissional. Posteriormente, as teses e dissertações foram organizadas numa tabela e foram verificadas quais delas, de fato, fazem intersecções entre gênero e educação profissional.

2.2.1 Universidades federais

As universidades federais que estão instaladas integralmente ou parcialmente na Bahia são: Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e UNIVASF (Universidade Federal do Vale do São Francisco). Foram verificadas todas as páginas institucionais das universidades e a maioria não possui programa de pós graduação *stricto sensu* voltado para gênero ou educação profissional. O único programa específico foi encontrado na UFBA: “o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), foi o primeiro programa feminista de pós-graduação do Brasil dentro de uma universidade federal” (SILVA, 2021, p. 155) e consolidou-se como um importante espaço de produção acadêmica feminista.

Todas as produções disponíveis no site do PPGNEIM em novembro de 2022 foram visualizadas, sem filtros ou descritores. Tendo em vista que o Programa engloba mestrado e doutorado, os textos localizados estão divididos em suas respectivas

tabelas. A primeira relativa às dissertações: foram encontradas 88 produções, sendo a primeira delas datada de 2007. Como o tema do programa já garante a inserção de gênero, buscou-se quais delas estavam relacionadas à educação de forma geral:

| Nº | Título | Autoria | Palavras-chave | Data |
|----|---|---------------------------------|--|-------------------|
| 1. | Mães negras na pós-graduação: uma abordagem interseccional | Juliana Marcia Santos Silva | maternidade e carreira científica mães negras na pós-graduação mães negras na universidade mães universitárias Mulheres negras - Universidades e faculdades Mães - Negras Negras - Estudantes de pós-graduação | 19-Ago-2020 |
| 2. | "A legislação não permite, você tá ensinando isso?": uma investigação feminista antirracista sobre aborto no currículo do curso Técnico em Enfermagem do IFBA - Campus Barreiras | Paula Vielmo | Aborto Currículo Feminismo Técnico em Enfermagem Educação profissional | 3-Dez-2021 |
| 3. | O Movimento Escola sem Partido e suas implicações para os estudos de gênero | Ramayana e Silva Costa | "Ideologia de gênero" Gênero Escola sem Partido | 28-Dez-2021 |
| 4. | (In)visibilidades (des)territorializadas na experiência escolar: gênero, sexualidades e masculinidades negras de estudantes do Subúrbio Ferroviário de Salvador/BA | Almerson Cerqueira Passos | Gênero Sexualidade Masculinidades negras Experiência escolar Subúrbio Ferroviário de Salvador | 28-Set-2021 |
| 5. | Gênero e mulheres nas universidades: um estudo de caso na UFBA | Regis Glauciane Santos de Souza | Gênero Mulheres Educação formal IFES Espaços de poder <i>Gender</i> <i>Women</i> <i>Formal education</i> | 27-Set-2019 |

| | | | <i>Spaces of power</i> | |
|-----|---|--|--|-------------|
| 6. | Gênero/Sexo/Sexualidade: Representações e Práticas Elaboradas por Professoras/es da Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino em Salvador | Amanaiara Conceição de Santana Miranda | Educação Infantil Gênero Sexualidades Representações sociais Formação de professoras/professores | 25-Abr-2016 |
| 7. | O gênero e a docência: uma análise de questões de gênero na formação de professores do Instituto de Educação Euclides Dantas | Greissy Leoncio Reis | Gênero Educação Formação de Professor(a) <i>Gender Education</i> <i>Teacher training</i> | 28-Jul-2011 |
| 8. | Relações de gênero da escola pública de trânsito: currículo e representações sociais | Tatiane Chates | relações de gênero currículo educação para o trânsito andragogia representações sociais | 25-Fev-2010 |
| 9. | De volta à escola: entre os limites de ser e as possibilidades de viver | Odezina Suzarte | trajetórias sociais relações de gênero educação escolar empoderamento | 25-Jan-2010 |
| 10. | De volta às aulas: o cotidiano de professoras-estudantes do PROLE - história/UFBA (2004-2007) | Andrea da Silva Cunha | gênero profissionalização docente formação continuada feminização do magistério | 7-Ago-2009 |
| 11. | Estudo de gênero na disciplina ensino religioso em escolas confessionais de Salvador | Elizabete de Oliveira | Gênero Teologia Ensino religioso Escolas confessionais | 7-Jul-2009 |

Tabela 2 – Dissertações do PPGNEIM

Quanto às teses, estão depositadas 39, sendo que a mais antiga data de 2012.

Mais uma vez verificando a relação com o campo da educação, encontra-se:

| | Título | Autoria | Palavras-chave | Data |
|----|---|-----------------|---|------------|
| 1. | Matrizes e matizes das estratégias de inserção dos direitos sexuais e dos | Simone Teixeira | Feminismo Academia Direitos sexuais | 3-Jul-2012 |

| | | | | |
|----|--|-----------------------------------|---|--------------------|
| | direitos reprodutivos engendrados por feministas acadêmicas brasileiras Salvador 2010 | | Direitos reprodutivos | |
| 2. | Formação ética do(a) pedagogo(a): entre o dever e o cuidado | Alexnaldo Teixeira Rodrigues | Filosofia Moral Educação Ética do cuidado Ética feminista <i>Philosophy</i> <i>Moral</i> <i>Education</i> <i>Ethics of care</i> <i>Feminist ethics</i> | 25-Jan-2016 |
| 3. | A Matemática das mulheres: as marcas de gênero na trajetória profissional das professoras fundadoras do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia. (1941-1980) | Marcia Barbosa de Menezes | Gênero Matemática Relações de poder | 24-Jul-2017 |
| 4. | Gênero, ensino e pesquisa em matemática: um estudo de caso | Leopoldina Menezes | Gênero. Matemática. Ensino. Pesquisa. Mulheres – ensino superior Matemática – estudo e ensino. Professores de matemática - identidade de gênero. | 7-Ago-2017 |
| 5. | O que podem as pedagogas? hierarquia de saberes e gênero numa instituição de ensino tecnológico | Amilde Martins da Fonseca | Educação Epistemologias feministas Ciência Gênero Identidade de gênero Epistemologia social | 7-Ago-2017 |
| 6. | Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970 | Sonia Maria de Souza Brito | ETFBA. Experiências formativas. Expressões identitárias. Gênero, raça e classe. Mercado de trabalho baiano. | 25-Set-2018 |

| | | | | |
|-----|--|--|---|-------------|
| 7. | Saúde, activismos e pedagogia feminista: a feminária musical no contexto da Universidade Federal da Bahia | Anni de Novais Carneiro | Saúde Pedagogia Feminária Musical Artivismo Universidade Mulheres Música Brasil Feminista | 16-Jan-2020 |
| 8. | Concepções sobre ciência na educação profissional, científica e tecnológica: uma análise interseccional em um Instituto Federal de Educação | Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida Freitas | Gênero Raça Ciência Tecnologia Educação | 11-Set-2020 |
| 9. | “Nunca pensei que você fosse mulher”: a conquista de capital científico pelas bolsistas de produtividade em pesquisa da UFBA | Iolanda Pinto de Faria | Campo científico Gênero e ciências Interseccionalidades Bolsistas de produtividade em pesquisa | 30-Abr-2021 |
| 10. | "Nós por nós": refletindo a produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismos na interface aos estudos de raça e racismo nos cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia | Amanda Alves da Silva | Mulheres Feminismos Estudos de Gênero Raça Racismo | 21-Dez-2021 |

Tabela 3 – Teses do PPGNEIM

Nas duas tabelas acima há o esforço em encontrar como o programa de pós-graduação vem construindo as relações com a educação. Afunilando para a educação profissional, os números são muito restritos: destacam-se em todo o histórico de produções do PPGNEIM - de 2007 a 2021 - apenas 2 títulos, 1 dissertação e 1 tese. Ambas foram produzidas por servidoras do Instituto Federal da Bahia: uma pedagoga, e uma docente da área de História. Nota-se aqui que a discussão acontece, praticamente, entre pares, visto que se trata de mulheres, todas servidoras ligadas à área de ensino e com formação em licenciaturas.

É importante destacar que consta na tabela a tese “Concepções sobre ciência na educação profissional, científica e tecnológica: uma análise interseccional em um Instituto Federal de Educação”, por Patrícia Fernandes Lazzaron Novais Almeida

Freitas: de fato, o estudo foi realizado no âmbito do IFBA, mas o seu foco está na educação superior e por isso não consta na análise a ser realizada a seguir.

A dissertação "**A legislação não permite, você tá ensinando isso?**": uma investigação feminista antirracista sobre aborto no currículo do curso Técnico em Enfermagem do IFBA - Campus Barreiras, elaborada por Paula Vielmo, tem o objetivo de analisar o currículo do curso, observando as questões relacionadas ao processo de abortamento, especialmente nas práticas de assistência humanizada.

Para tanto, a autora faz um estudo de caso, por meio da análise do PPC do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem e da realização de um Grupo Focal Virtual (GFV) com docentes do curso. Seus estudos revelam que o abortamento poderia aparecer em muitos momentos no currículo, mas ele é tratado à margem, sem menção explícita, e o GFV auxilia na compreensão do fato:

Apesar de não haver censura sobre o tema entre as participantes e o participante e ocorrer reflexões pertinentes envolvendo o tema, ainda é tratado sob um espectro de tabu, de algo que não pode ser dito ou tem restrições, como bem indicou o estigma de uma suposta banalização do aborto, conforme denominaram muitas das participantes e o participante. É um tema complexo, que aparece nas aulas e nos estágios, mas merece ser mais bem sistematizado e problematizado como grave problema de saúde pública e como parte dos direitos reprodutivos, mesmo sendo criminalizado no Brasil (VIELMO, 2021, p.173).

A pesquisadora também detecta que existe a visão da mulher numa concepção materno-infantil, embora aponte que mudanças estão ocorrendo nos discursos; além de também indicar que a reformulação do currículo formal pode caminhar por para novas perspectivas no trato com as questões de gênero.

O segundo trabalho localizado foi **Formação técnica, profissão professora: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970** por Sonia Maria de Souza Brito. Na obra, a autora se propõe a investigar uma possível inversão dos projetos profissionais de estudantes da Escola Técnica Federal da Bahia / ETFBA na década de 70: são mulheres que adentram o espaço para obter formação técnica e inserção profissional com vistas a atuar na indústria, mas ao final do ciclo formativo tornam-se professoras.

Brito (2018) realizou entrevistas individuais com as mulheres identificadas como sujeitos da pesquisa, além de reunir uma ampla gama de arquivos para caracterizar a ETFBA, por exemplo: documentos institucionais, fotografias, matérias de jornais e legislação federal da época estudada.

Os resultados encontrados são muito significativos para a pesquisa que aqui desenvolvo e serão utilizados no capítulo de análise dos dados, com o objetivo de estabelecer comparativo baseado na passagem das cinco décadas que separam a ETFBA descrita por Sonia Brito e o IFBA dos dias atuais. Para o momento, destacam-se algumas das principais conclusões:

- o mercado de trabalho baiano da década de 70 reproduziu os mecanismos de desigualdade de forma veemente, colocando entraves à inserção feminina mesmo diante de grande demanda por mão-de-obra qualificada;

- a escola que atraiu jovens com a promessa de inserção na indústria não criou mecanismos para atravessar o machismo e a misoginia, terminando por reforçá-los e criar uma exclusão para dentro;

- apesar da iniciativa pioneira das mulheres em adentrarem cursos como Eletrotécnica, Mecânica e Metalurgia, elas precisaram conviver com o descrédito e a discriminação ao longo de todo o percurso formativo;

- a aparente inversão dos projetos de vida não significou apatia e sucumbência aos desígnios da sociedade machista, pois ao adentrarem na docência as mulheres puderam realizar suas intenções de prover subsistência econômica para suas famílias e conseguir reconhecimento profissional.

2.2.2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs

A Bahia conta atualmente com 2 Institutos Federais: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO). Ambos são Instituições Associadas (IAs) em Rede Nacional ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) – programa no âmbito do qual é executada a presente pesquisa. Como não existem nas instituições citadas outros programas específicos para gênero, todas as buscas serão voltadas para a discussão sobre gênero no âmbito do PROFEPT, o que já garante a inserção do campo da Educação Profissional.

Como o Programa iniciou-se em 2017 e existem egressos cujas produções não estão expostas nas páginas das instituições, é possível supor que os sites dos IFs citados não estão devidamente atualizados. Sendo assim, foi realizada também uma busca em novembro de 2022 no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), órgão

governamental que – dentre várias outras atribuições - cataloga e divulga a produção científica. Os descritores utilizados foram gênero e educação profissional, sem limitação de período.

Os resultados são ainda mais escassos que nas seções anteriores: embora todo o mestrado esteja voltado para a EPT, existem apenas 2 dissertações que discutem relações de gênero, ambas no IFBA, e no IFBAIANO não foi localizada nenhuma produção. São elas:

| Nº | Título | Autora | Palavras-chave | Data da defesa |
|----|---|---------------------------------------|---|----------------|
| 1. | Racismo, Saúde e Mulher Negra no IFBA: Impactos nos Estudos, Reflexos na Vida | Bianca Barreto do Nascimento | Racismo; Preconceito; Mulher Negra; Educação Profissional e Tecnológica; Saúde. | 25-Ago-2021 |
| 2. | Histórias de Vida de Professoras Negras da Educação Profissional no IFBA: e Eu, Eu Não Sou Uma Cientista? | Caliane Costa dos Santos da Conceição | Cientistas Negras; Educação Profissional; Interseccionalidade | 31-Ago-2021 |

Tabela 4 – Busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Mais uma vez, nota-se aqui a necessidade de mais produções que correlacionam gênero e a educação profissional, inclusive em mestrados específicos de uma das duas áreas. No entanto, outras nuances são perceptíveis: tratam-se de estudos muito recentes e o PROFEPT tem um grande potencial de fazer com que surjam novas provocações e maior produção científica sobre o tema.

A dissertação **Racismo, Saúde e Mulher Negra no IFBA: Impactos nos Estudos, Reflexos na Vida** de Bianca Barreto do Nascimento visa analisar o impacto do racismo no percurso formativo da mulher negra na EPT e os reflexos dele na sua vida, de forma geral. O estudo acontece no IFBA – campus Salvador por meio de análise dos documentos institucionais e da aplicação de questionários com estudantes do curso Técnico em Refrigeração e Climatização.

A autora percebe como estudar no IFBA gera sobrecarga mental para as estudantes e como a instituição carece de investimentos efetivos para lidar com tais questões, bem como do racismo em seu dia a dia. Além disso, também detecta que “O currículo monocultural, que atualmente é sustentado e divulgado, carece de uma revisão” (NASCIMENTO, 2021, p. 151).

Já o segundo trabalho encontrado, **Histórias de Vida de Professoras Negras da Educação Profissional no IFBA: e Eu, Eu Não Sou Uma Cientista?** de Caliane Costa dos Santos da Conceição, tem o objetivo de investigar a trajetória de cientistas negras, observando como o racismo e o sexismo as atravessam.

Para tanto, houve a aplicação de questionários e realização de entrevistas com professoras pesquisadoras negras que atuam no Ensino Médio Integrado/ EMI do campus Salvador. Dentre alguns resultados, destaca-se a intersecção de gênero, raça e classe que perpassa a história de vida de todas as entrevistadas e produziu marcas de silenciamento institucional, naturalização da discriminação e invisibilidade em suas trajetórias.

As produções levantadas durante o presente capítulo forneceram olhares importantes para a compreensão das relações de gênero na educação profissional e para a intenção de visualizar a participação feminina no IFBA. A partir da leitura dos textos encontrados foram identificados importantes focos de análise para as buscas que aparecerão ao longo da dissertação, especialmente apontando para ausências já supostas, mas ainda não comprovadas. Mais à frente, será utilizado o termo silêncio gritante, pois talvez ele seja capaz de comunicar o sentimento encontrado aqui relativos às ausências já detectadas pelas colegas pesquisadoras e traduzir a dimensão incômoda que ele traz para as práticas cotidianas das educadoras que convivem no Instituto.

3. RECONHECENDO OS CONHECIMENTOS SOCIALMENTE PRODUZIDOS EM GÊNERO, JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO

No presente capítulo, serão apresentadas algumas categorias discutidas pelos principais autoras e autores que embasam a pesquisa. Tratam-se de conceitos relativos a gênero, juventude, educação e mundo do trabalho que não são dispostos

de forma isolada. Os conceitos são analisados prioritariamente nas suas relações com os demais e mantendo o foco em situá-los no âmbito de um determinado referencial teórico.

3.1 JUVENTUDE, GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO

Pensar sobre juventude implica em pensar sobre inúmeras variáveis que estabelecem o que é ser jovem em tempos contemporâneos, conceito cada vez mais difuso e diluído culturalmente. A perspectiva de pensar a juventude por meio das relações de gênero impõe desafios ainda mais complexos, visto que a tecitura desta trama exige um olhar cuidadoso sobre o percurso histórico de desigualdades entre homens e mulheres, perceptível durante toda a vida, mas com questões ainda mais latentes durante a juventude e o processo de entrada no mundo do trabalho.

De acordo com Guacira Lopes Louro: “Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem.” (LOURO, 2014, p. 27).

Para compreender melhor tais relações, primeiro é necessário compreender o que está sendo chamado de relação de gênero. Faz-se necessário ressaltar que o uso do termo gênero amplia a concepção das distinções entre homens e mulheres para além do biológico e concentra a discussão no campo das interações sociais entre os indivíduos.

Novamente trazendo Louro (2014) para o debate, temos:

Pretende-se, dessa forma, recolocar o debate no campo do social, pois é nele que se constroem e se reproduzem as relações (desiguais) entre os sujeitos. As justificativas para as desigualdades precisariam ser buscadas não nas diferenças biológicas (se é que mesmo essas podem ser compreendidas fora de sua constituição social), mas sim nos arranjos sociais, na história, nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação (LOURO, 2014, p.27).

Utilizar o termo “gênero” amplia diametralmente a concepção sobre as desigualdades entre homens e mulheres na sociedade, se considerarmos o uso tradicional do termo “sexo”, embora este último ainda tenha o seu uso garantido em levantamentos oficiais e relatórios de políticas públicas. Não se trata aqui de uma mera mudança de palavras, mas sim de uma compreensão de que todas as diferenças entre indivíduos são produzidas socialmente e não podem ser compreendidas fora dessas

relações. Nas palavras de Scott (1995):

Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

Para uma das autoras pioneiras nos estudos da área, Simone de Beauvoir, “entre os dados biológicos, só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade” (BEAUVOIR, 2016, p. 84). Ainda partindo de Beauvoir, encontra-se a ideia de que o feminino é uma construção social que atravessa toda a história da humanidade, onde as mulheres ocupam um lugar de subalternidade em relação aos homens. O feminino só existe porque há o masculino como referência: a mulher é aquilo que o homem não é, é o outro - que a autora acertadamente denomina de “O Segundo Sexo” e com este termo intitula uma das suas obras mais importantes.

A opção pelo uso do gênero não pretende descartar o valor do termo patriarcado, mas trata-se aqui de uma escolha conceitual não excludente, em que ambos os conceitos podem coexistir para caracterização dos dados levantados ao longo da pesquisa. Cabe abrir um espaço para a discussão sobre as concepções, a partir das interpelações de Saffioti (2009):

Pensa-se, com frequência excessiva, na “descoberta”, na verdade um pleonasma, de que o gênero é relacional. Cabe a pergunta: existe, em sociedade, algo não-relacional? O patriarcado não é relacional? Existem homens dominadores sem mulheres dominadas? De modo genérico, existe dominador sem dominado? (SAFFIOTI, 2009, p.8).

A autora critica o uso do termo gênero como se fosse dotado de neutralidade em relação a tempo, espaço e cultura. Em tempo, adota a concepção de que o patriarcado se refere a um acordo tácito e universal masculino que garante a opressão de mulheres – opressão entendida como a soma dos mecanismos de dominação e exploração. Acrescenta ainda: “As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer e a manter o controle sobre as mulheres” (SAFFIOTI, 2009, p.10).

Em que pesem as críticas ao termo patriarcado que Heleieth Lara Bongiovani

Saffioti explana ao longo do texto “Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres”, bem como as críticas que tece ao uso do termo gênero, em conclusão, adota-se aqui o seguinte posicionamento defendido pela autora:

o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e o outro específico dos últimos seis ou sete milênios, o primeiro cobrindo toda a história e o segundo qualificando o primeiro – ordem patriarcal de gênero - ou, por economia, simplesmente a expressão patriarcado mitigado ou, ainda, meramente patriarcado (SAFFIOTI, 2009, p. 33).

Também para o conceito de juventude, é importante ressaltar que aqui ele não é meramente descritivo de uma condição biológica – ainda que, no Brasil, o Estatuto da Juventude - Lei nº 12.852/2013 (BRASIL, 2013) defina que jovens são as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. A delimitação de idade tem valor para a formulação de políticas públicas, censo demográfico ou destinação de recursos, mas ela mostra-se insuficiente para pesquisas como esta que buscam sentidos mais amplos e fundamentados em teorias sociológicas.

Na busca de uma compreensão mais assertiva do conceito, as palavras de Dayrell (2016) trazem:

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem. Ela assume uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional (DAYRELL, 2016, p. 27).

A noção de jovem está vinculada às características do grupo social o qual está inserida, pois as inúmeras formas de viver a condição juvenil dependem dos diversos recortes sociais possíveis como gênero, classe, etnia, raça ou origem, entre outros. A juventude, para Groppo, constitui uma categoria social: “ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos.” (GROPPO, 2000, p.7).

Diversas/os pesquisadoras/es da área substituem a utilização do termo juventude no singular pela sua escrita sempre no plural, juventudes, como forma de demonstrar a impossibilidade de conformar a condição do ser jovem em uma única configuração. Dayrell acrescenta:

Na realidade, não há tanto uma juventude, e sim jovens enquanto sujeitos

que a experimentam e a sentem segundo determinado contexto sociocultural onde se inserem, e, assim, elaboram determinados modos de ser jovem. É nesse sentido que adotamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes (DAYRELL, 2016, p. 27).

A percepção deste conjunto de diferenças marca significativamente a trajetória de jovens mulheres, especialmente no acesso ao mundo do trabalho. Atualmente, não existe um regramento oficial que imponha restrições para o desenvolvimento profissional das mulheres como já aconteceu ao longo da História. No entanto, as mulheres permanecem excluídas em boa parte das posições de destaque ou de hierarquia superior em diversas áreas de atuação e os mecanismos que mantêm tal funcionamento são invisíveis, mas concretos. Por esse motivo, a literatura sobre o tema utiliza a expressão “teto de vidro” (OLINTO, 2011; VELHO E LEÓN, 1998) para representar metaforicamente os limites para o crescimento feminino nas profissões.

No entanto, alguns questionamentos sobre a expressão podem fazer avançar ainda mais a compreensão sobre como tais mecanismos funcionam. Lima (2013) questiona o uso do teto de vidro como representação, visto que ele esconde alguns aspectos importantes que precisam ser desvelados; em especial, por considerar que os obstáculos da carreira não estão localizados apenas no topo. Diante do exposto, a autora propõe o conceito do labirinto de cristal e explica:

Assim, as contribuições presentes na metáfora do labirinto são: a) o entendimento de que os obstáculos estão presentes ao longo da trajetória profissional feminina, e não somente em um determinado patamar; b) a compreensão de que a inclusão subalterna das mulheres nas ciências e sub-representação feminina nas posições de prestígio no campo científico são consequências condicionadas por múltiplos fatores; c) a concepção de que as barreiras e armadilhas do labirinto não estão somente associadas à ascensão na carreira, mas também ao ritmo do ganho de reconhecimento de atuação das cientistas e à sua permanência ou não em uma determinada área (LIMA, 2013, p. 886).

Velho e León (1998) destacam que, tradicionalmente, há a tendência de explicar que a menor ascensão profissional das mulheres na carreira acadêmica ocorre devido a menor produtividade. No entanto, as autoras expressam a necessidade de elucidação dos fatores que impactam na menor produção científica e chegam a uma significativa contextualização: “a importância de se considerar fatores tais como processos de socialização para papéis sexuais, conflitos família-trabalho, níveis de investimento na educação feminina, além de mecanismos, alguns claros, outros mais sutis, de discriminação” (VELHO E LEÓN, 1998, p. 315-316).

Faz-se necessário ressaltar que tais condições não são exclusivas das cientistas. Muitos dos fatores elencados – talvez todos – também atuam nas demais profissões, e até mesmo na ausência delas ou na ocupação de subempregos. A inserção das mulheres no mercado de trabalho não depende apenas das suas qualificações e da demanda por mão-de-obra, mas está também vinculada às diversas questões de expectativas sociais e arranjos familiares – sendo que estas últimas não são determinantes para o desenvolvimento profissional dos homens.

Para melhor compreender a questão, é de grande valia a produção de Maria Cristina Aranha Bruschini (1998) ao analisar o trabalho feminino entre os anos de 1985 e 1995, a partir de dados oficiais do IBGE e do Ministério do Trabalho. Dentre as conclusões que explana em seu relatório, destaca-se:

No que diz respeito à condição familiar e doméstica das trabalhadoras, este diagnóstico sobre o trabalho feminino no Brasil mostrou que a sobrecarga das atividades domésticas e, principalmente, o cuidado com os filhos pequenos, impedem que as mulheres concorram com os homens, em igualdade de condições, aos bons empregos. Aquelas que trabalham, mesmo quando o fazem no domicílio, são penalizadas pela dupla jornada de trabalho. O trabalho doméstico não é sequer considerado uma atividade econômica. Os equipamentos domésticos disponíveis para auxiliar as mulheres com os filhos pequenos são insuficientes (BRUSCHINI, 1998, p.73).

A pesquisadora Laís Wendel Abramo, em sua tese de doutorado, discute a compreensão da inserção da mulher no mercado de trabalho e questiona a concepção da mão-de-obra feminina como uma força de trabalho secundária, devido aos diversos estereótipos construídos ao redor da imagem da mulher trabalhadora e cita Hirata:

Embora mudanças e continuidades coexistam, o deslocamento hoje das fronteiras do masculino e do feminino deixa intacta a hierarquia social que confere superioridade ao masculino, hierarquia sobre a qual (...) se assenta a divisão social do trabalho. Enquanto a "conciliação" entre vida profissional e vida familiar, trabalho assalariado e trabalho doméstico for pertinente exclusivamente para as mulheres, as bases em que se sustenta essa divisão sexual não parecem estar ameaçadas em seus fundamentos (HIRATA apud ABRAMO, 2007, p.6).

Neste ponto, é importante ressaltar a existência das atividades de cuidado no âmbito familiar, visto que ocupam um tempo importante na vida das mulheres e atravessam todas as fases da vida: muitas vezes iniciadas na infância e executadas até a terceira idade. Ainda de acordo com a investigação de Abramo, a concepção da mulher como uma força de trabalho de menor valor devido às suas atividades relativas aos cuidados - atribuídos a ela como se fossem intrínsecos à natureza feminina – “é

também um dos elementos importantes sobre os quais se estruturam e se reproduzem as hierarquias entre homens e mulheres e os padrões de discriminação e subordinação de gênero no mercado de trabalho" (ABRAMO, 2007, p. 14-15).

Faz-se necessário destacar que os dados corroboram para que tal noção corresponda cada vez menos à realidade. A visão da mulher como uma força de trabalho secundária está mais alicerçada em estereótipos do que em dados oficiais, reforçando a desvalorização da mulher como trabalhadora, a despeito de todos os esforços para a resistência e superação da desigualdade.

Como exemplo, cita-se aqui o trabalho de Raquel Quirino (2011) que investigou a divisão sexual do trabalho na mineração de ferro – área tradicionalmente associada ao masculino - e concluiu:

Evidenciam-se na presente pesquisa algumas rupturas nos modelos tradicionais, deslocamentos, permanências e estratégias de resistência das mulheres, além de algumas mudanças na divisão sexual do trabalho no segmento industrial da mineração. Pode-se constatar que embora as fronteiras do trabalho masculino e feminino tenham se deslocado e tornado-se mais tênues, ainda não foram totalmente suprimidas (QUIRINO, 2011, p. 263).

Parece haver um deslocamento das fronteiras da desigualdade nas mais diversas áreas do mundo do trabalho, visto que não é possível identificar barreiras legais para a ascensão feminina – embora, na prática, permaneçam a existência de condições como o teto de vidro ou o labirinto de cristal. Nas mais diversas áreas da vida social são observáveis os esforços femininos de superação e resistência, que incidem em casos de sucesso notáveis, ainda que com trajetórias profundamente marcadas pela misoginia e pelo machismo.

Ainda que sejam termos amplamente conhecidos na literatura científica e nas práticas sociais, é válido abrir parênteses aqui para expor como se compreende o machismo e a misoginia. A misoginia remete ao ódio, aversão ou desprezo pelas mulheres, bem como a desvalorização de tudo que é feminino. Já quanto ao machismo, destaca-se:

O machismo constitui, portanto, um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirmam mutuamente numa situação de objetos (DRUMONT, 1980, p.82).

Portanto, o machismo é o responsável por representar a dominação do

homem sobre a mulher, bem como de tudo que remete aos seus respectivos universos performados socialmente. É importante observar que machismo e feminismo não são termos opostos, visto que o feminismo não defende a superioridade feminina e busca alçar as mulheres ao patamar de igualdade em todos os aspectos da vida em sociedade; já o machismo busca manter as estruturas de dominação e conformar as mulheres em posições desprivilegiadas, mantendo-as em posições sempre inferiores aos homens.

A transformação de lugares antes impossíveis em possibilidades reais de ascensão deve-se a um coletivo que busca por mudanças, não apenas por forças isoladas de uma mulher. Na seção a seguir, é demonstrado na educação como os movimentos históricos transformaram a realidade e permitiram que as mulheres alcançassem níveis elevados de instrução e espaços de poder, enfrentando o descrédito e a necessidade de provar uma competência muito maior para alcançar reconhecimento.

3.2 GÊNERO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A história das mulheres na educação é uma trajetória marcada por desigualdades, desde os primórdios da civilização brasileira até a contemporaneidade. As primeiras organizações para instrução no Brasil Colônia foram dos jesuítas e não contaram com a presença feminina, devido a diversas construções sociais sobre as mulheres: desde a sua possível debilidade quanto a sua restrição ao espaço privado – o máximo de alcance possibilitado no período foi a catequese: “ Na segunda metade do século XVII, surgiram conventos no Brasil, cujas “escolas” para moças ensinavam, sobretudo, costura e bordado (“trabalhos de agulha”), boas maneiras e muita reza para “afastar maus pensamentos” (FERNANDES, 2019).

A primeira inserção oficial das mulheres na educação veio com a reforma pombalina de 1750 a 1777, ocasião na qual foi permitida a participação feminina em salas de aula e no magistério – ambos exclusivos para tal público. A primeira Constituição do Brasil, promulgada em 1824, estendeu o ensino primário a todos os cidadãos que, posteriormente, foi regulamentado pela Lei Geral de 1827. Apesar de garantido o acesso das mulheres às primeiras letras, o seu currículo precisava ser diferenciado para limitar o acesso às disciplinas mais racionais, bem como garantir o

aprendizado de tarefas úteis à vida doméstica.

Uma nova época inicia-se com a construção de escolas protestantes a partir de 1870. Elas inauguraram as classes mistas no Brasil. Ainda sobre o mesmo período, Fernandes (2019) traz:

Nessa época, surgiram nas províncias escolas públicas mistas, e as professoras receberam autorização para lecionar para meninos de determinada idade (geralmente entre 12 a 14 anos) – o que abriu um novo campo ao magistério feminino. As moças foram liberadas para ingressar nos cursos normais, e o trabalho feminino ganhou força no final do século XIX, tendo em vista a necessidade de um número maior de trabalhadores para suprir a crescente demanda. Aliado a isso, foi construído o discurso da vocação natural da mulher ao magistério. Médicos, pais, clero e governantes acreditavam que elas eram dotadas de ternura e outras qualidades “naturais” para os professores exercerem sua profissão (FERNANDES, 2019).

Já a entrada nos cursos técnicos ocorreu pouco depois, mas ainda vinculada a ofícios que reforçavam estereótipos femininos e sua restrição a espaços privados. Quanto à educação superior, o acesso das mulheres foi permitido apenas em 1879, mas ainda com alcance numericamente irrisório. Inicia-se o magistério feminino com características que perduram até os dias atuais: dentre as faces mais perversas está o domínio de homens nos postos hierárquicos mais altos, mesmo em carreiras predominantemente compostas por mulheres.

Podemos trazer a discussão para o momento presente observando a participação feminina na academia. A manutenção do problema pode ser denominada de exclusão vertical, conforme explica Betina Stefanello Lima (2013):

A literatura sobre a temática apresenta dois tipos de exclusões das mulheres nas ciências: a) exclusão vertical, que se refere à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas; e b) horizontal, que se refere ao pouco número de mulheres em determinadas áreas do conhecimento, em geral, de maior reconhecimento para a economia capitalista, as consideradas ciências “duras” – exatas e engenharias (LIMA, 2013, p. 884).

Ao analisar a construção social da produção científica por mulheres, Léa Velho e Elena León (1998) elucidam a exclusão horizontal, acrescentando:

Mais preocupante que o pequeno envolvimento das mulheres na Física e nas Engenharias é que isto não se dá por escolha consciente delas, mas pelo fato de que as portas de entrada para estas carreiras lhes foram fechadas, segundo alguns autores, em torno da sétima série escolar, quando as meninas passam a manifestar menor habilidade para a Matemática que os meninos (VELHO E LEON, 1998, p. 312).

Gilda Olinto (2011) também constata os mesmos mecanismos de discriminação

e corrobora:

Por meio da segregação horizontal as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens. Sobretudo pela atuação da família e da escola, as meninas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levadas a considerar como mais adequados para elas. A segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero.

(...)

A segregação vertical é um mecanismo social talvez ainda mais sutil, mais invisível, que tende a fazer com que as mulheres se mantenham em posições mais subordinadas ou, em outras palavras, que não progredam nas suas escolhas profissionais (OLINTO, 2011, p. 69).

Aqui, torna-se indispensável discutir sobre cada uma destas formas de exclusão. Iniciando pela exclusão horizontal, é importante compreender que sua ação é construída e reconstruída cotidianamente na sociedade, especialmente pelo espaço escolar. Devido ao uso privilegiado de grande parte do tempo para meninas e meninos e seu caráter obrigatório, a escola constantemente molda identidades, reproduzindo estruturas sociais ao mesmo tempo em que também as constrói. Ela diz quem pode fazer o quê, desde a mais tenra idade até a adolescência, traduzindo como comportamentos naturais esperados para os indivíduos aqueles que foram estabelecidos socialmente e sustentam estruturas de poder.

Guacira Lopes Louro (2014) questiona:

Afinal, é "natural" que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que "naturalmente" a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo? Como explicar, então, que muitas vezes eles e elas se misturem" para brincar ou trabalhar? É de esperar que os desempenhos nas diferentes disciplinas revelem as diferenças de interesse e aptidão "características" de cada gênero? (LOURO, 2014, p.67).

Tais perguntas buscam problematizar o que é tido como natural no âmbito escolar. Questionando o natural, é o momento de entender por que as meninas vão se afastando das disciplinas mais relacionadas à Matemática e se esta seria apenas uma questão de habilidade inata. A hipótese aqui defendida é que existem estímulos externos para direcionar tais habilidades e, aos poucos, os lugares sociais são demarcados: o campo das chamadas machistamente, ciências duras é considerado masculino e as meninas são repelidas de tal espaço.

Olinto (2011) analisa relatórios de testes educacionais internacionais que atestam a equivalência de gênero no desempenho escolar e ainda acrescenta: "Fica

evidenciado, portanto, que é cedo – entre jovens que ainda têm 15 anos – que se delinea a segregação horizontal entre os sexos expressa na escolha da carreira”. (OLINTO, 2011, p. 70). A escolha da carreira é profundamente marcada pela segregação horizontal, mas, como as formas de discriminação caminham juntas, a ascensão profissional já evoca a discussão sobre a segregação vertical. Sobre tal aspecto, a autora afirma que ela acontece de forma ainda mais sutil, visto que são quase invisíveis as barreiras para a ascensão das mulheres na carreira - em especial no meio acadêmico que é o lócus da sua pesquisa.

Bruschini também complementa a discussão sobre as formas de segregação percorridas ao longo do presente capítulo ao trazer:

Vimos, também, neste relatório, que a escolaridade desempenha um papel fundamental, no sentido de impulsionar as mulheres para os bons empregos disponíveis no mercado de trabalho e, ainda, que a força de trabalho feminina é mais escolarizada do que a masculina. No entanto, isto não impede que as trabalhadoras continuem segregadas em ocupações tradicionais e obtenham ganhos inferiores aos dos trabalhadores. É provável que um dos motivos para a permanência desta discriminação de gênero seja a concentração das mulheres, desde o nível médio de ensino, em cursos que preparam para ocupações menos valorizadas no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 1998, p.74).

Assim, encontram-se aqui exposta uma tentativa de elucidar parte da complexa teia de construções que impactam a vida das mulheres, desde o acesso à educação até a ascensão profissional. Os aspectos descritos contribuem para a manutenção da desigualdade de gênero e para uma participação periférica das mulheres na sociedade – inclusive, passando pelas suas escolhas que nem sempre são expressões de seus desejos, mas conformações de papéis sociais.

Para prosseguir na discussão sobre a educação das jovens mulheres, é importante fazer uma explanação sobre os sentidos da escola para jovens no Brasil, especialmente o Ensino Médio – e, também, sobre o Ensino Médio desenvolvido no âmbito da Educação Profissional, o Ensino Médio Integrado.

A relevância de tratar sobre a escola é justificada pelas palavras de Marília Sposito, pesquisadora de referência em juventudes no Brasil: "A moderna condição juvenil na sociedade ocidental sempre foi caracterizada pela manutenção de relações importantes, embora diversas, entre duas agências primordiais da reprodução social: a família e a escola" (SPOSITO, 2005, p. 204).

Alguns autores que se debruçam sobre a temática tendem a considerar que existe uma crise de sentidos no Ensino Médio geral brasileiro: apesar da família e da

escola serem pontos cruciais para a vida em sociedade, ambas tem falhado na função assumida até então de inserção socioprofissional das juventudes. As falhas são perceptíveis nas experiências individuais ou coletivas de desemprego, subemprego e baixas remunerações.

É salutar destacar que a atribuição de caráter utilitário para a educação é um pensamento induzido pela sociedade capitalista, na qual esta etapa da Educação Básica deixa de compor a formação integral do indivíduo para tornar-se preparatória para a educação superior ou para o mercado de trabalho.

Já na Educação Profissional, há uma tendência de valorização da sua capacidade de promover a inserção em empregos, ainda que as concepções do Ensino Médio Integrado busquem alcançar outros níveis de formação humana, para além da empregabilidade. Numa pesquisa com jovens trabalhadores e estudantes do EMI no turno noturno realizada por Bernadim e Silva encontra-se:

O esforço do aluno está no sentido de esclarecer que, se a escola pública em geral é desvalorizada, a Educação Profissional pode ser uma estratégia para conquistar o respeito social e profissional, possibilitando que uma situação originalmente prejudicial (o fato de estudar em escola pública) se transforme em um diferencial positivo (BERNADIM E SILVA, 2016, p. 223).

Tal fato traz a discussão sobre os propósitos do Ensino Médio Integrado: a instrumentalização para o mercado de trabalho é a sua missão? De acordo com os pensadores fundamentados em princípios marxistas e na pedagogia histórico-crítica, a resposta é não. Para eles, superar a mera formação de técnicos para o mercado integra-se à proposta de superação da dualidade educacional existente na educação brasileira, por meio da qual oferta-se educações diferentes para os filhos das elites e para os filhos da classe trabalhadora, hierarquizando, respectivamente, desenvolvimento intelectual e trabalhos manuais.

A tendência dual do Ensino Médio é histórica e atravessa toda a memória da educação brasileira. Merece destaque a publicação do Decreto nº 2208/1997 que desvinculou a educação profissional do ensino médio e estabeleceu:

Art. 1º A educação profissional tem por objetivos:

I - promover a transição entre a escola e o mundo do trabalho, capacitando jovens e adultos com conhecimentos e habilidades gerais e específicas para o exercício de atividades produtivas;

II - proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho, com escolaridade correspondente aos níveis médio, superior e de pós-graduação;

III - especializar, aperfeiçoar e atualizar o trabalhador em seus

conhecimento tecnológicos;

IV - qualificar, reprofissionalizar e atualizar jovens e adultos trabalhadores, com qualquer nível de escolaridade, visando a sua inserção e melhor desempenho no exercício do trabalho (BRASIL, 1997).

A educação profissional estabelecida por tal regulamento estava destinada à classe trabalhadora, sendo que suas diretrizes curriculares preconizavam a pedagogia das competências e o conceito de empregabilidade – transferindo para o indivíduo, única e exclusivamente, a responsabilidade pelo desemprego ou não-adaptação ao emprego. Constata-se aqui a lógica mercantilista da educação, utilizando-a como fornecedora da mão-de-obra para exploração para o sistema capitalista.

Maria Ciavatta e Marise Ramos destacam:

a necessidade de se construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a formação humana, laboral, cultural e técnico-científica, segundo as necessidades dos trabalhadores (CIAVATTA E RAMOS, 2011, p. 31).

O projeto de ensino médio citado que se propõe a tal objetivo é o Ensino Médio Integrado. Falar em Integração tem um sentido amplo no contexto acima; o ensino integrado pressupõe um processo formativo que correlacione as dimensões da vida: trabalho, educação e cultura. A concepção da educação integrada não implica, necessariamente, na educação profissionalizante. De acordo com Ciavatta e Ramos (2011), esta modalidade se impõe no Brasil por duas razões: a primeira é a dificuldade dos estudantes em projetarem uma profissionalização posterior a educação básica, dadas as adversas condições e ausência de políticas públicas adequadas.

A segunda é o caráter dual historicamente existente na educação brasileira, segundo o qual a dimensão do trabalho é desvalorizada nos processos de ensino e não encontra lugar entre as suas práticas. Inclusive, uma das categorias centrais para a educação integrada é o trabalho como princípio educativo, que de acordo com Kuenzer e Grabowsk (2016), supõe a compreensão dos processos de formação humana a partir das bases materiais de produção da existência.

Segundo Ronaldo Araújo e Gaudêncio Frigotto (2015), não há uma única forma de efetivação do currículo integrado, mas elas sempre têm algum impacto sobre a sociedade. E, ao longo da presente pesquisa, o impacto a ser perseguido é a superação da dualidade educacional, com o objetivo de alcançar uma educação emancipatória para a classe trabalhadora.

Um movimento importante que precisa ser exposto neste ponto é sobre a

aproximação – ou distanciamento – da discussão de gênero diante dos pressupostos marxistas defendidos nos últimos parágrafos. Inicialmente, é importante destacar que há uma crítica presente na literatura de referência do presente estudo, conforme Saffioti exemplifica:

Na década de 1970, HARTMANN (1979a) publicou artigo em que considerou os conceitos marxistas *sex-blind* (cegos para o gênero), opinião que prosperou e calou ampla e profundamente na *scholarship* feminista, fazendo-se presente até os dias atuais (SAFFIOTI, 2009, p. 3).

Destacando uma tentativa de explicação mínima das diferenças entre os sexos e da exploração de um pelo outro - de acordo com Beauvoir (2016) - Engels “tentou reduzir a oposição dos sexos a um conflito de classes: fê-lo, aliás, sem grande convicção; a tese não é sustentável.” (BEAUVOIR, 2016, p. 88). A autora discorre sobre muitas outras nuances do materialismo histórico, ressaltando que a simples denominação de homens e mulheres como proletários, burgueses ou outras entidades econômicas não é suficiente para explicar a origem da desigualdade.

Reconhecendo as lacunas deixadas por Marx e Engels, mas buscando produzir conhecimento generificado, muitas estudiosas feministas esforçaram-se em gerar uma abertura conceitual nos estudos marxistas; como, por exemplo, a leitura que Scott (1995) faz de Joan Kelly, responsável por inaugurar a ideia de realidade social sexualmente baseada:

ela sustentava que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagem para produzir as experiências sociais e históricas; que nenhum dos dois era causal, mas que os dois "operam simultaneamente para reproduzir as estruturas sócio-econômicas e as estruturas de dominação masculina de uma ordem social particular" (SCOTT, 1995, p. 79).

Em que pesem todas as críticas levantadas, permanece aqui a consideração do materialismo histórico como referência, reconhecendo os grandes avanços que a teoria trouxe para a compreensão da realidade. Desde os escritos de Beauvoir (2016) produzidos décadas atrás, já é notável que a teoria precisa ser adotada com cuidado quando as análises se referem à gênero. No entanto, o pensamento de base marxista mantém-se contrário à manutenção do *status quo* e de ordenamentos sociais baseados em opressões e o presente estudo opta por mantê-las como importante referencial teórico, diante do compromisso assumido de desafiar as conformações da estrutura social e compor a luta pela superação das desigualdades.

4. TRILHANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

O presente estudo fundamenta-se nos mesmos princípios que sustentam as concepções da Educação Profissional e Tecnológica na criação dos Institutos Federais, especialmente no contexto da educação democrática e emancipatória voltada para formação do sujeito omnilateral. No documento “Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes” produzido pelo Ministério da Educação, encontra-se:

Nesse ponto, entende-se que a educação precisa ser tomada numa dimensão muito maior. “Ela deve incorporar todas as dimensões educativas que ocorrem no âmbito das relações sociais que objetivam a formação humana nas dimensões social, política e produtiva” (Paraná, 2006). Isto representa tomar o trabalho como princípio educativo e como categoria orientadora das políticas da educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2010, p.33)

Retomando o objeto estudado, a saber: a participação das jovens mulheres que escolhem cursar a Educação Profissional no Instituto Federal da Bahia, é importante ressaltar que é analisado à luz dos princípios citados acima, bem como investigado o objetivo geral nas mesmas bases epistemológicas.

Na presente pesquisa são utilizados variados dados numéricos para melhor compreensão dos fatos. No entanto, compreende-se que não há como expressar apenas as realidades investigadas exclusivamente por meio de quantificações ou análises estatísticas, o que nos traz uma abordagem centralmente qualitativa. Por outro lado, entende-se a necessidade de produzir dados quantitativos para melhor compreensão das trajetórias das estudantes. Sendo assim, a pesquisa adota a abordagem qualitativo-quantitativo para apreender os sentidos da educação profissional para a vida das mulheres.

De acordo com Minayo (1994), a pesquisa qualitativa trata sobre uma realidade que não pode ser quantificada ou expressa em números. A intenção é captar abstrações e fazer uma análise sobre “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.” (MINAYO, 1994, p. 22).

Retomando os objetivos, é interessante trazer novamente aquele desenhado

como geral: geral analisar a participação feminina nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, do campus Salvador. Assim, é observável que o presente estudo busca identificar variáveis e a relação entre elas – no caso específico, as relações entre as desigualdades de gênero e a participação das mulheres na EPT.

Como Antônio Carlos Gil (GIL, 2002, p.42) afirma que “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”, sendo assim, a pesquisa também é classificada como descritiva se considerada a partir dos seus objetivos.

Ainda de acordo com Gil, é possível afirmar que esta pesquisa - a partir dos procedimentos utilizados – trata-se de uma pesquisa documental, visto que “a pesquisa documental se vale de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (GIL 2002, p. 46). Serão reunidos dados a partir de bases informatizadas e gerados relatórios que serão documentos analisados pela primeira vez.

É válido ressaltar aqui que as fontes primárias utilizadas possuem um direcionamento de acordo com os objetivos que o estudo almeja; os documentos não existem por si só, fazem parte de escolhas conscientes sobre as informações que devem ser levantadas. De acordo com os preceitos de Jacques Le Goff (1990):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio (LE GOFF, 1990, p. 547).

Ainda de acordo com Le Goff, a intencionalidade da pesquisadora é o que transforma documento em monumento e as condições históricas da sociedade contemporânea em que é produzido que determinam o seu valor. A partir das relações de poder estabelecidas com o conhecimento que é conferido ao documento o *status* de verdadeiro ou relevante.

Como o mestrado que requisita a pesquisa está localizado no IFBA – *campus* Salvador, este desponta como um *lôcus* privilegiado, inclusive diante da sua importância no contexto desse Instituto Federal específico. Vale destacar que o *campus* Salvador é centenário, visto que inicia sua história em 1909 ainda como Escola de Aprendizes Artífices, numa longa e reconhecida atuação socialmente

referenciada na capital baiana. Além disso, possui a maior quantidade de alunos em todo o estado – 5668 estudantes em curso, de acordo com dados da Plataforma Nilo Peçanha/PNP 2020 (ano base 2019), o que possibilita uma amostra importante a se considerar, dentro do universo de todo o instituto. Além disso, no campus de Salvador, há a maior oferta de cursos integrados³ em relação aos outros 22 campi⁴, o que aumenta consideravelmente a sua atratividade.

Faz-se necessário aqui evidenciar que todos os procedimentos adotados ao longo da pesquisa foram realizados de forma virtual, pois a execução da pesquisa foi iniciada antes de 2020 e atravessada pela pandemia da doença COVID-19, fato que exigiu mudanças de planejamentos iniciais em toda e qualquer pesquisa a ser desenvolvida no período. Toda a Rede Federal de EPT do Brasil suspendeu as aulas convencionais, interrompeu o atendimento presencial e afastou profissionais, conforme informações que o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica / CONIF informou ao Governo Federal através do Ofício nº 86, enviado em 25 de março de 2020.

Tal fato não traz qualquer demérito às práticas, visto que foram executadas com o rigor metodológico necessário e com toda atenção aos aspectos éticos na pesquisa - especialmente atentando para aqueles dispostos na Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016, que estabelece normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

4.1 Identificando, produzindo e analisando dados

Inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura de produções acadêmicas, documentos oficiais do IFBA e nacionais e possíveis produtos educacionais relativos ao objeto do estudo. Além disso, foi realizada uma análise documental nas normativas do IFBA, com o objetivo de encontrar como a instituição contempla a questão de gênero em seus principais documentos: Projeto Político-Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional. Além disso, outras normativas também foram analisadas: Plano Decenal de Arte e Cultura do IFBA e Política de Arte e Cultura do

³ De acordo com o portal do IFBA (www.portal.ifba.edu.br), o campus Salvador oferta os seguintes cursos: Técnico em Automação Industrial, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Geologia, Técnico em Mecânica, Técnico em Química, Técnico em Refrigeração e Climatização.

⁴ Segundo site oficial do IFBA: <https://portal.ifba.edu.br/campi/escolhacampus>.

IFBA, Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA e Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual.

Foi realizada uma coleta de dados em duas etapas, por meio de dois sistemas informatizados essenciais para o acompanhamento e registro da vida acadêmica dos estudantes: o Sistema Unificado de Administração Pública / SUAP no âmbito do IFBA e a Plataforma Nilo Peçanha /PNP no âmbito do Ministério da Educação. O período escolhido considera que os cursos do *campus* Salvador possuíam suas matrizes curriculares estruturadas em 4 anos e, com a ocorrência da pandemia da COVID-19, o ano letivo de 2020 foi suspenso. Sendo assim, o lapso temporal analisado vai dos anos de 2017 a 2021, tempo suficiente para ingresso e conclusão de um curso integrado no *campus* citado.

A primeira etapa consistiu em localizar os dados em nível nacional da PNP e a segunda consistiu em extrair do SUAP as matrículas realizadas nos anos citados, com informações mais detalhadas que a Plataforma Nacional não dispõe e em um curso específico. Foram consideradas as divisões por sexo em todos os cursos. A análise mais contundente exigiu avaliação de dados mais específicos em um dos cursos ofertados, buscando também sistematizar dados de faixa etária e relativos à permanência.

Foram construídas tabelas demonstrando a participação feminina em cada um dos cursos ofertados pelo *campus*, ano a ano. Debruçar-se sobre tais tabelas traz para a pesquisa outros olhares sobre as áreas de menor concentração feminina e a possibilidade de relacionar os índices com o que a literatura científica traz sobre a participação das mulheres em diversas áreas – com olhar especial para os cursos relacionados à indústria.

Posteriormente, foi realizada uma análise sobre os dados locais e os nacionais, buscando perceber a presença feminina nos cursos técnicos, em quais áreas e dados sobre permanência. As respostas para tais questões servem de subsídio para interpretações à luz do referencial teórico utilizado, buscando compreender a participação feminina na Educação Profissional e como ela reflete a desigualdade de gênero em contextos maiores do mundo do trabalho.

A análise dos dados obtidos conta com a criação de categorias geradas à luz do campo científico de gênero – além das referências já citadas no Referencial Teórico, a pesquisadora optou por dar prioridade para produções acadêmicas realizadas por pesquisadoras do IFBA como uma escolha consciente de valorização do trabalho

dessas mulheres. Além disso, buscaram-se metodologias embasadas em teorias feministas para análise:

Trata-se de identificar conceitos, categorias, teorias que emergem das experiências subalternizadas, que geralmente são produzidos coletivamente, que têm a possibilidade de generalizar sem universalizar, de explicar realidades diferentes contribuindo com o rompimento da ideia de que esses conhecimentos são locais, individuais e incomunicáveis (CURIEL, 2020, p. 134).

A análise dos dados está exposta no texto a seguir contendo os resultados e conclusões da pesquisa. Além disso, serviu como base para a construção do produto educacional “O que querem as mulheres na Educação Profissional?”.

Antes de iniciar o levantamento e a produção de dados ao longo dos capítulos a seguir, é importante destacar que serão utilizados dois termos não considerados como conceitos fundamentais até o presente momento: sexo e mulheres.

Embora a unidade indiscutida da noção de “mulheres” seja freqüentemente invocada para construir uma solidariedade da identidade, uma divisão se introduz no sujeito feminista por meio da distinção entre sexo e gênero. Concebida originalmente para questionar a formulação de que a biologia é o destino, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causai do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo (BUTLER, 2003, p. 24).

Justifica-se o uso dos dois termos pela sua larga utilização nos sistemas, censos e políticas públicas. É reconhecida aqui a limitação que o termo sexo, por exemplo, traz para a compreensão das relações de gênero, mas é uma descrição importante utilizada popularmente e não há como dispensar a realização das análises necessárias pela ocorrência de um termo não condizente com o referencial teórico da pesquisa.

5. BUSCANDO A PRESENÇA DO GÊNERO NOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS DO IFBA

A seguir, encontra-se a primeira seção do documento destinada a levantar e produzir dados. A pesquisa iniciou-se pelos dois principais documentos institucionais do IFBA – em ordem de relevância: Projeto Político-Pedagógico Institucional e Plano de Desenvolvimento Institucional. Com a leitura dos textos, vieram sinalizações como pistas de outros documentos onde a questão de gênero pudesse ser tratada.

5.1 Projeto Político-Pedagógico Institucional

O Projeto Político-Pedagógico Institucional / PPI é o documento de identidade da instituição. Nele constam os principais elementos que caracterizam o IFBA e a sua forma de pensar a educação, bem como de agir nela, estabelecendo princípios filosóficos e técnico-metodológicos. Apesar da construção do seu texto ter ocorrido em 2013, o PPI permanece em vigência e sem revisões desde então. O documento está estruturado em 4 dimensões e a análise do seu teor acompanhará tal divisão: Dimensão I – Caracterização Institucional, Dimensão II - Caracterização da sociedade, conhecimento e educação profissional e tecnológica, Dimensão III - Dimensão político-pedagógica e Dimensão IV – Estrutura Educacional.

Na Dimensão I, inicialmente é feito um resumo da História da instituição, mas nela não aparecem questões ligadas às mulheres - seguindo o já conhecido apagamento histórico. No perfil institucional, encontra-se a delimitação de missão, visão, princípios, finalidades/objetivos, diretrizes e avaliação. Dentre os tópicos, destacam-se aqui os dois breves momentos em que as questões de gênero são citadas:

- Princípios: “Inclusão: Ações Afirmativas de inclusão e garantia de acesso para egressos de Escolas Públicas e/ou em situações de vulnerabilidade social, levando em consideração as questões étnico-raciais e de gênero” (IFBA, 2013, p. 29)

- Diretrizes: “Promover políticas institucionais visando a inclusão social (étnica, gênero, necessidades especiais, etc.)” (IFBA, 2013, p. 31).

Observa-se aqui uma tendência que se repete ao longo de praticamente todo o documento: as questões de gênero são um elemento separado de outros elementos

entre vírgulas; citadas, mas não desdobradas; vistas, mas não analisadas. Geralmente, são incluídas no tópico de inclusão, um grande guarda-chuva que supostamente compreende todas as parcelas da população historicamente marginalizadas em seus direitos.

A Dimensão II inicia-se com o tópico “Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição”, onde lê-se:

Nesse âmbito, a educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, estabelecendo relações sócio-históricas e culturais de poder (IFBA, 2013, p. 33).

Na sequência, o tópico inteiro silencia sobre gênero. Ora, trata-se aqui de provocar nos estudantes o debate sobre relações sócio-históricas e culturais de poder, mas a participação das mulheres não é destacada nesta discussão. Os subtópicos a seguir, intitulados “Ser humano, sociedade e educação” e “Contexto atual do mundo do trabalho” permanecem silentes quanto ao tema.

Já o último, do qual se espera um teor diferente a partir do seu título “O local e o global: educar para as diversidades”, traz:

A sociedade brasileira é diversa, complexa e desigual. Diversidade que se expressa não apenas através da diversidade cultural, mas que se manifesta nas desigualdades sociais, raciais e econômicas. Tais desigualdades perpassam o âmbito escolar, dessa forma a questão da diversidade não pode estar à margem do debate no campo educacional. O princípio da educação enquanto direito social e de todos os brasileiros, independentemente de cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição, vem sendo ratificado há tempos através de convenções e acordos internacionais, bem como de diferentes instrumentos legais dentre os quais se destacam, no âmbito internacional, a Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU, 1948, Art. 26), a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino (UNESCO, 1960, ratificada pelo Brasil em 1968)e, no âmbito nacional, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988(Arts.2-6), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003) e o Plano Nacional de Educação 2011-2020 (BRASIL, 2010) (IFBA, 2013, p. 43-44).

O trecho acima, apesar de afirmar princípios importantes, mantém o mesmo padrão já encontrado anteriormente. Além de seguir os documentos oficiais que, geralmente, utilizam o descritor sexo, o texto do PPI também mantém a lógica de citar

as diversidades de forma encadeada, como se todas pudessem ser reduzidas ao guarda-chuva da inclusão e diversidade.

O fato acontece também na Dimensão III, em que a temática só vem a aparecer no tópico “Inclusão, acesso e permanência”, destacando-se dentre as medidas a serem tomadas pelo IFBA:

Democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica para os distintos segmentos da sociedade, bem como às condições de permanência adequadas aos estudantes, relativas à diversidade socioeconômica, étnico-racial, de gênero, cultural e de acessibilidade, de modo a efetivar o direito a uma aprendizagem significativa, garantindo maior inserção cidadã e profissional ao longo da vida (IFBA, 2013, p. 62).

Além disso, a citação a seguir resume o pensamento vigente ao longo do texto:

A inclusão no âmbito educacional precisa ser considerada no sentido amplo, a partir das situações de exclusão e marginalização presentes na sociedade, que atingem não apenas as pessoas com algum tipo de deficiência, mas todos os que, de alguma forma ou por alguma característica fazem parte das chamadas minorias. Nesse universo, além das pessoas com deficiência estão os negros, índios, ciganos, homossexuais, pobres, mulheres, crianças, entre outros que, ao longo da história, privados de participar e usufruir dos bens culturais construídos pelo grupo (IFBA, 2013, p. 63).

Não se trata aqui de contrariar o trecho acima, ao contrário: o presente estudo coaduna com o pensamento exposto. No entanto, a leitura crítica com olhar focado em gênero exige que se busquem momentos de clara intencionalidade em tratar do tema e desenvolvê-lo. Se a finalidade do PPI é orientar a práxis pedagógica do IFBA e se este é um tema importante, ele deveria aparecer com posicionamento institucional e direcionamento para a comunidade acadêmica.⁵

O tema aparece ainda na Dimensão III, no item “Política Social para o Educando” e, na Dimensão IV, ao tratar dos princípios para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio / EPTNM : “reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo” (IFBA, 2013, p. 103) e nas diretrizes para a EPTNM: “Articular, por meio de uma

⁵ É importante ressaltar que existe um documento voltado para a inclusão no IFBA, é a Resolução nº 30/2017 que estabelece a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência e/ou outras Necessidades Específicas no IFBA. O documento é voltado exclusivamente para o que se destina e todo seu texto trata sobre o atendimento a pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, necessidades específicas, altas habilidades/superdotação e transtornos de aprendizagem.

metodologia interdisciplinar, eixos que estão contemplados nos PCNs como: meio ambiente, sexualidade, gênero, drogas, entre outros relevantes para a sociedade” (IFBA, 2013, p. 105).

É importante ressaltar que o PPI não é fruto de uma decisão de gabinete ou produzido por uma empresa contratada para tal. Ele se constituiu a partir de discussões com a comunidade, comissões em todos os campi, textos amplamente construídos, debatidos e reformulados, aprovados após dois congressos com representantes de todos os segmentos. Assim, ele traz uma responsabilidade coletiva, inclusive da pesquisadora que assina este estudo por também ter participado intensamente desse processo de construção.

A crítica que aqui se faz surge a partir de um letramento de gênero, ainda incipiente há 10 anos, que faz com que o apagamento do tema hoje constitua um silêncio gritante, uma ausência que ressalta aos olhos e cause uma falta incômoda e desconfortável. Temas que estavam em amplo debate à época como a inclusão de pessoas com deficiência e a busca pela garantia dos seus direitos conseguem conformar um espaço garantido para discussão e definição de compromissos institucionais.

Como as políticas públicas surgem no âmbito de um contexto marcado por disputas de posicionamentos e como as relações de gênero foram fortemente atacadas nos últimos anos pelas forças conservadoras no poder, abre-se uma possibilidade para que a comunidade do IFBA passe a pautar a questão no seu fazer cotidiano e nos documentos institucionais. A partir do PPI e, talvez em uma revisão dele, a instituição pode vir a se posicionar e admitir posturas necessárias ao enfrentamento das discriminações de gênero e é o que segue a busca na análise dos documentos subsequentes.

5.2 Plano de Desenvolvimento Institucional

O Plano de Desenvolvimento Institucional/ PDI é um documento que desenha os caminhos administrativos e metodológicos da instituição num horizonte de 5 anos com vistas a estabelecer metas e estratégias para alcançá-las. Assim, todo PDI possui

uma nomenclatura que define o seu período de vigência e, para o presente estudo, será analisado o PDI IFBA 2020-2024.

O PDI 2020-2024 traz um panorama detalhado do IFBA contendo perfil institucional por campus, cursos e vagas, pesquisa, extensão, pós-graduação, servidores, organização administrativa, gestão, assistência estudantil, divulgação de informações, acervo acadêmico, infraestrutura, relações com a sociedade civil e questões orçamentárias. Como se pode notar, é um quadro descritivo da configuração atual do IFBA e em qual se deseja chegar ao longo de 5 anos.

No entanto, em nenhuma das partes citadas e em nenhuma das suas 273 páginas, o PDI do IFBA contempla qualquer meta ou descrição das questões de gênero no âmbito do instituto. Haveria oportunidades para tal, por exemplo:

- existem várias análises do corpo discente abrangendo números, vagas, formas, modalidades de ensino e nelas poderia constar, minimamente, a divisão por sexo como costumam fazer os documentos oficiais;
- é realizada uma caracterização dos servidores, a partir da distinção entre técnicos e docentes, lotação, escolaridade, formação acadêmica, posicionamento na carreira, mas não há uma tabela que identifique quem são e onde estão homens e mulheres;
- na meta 3.1.8, sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino, encontra-se:

Criar 01 fórum de discussão semestral, a partir de 2020, com as temáticas orientadas aos requisitos legais e normativos: ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena, direitos humanos, ética, inclusão e diversidade, meio ambiente, sustentabilidade, entre outros (IFBA, 2020, p. 93).

A meta, embora insuficiente, poderia ter contemplado o pensar sobre gênero dentre os temas do fórum que deveria ser realizado – seguindo a lógica do PPI de citar gênero como um elemento da inclusão – mas, nem mesmo isto é feito. O que significa que não há metas institucionais definidas para superação das desigualdades no documento administrativo que norteia as práticas e as estratégias que dele derivam.

O PDI é um documento originado a partir de uma orientação da Reitoria, mas desenvolvido a partir de comissões locais nos campi e, a partir delas, seus quadros e tabelas foram preenchidos. Assim, observa-se que não se trata de um silenciamento originado apenas por uma ou outra gestão, mas sim por toda uma comunidade. O

desenho do futuro institucional sem menção ao gênero é responsabilidade de todas e todos.

Daf, questiona-se: onde está o compromisso institucional com o enfrentamento à desigualdade social e histórica para com as mulheres? Depreende-se que nos dois maiores documentos oficiais – PPI e PDI - ele não está. Assim, segue a busca pelos normativos, e parte-se para o entendimento de outro plano com horizonte temporal definido: o plano decenal de cultura.

5.3 Plano Decenal de Arte e Cultura do IFBA e Política de Arte e Cultura do IFBA

Na busca por projeções voltadas à redução das desigualdades nas relações de gênero, encontra-se a definição de algumas metas que podem acrescentar informações no plano decenal de cultura. Antes dele, é importante destacar a aprovação da Política de Arte e Cultura do IFBA, em vigor a partir do dia 31 de outubro de 2022 conforme a Resolução CONSUP/IFBA nº 79/2022.

A política visa contribuir na garantia dos direitos culturais e na valorização das manifestações artísticas-culturais no âmbito da instituição e nas suas relações com a comunidade externa. Assim, estabelece alguns princípios para orientar e balizar as práticas, dentre eles: “I — Compromisso com a inclusão, acessibilidade e o combate à desigualdade cultural, social, econômica, racial, de gênero e educacional.” (IFBA, 2022, p. 6) e um dos meios de gestão desta política é a criação de planos decenais de cultura:

Art. 13 O Plano Decenal de Arte e Cultura é um documento de caráter executivo, parte de uma Política Pública, composto por um conjunto de princípios, diretrizes, objetivos, metas e ações, com os respectivos prazos de execução e indicadores de resultados para o seu acompanhamento e avaliação, que deve ser construído de forma democrática e participativa no interstício de dez anos, de maneira a pautar os desafios e aprimoramentos para melhor qualificação e performance do IFBA nas áreas de Arte e Cultura, orientando as instâncias de gestão institucional, sempre atendendo aos princípios, diretrizes, objetivos e estrutura normativa da Política de Arte e Cultura.

§ 1º São características do Plano Decenal de Arte e Cultura:

I — Expressão do planejamento de gestão da Política de Arte e Cultura do IFBA;

II — Promoção de igualdade e equidade de oportunidades em todas as unidades do IFBA;

III — Valorização da diversidade de manifestações artísticas e culturais;

(IFBA, 2022, p. 15).

Assim, o Conselho Superior do IFBA / CONSUP também aprova o Plano decenal de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) para o interstício 2022-2031 com vigência a partir de 31 de outubro de 2022, instituído a partir da Resolução CONSUP/IFBA nº 80/2022. O ponto de destaque do plano é ter uma diretriz própria para a diversidade dentre as 7 que lhe constituem.

No entanto, na leitura da diretriz 5 que versa sobre “Reconhecer a diversidade étnico-racial e das identidades de gênero e sexualidade como fundamento e horizonte para promoção de ações interculturais” (IFBA, 2022, p. 17) é possível perceber que a construção do texto, mais uma vez, não dispõe de algum nível de detalhamento sobre a questão das mulheres no Brasil.

Haveria espaço dentro do objetivo 1:

Promover ações interculturais e artísticas que tenham como balizadores as diversidades étnico-raciais, de gênero e sexualidade, as identidades culturais dos territórios da Bahia, de forma a contribuir para o reconhecimento e valorização das tradições culturais e diversidade e pluralidade cultural por meio da interculturalidade (IFBA, 2022, p. 17 -18).

Dentro do objetivo citado encontra-se uma meta desdobrada em várias ações e nenhuma delas dispõe-se a tratar sobre a temática. As questões de gênero são tocadas novamente de forma muito genérica e, dificilmente, induzem a criação de propostas voltadas a sanar a lacuna encontrada. Assim, continua a busca por elementos que subsidiem a luta pelo fim da discriminação e pela igualdade de oportunidades nos documentos institucionais do IFBA.

5.4 Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA

Os documentos analisados acima indicam que, se houver, a discussão sobre gênero no IFBA ela provavelmente será desenvolvida no âmbito da assistência estudantil. Assim, o próximo texto a ser estudado é aquele aprovado pela Resolução

CONSUP/IFBA nº 25/2016 que institui as Diretrizes e Normas da Política de Assistência Estudantil do IFBA.

A Política de Assistência Estudantil é indispensável no dia a dia dos *campi* da instituição, pois é por meio dela que são operacionalizados importantes instrumentos que possibilitam acesso, permanência e êxito dos estudantes. Além disso, ela também é responsável por fomentar iniciativas que contribuam para a formação humana integral prevista na missão do IFBA. A Política traz em seu bojo diversos programas, sendo que alguns deles são específicos para estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica e outros são destinados a todo o corpo discente – os universais e os complementares.

Sobre os programas universais, define-se:

Art. 83 - Constituem-se como os Programas Universais desta Política:

I - Programa de Educação para Diversidade;

II - Programa de Atenção às Pessoas com Necessidades Específicas;

III - Programa de Assistência à Saúde;

IV - Programa de Acompanhamento Psicológico;

V - Programa de Acompanhamento Pedagógico;

VI - Programa de Acompanhamento Social;

VII - Programa de Incentivo à Educação Física e Lazer;

VIII - Programa de Incentivo à Educação Artística e Cultural;

IX - Programa de Incentivo à Formação da Cidadania;

X - Programa de Assistência a Viagens.

(IFBA, 2016, p. 15).

No Título III, Capítulo II – Programa de Educação para Diversidade são encontrados os direcionamentos coerentes com os objetivos do presente estudo:

Art. 98 - Este programa tem como objetivo viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre equidade, diversidade etnicorracial, gênero, religião, orientação sexual, idade, dentre outras questões relativas, demandadas pelo contexto no qual o campus está inserido;

(...)

Art. 100 - Caberá a este programa realizar as seguintes ações:

I - promover o debate e a avaliação de políticas específicas, visando à formação de grupos de estudantes multiplicadores das discussões das relações etnicorraciais, das desigualdades de gênero, de religião, de orientação sexual, de idade entre outras;

(IFBA, 2016, p. 17).

O que se observa no trecho acima é que ele segue a tendência já observada em outros documentos: o programa de educação para a diversidade também contempla gênero como mais um elemento, sem adentrar as suas especificidades ou dedicar algumas linhas a mais. No entanto, chama a atenção o fato de que o programa de educação para a diversidade não nomeia os servidores responsáveis ou setores aos quais está ligado, como é feito explicitamente nos programas seguintes – há apenas uma citação sobre ele no âmbito do programa de acompanhamento pedagógico. As questões de gênero são rapidamente lembradas também no programa de acompanhamento psicológico que estabelece dentre as suas atribuições o cuidado com a qualidade de vida dos estudantes: “criar ou participar de espaços de discussão sobre identidade, sexualidade, questões de gênero e étnico-raciais e seus impactos psicossociais” (IFBA, 2016, p. 20)

Uma outra alternativa seria afirmar seu caráter transversal aos demais como acontece no programa de incentivo à educação artística e cultural, mas isso não ocorre – o que suscita uma reflexão sobre qual a relevância do programa diante de toda a política e se ele existe apenas para registro ou para implantação de fato. Portanto, por mais que os documentos anteriores apontem para a inclusão do gênero como parte da Assistência Estudantil, na prática não é um tema tratado com relevância. Assim, para além da sua incipiente definição no texto, ainda encontra-se a dificuldade de execução dos programas universais como Prada e Surdine (2018) revelam em sua pesquisa sobre a execução do Programa Nacional de Assistência Estudantil, a partir das normativas institucionais de 38 Institutos Federais de Educação, dentre eles o IFBA. Para as autoras:

A existência de uma diversidade de programas universais e seletivos não nos remete imediatamente à sua execução. Comparando as normativas com o estudo de Prada (2015) pode se observar a priorização dos programas seletivos em detrimento dos universais. Ou seja, apesar da importância da regulamentação dos programas, faltam condições materiais para sua efetivação no interior das instituições (PRADA e SURDINE, 2018, p. 283).

É importante ressaltar que a Política é utilizada cotidianamente na instituição, é conhecida em alguma medida pela maioria da comunidade e a sua implementação acontece regularmente com a destinação de recursos financeiros. A Política pode ser considerada como parte do cotidiano do IFBA, embora esteja longe de ser executada no plano ideal pelos diversos entraves que se apresentam, especialmente falta de

estrutura, restrição orçamentária e número de servidores para sua execução satisfatória.

5.5 Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral

Há um documento no IFBA, muito recentemente aprovado, que não deixa dúvidas do seu posicionamento em relação às questões de gênero na instituição. A Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, aprovada através da Resolução CONSUP/IFBA nº 98, de 12 de julho de 2023 traz delimitações claras sobre como a instituição enxerga e como deve combater as práticas de assédio já perpetuadas ao longo do tempo. Para compreensão da política, inicialmente faz-se necessário compreender o contexto no qual ela nasce.

Contextualização

Em 08 de julho de 2021, o IFBA ganha destaque na mídia por um motivo diferente e não glorioso: a Polícia Federal cumpriu mandado de busca em desfavor de um professor do campus Barreiras, acusado de cometer assédio sexual contra estudantes⁶. O fato teve grande repercussão, mas está longe de demarcar o início dessas práticas na instituição. O volume de denúncias não atingia um número alto na Correição (setor responsável por apuração e penalidades de servidores que cometem irregularidades), mas sempre demarcava presença.

No relatório emitido pela Correição (citado em documento do Gabinete da Reitoria disponível para consulta pública⁷) constam 17 processos de assédio sexual em curso do ano de 2015 até o mês de abril de 2020 em 11 campi diferentes. Dentre todos eles, apenas 1 vítima é do sexo masculino, enquanto todas as outras são do sexo feminino entre 15 e 17 anos. Ou seja, os sujeitos da presente pesquisa, jovens

⁶ As informações estão na página da Polícia Federal. Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/07/policia-federal-deflagra-operacao-corretivo-para-investigar-servidor-por-assedio-sexual>. Acesso em 16 de junho de 2022.

⁷ O relatório da Correição e outros documentos relacionados, estão disponíveis através do Sistema Eletrônico de Informações / SEI – IFBA registrado com o número 23278.010052/2020-91. O link direto para acesso ao documento emitido pelo Gabinete da Reitoria é no site http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1686160 e o código CRC 725FE493.

mulheres no ensino médio integrado, são as principais vítimas de assédio sexual no IFBA. Os dados são apontados por um número pequeno de casos, mas não irrelevantes, visto que a realidade do número de casos não formalizados tende a ser bem mais alta.

Existem elementos que criam abismos entre as vítimas e a formalização das ocorrências como o medo de represálias, a falta de um canal adequado de denúncias e a dificuldade em reconhecer o abuso na relação de poder – todos os agressores são homens e a maioria é de professores, o que costumeiramente pressupõe uma postura de superioridade hierárquica diante do corpo discente.

Além do referido relatório, a temática esteve no centro do debate e da pressão exercida por grupos estudantis em busca de respostas e soluções efetivas. As ações antes isoladas no IFBA passaram a compor um painel mais organizado e com objetivos definidos, especialmente na composição de uma comissão ampla responsável por elaborar a Política de Prevenção e de Combate ao Assédio Sexual no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Além disso, também foi lançada em maio de 2021 a Campanha Institucional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual⁸, paralelamente aos procedimentos de construção da política, a fim de contribuir na compreensão e oferecer subsídios para a luta contra o problema. A campanha traz em seu bojo elementos educativos como entrevistas, aulas inaugurais, transmissões ao vivo pelas redes sociais, produção de peças publicitárias, realização de curso e parcerias com órgãos externos.

A Política

A Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) é um marco importante na história institucional, pois, como depreende-se das análises realizadas ao longo deste capítulo, é um documento – possivelmente o único – centrado no olhar de enfrentamento às desigualdades sofridas majoritariamente pelas mulheres na instituição. Ressalta-se que há um outro documento também ligado às questões de gênero: a Resolução nº 22, de 03 de outubro de 2017, que aprova a

⁸ A Campanha pode ser acessada em página própria no portal do IFBA. Disponível em: https://portal.ifba.edu.br/acessoainformacao/enfrentamento_ao_assedio_acoes. Acesso em 16 de novembro de 2022.

Normatização para o uso do Nome Social no âmbito do IFBA. No entanto, o uso do Nome Social não é uma pauta central no presente estudo, apesar da sua importância ao tratar do reconhecimento das identidades de gênero - aqui “entende-se que a vivência de um gênero (social, cultural) discordante com o que se esperaria de alguém de um determinado sexo (biológico) é uma questão de identidade, e não um transtorno” (JESUS, 2012, p.9)

Retomando a Política, inicia-se a análise do documento aprovado. Ele foi estruturado em 11 capítulos: Capítulo I - Das concepções que fundamentam a Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral; Capítulo II - Dos objetivos da política; Capítulo III - Da abordagem interseccional e das violências que subjazem o assédio sexual/moral; Capítulo IV - Do assédio sexual e suas formas; Capítulo V - Do assédio moral e suas formas; Capítulo VI - Da Comissão Central Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio – CIPEA; Capítulo VII - Da Comissão Local Institucional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio – CIPEA LOCAL; Capítulo VIII - Dos procedimentos e competências de acolhimento e acompanhamento das denúncias de assédio; Capítulo IX - Das ações preventivas e educativas do conceito e finalidade; Capítulo X - Do alinhamento com a documentação do IFBA e Capítulo XI - Das disposições finais (IFBA, 2023).

Destacam-se na sequência os Capítulos IX e X por trazerem pontos fundamentais já levantados ao longo da pesquisa em tela. Não se trata de desconsiderar a tamanha relevância do tema assédio para a discussão, mas sim de focar nos estudos sobre as mulheres e as desigualdades de gênero para além dele. É fato que o assédio sexual permeia as práticas discriminatórias cotidianas e também é uma das consequências do machismo, mas existem outras que precisam ser trazidas ao centro do debate, considerando que o objetivo aqui perseguido é analisar a participação feminina no IFBA e ela não pode, nem deve, estar restrito a um único aspecto.

O Capítulo IX – Das Ações Preventivas e Educativas traz em seu bojo como o IFBA pode ofertar ações de formação inicial e continuada para tratar preventivamente o assédio, propiciando a produção ampla de conhecimentos na área, desde a elucidação de conceitos até a capacitação de todos aqueles envolvidos diretamente envolvidos no trato com as denúncias. Há um bom detalhamento das ações que

podem ser desenvolvidas, bem como os atores responsáveis pela garantia de execução dessas ações.

O capítulo descreve um amplo rol de atividades possíveis e elas desenham o que pode ser considerado, de fato, como inclusão do gênero no currículo. Trata-se do currículo formal composto por ementas e componentes curriculares, mas também vai muito além dele. Ao propor uma formação ampla para todas as pessoas que compõem a comunidade acadêmica e em todas as esferas do planejamento de ensino e dos dias letivos, a Política relaciona-se ao currículo enquanto um contexto de produção de significados, em que os conhecimentos não são neutros; eles são selecionados/produzidos/priorizados/ressignificados. Como afirma Tomaz Tadeu da Silva: “Todo conhecimento depende da significação e esta, por sua vez, depende de relações e poder. Não há conhecimento fora desses processos” (SILVA, 2005, p. 149). O currículo é território, espaço de produção de sentidos marcados por estruturas de poder e o gênero também é um elemento desta disputa.

Já o Capítulo X – Do alinhamento com a documentação do IFBA traz uma possibilidade esperançosa para a análise realizada aqui até o presente momento, visto que orienta a revisão dos documentos institucionais à luz da Política Interseccional de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e Moral no IFBA. A Política orienta a revisão documental para, dentre outros objetivos: “Ressaltar, nos documentos oficiais, o apreço e a responsabilidade da instituição pelo enfrentamento ao assédio” (IFBA, 2023).

Diante da constatação expressa nas páginas anteriores deste capítulo, nota-se o quanto o IFBA foi silente quanto às desigualdades de gênero em seus documentos até então. Com a recente aprovação da Política, espera-se que novos horizontes sejam abertos para a garantia institucional do combate às opressões no Instituto, especialmente no que concerne à luta das mulheres por espaços institucionais dignos, seguros e não discriminatórios.

Assédio na mídia

Ainda sobre o enfrentamento ao assédio, é o momento de resgatar algumas falas citadas no capítulo introdutório desta tese. Elas foram produzidas pela mídia baiana, mais especificamente o Jornal Correio, que publicou reportagens especiais sobre os casos de assédio sexual no IFBA, mas com falas reveladoras e impactantes

sobre a discriminação das mulheres na instituição de uma forma geral. Serão analisadas aqui 3 matérias escritas por Thais Borges e publicadas no dia 07 de agosto de 2021:

1. “A sala de aula é um espaço de poder que reverbera opressões de gênero e raça’, diz pesquisadora.” (BORGES, 2021a).
2. “Passei meses sem conseguir ir à escola até perder o ano’, diz vítima de assédio sexual no Ifba.” (BORGES, 2021b).
3. “Na sala com machistas: como casos de assédio sexual no Ifba refletem cultura histórica na escola.” (BORGES, 2021c).

É importante ressaltar que a autora é uma mulher jornalista e todas as participantes das matérias são mulheres. Além das estudantes vítimas de assédio cujos nomes reais são ocultados, também são entrevistadas outras mulheres diretamente ligadas ao IFBA : a docente aposentada de História Sônia Brito, pesquisadora de gênero que compõe o referencial teórico da presente pesquisa, a assistente social Heide Damasceno – membro da Comissão Permanente de Prevenção e Combate ao Assédio do *campus* Salvador, a atual ocupante do cargo máximo da instituição, a Reitora Luzia Mota, e a professora da UFBA Bárbara Carine Pinheiro, ex-estudante do IFBA e referência em educação antirracista. A única entrevistada sem vínculo explícito com a instituição é Edilza Sotero, doutora em Sociologia e professora da Faculdade de Educação da UFBA.

Compreende-se aqui que a relevância das reportagens é ratificada quando investigam e dão publicidade aos fatos e cabe a outros tipos de texto - como esta dissertação - fazer análises mais profundas das informações expostas. A leitura dos três textos é reveladora de muitos aspectos do IFBA, a ponto de serem agrupadas em categorias para que possam ser observadas com mais atenção e integrem a análise dos dados desta pesquisa.

O desdobramento das categorias acontece no Capítulo a seguir, num movimento que demonstra as relações entre falas e constatações expostas nas matérias com o levantamento de dados realizados exclusivamente para a produção desta dissertação, comprovando como os dados são intrínsecos ao contexto real, cotidiano e palpável do IFBA.

6. REFLETINDO SOBRE ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO NA INSTITUIÇÃO

No Capítulo 6, a pesquisa traz dados inéditos produzidos a partir de levantamentos em sistemas informatizados, mas também destaca trechos de falas das matérias de jornal já descrita para trazer outros olhares. As informações expostas são vistas à luz do referencial teórico da pesquisa e de outras produções acadêmicas relevantes e construídas no interior do IFBA.

6.1 O machismo cotidiano

Na leitura das matérias citadas acima, o primeiro elemento que salta aos olhos são as práticas cotidianas de machismo em sala de aula – prioritariamente – e em outros espaços institucionais. As adolescentes são lembradas cotidianamente que o seu lugar não é ali, como vemos nos trechos abaixo:

E o machismo não é só assédio. É bem mais comum que ele apareça quando, nas aulas, a participação ou a dúvida de uma aluna é encarada de forma diferente da de um aluno. "Quando tenho colegas com as mesmas ideias que as minhas, por exemplo, mas que falam de uma forma diferente com o professor, ele atende, cede espaço. Quanto a mim, ele passa batido. Percebo isso desde 2018, quando entrei lá", diz uma jovem de 18 anos, estudante do campus de Porto Seguro (BORGES, 2021c).

Saí do Ifba em 2018. Minha experiência lá sempre foi muito difícil, porque sempre existia uma tensão muito grande pelo fato de eu vir de escola pública. Todo mundo que entra como estudante de escola pública já sabe que a trajetória vai ser bem mais complicada que os outros. A maioria perde no primeiro ano, mesmo sendo bom aluno nas escolas de onde vieram. Eu vivi isso. Minha vida acadêmica foi muito complexa por conta disso, como mulher preta e com minha mãe sendo empregada doméstica. Ouvi muito de professores, principalmente nas áreas técnicas, coisas como 'você não vai passar de ano, você não tem condição de passar', na frente de outras pessoas. E eu passei no Ifba em terceiro lugar sem os critérios de cotas, porque minha nota tinha sido boa (BORGES, 2021b).

Não é só o Ifba. Em todos os espaços que vivi, esses mecanismos de poder opressores se estabeleciam. É algo que a gente precisa lidar. (...) As mulheres hoje são maioria nos cursos de graduação. A gente pode dizer isso até nos cursos de exatas como Química. Mas quando pensamos nos topos da carreira, não são as mulheres. Quando pensamos nas bolsas de produtividade do CNPq, ainda estamos longe. Quando olhamos docentes de programas de pós-graduação, os laureados (com o prêmio) Nobel, diretoras e reitoras, ainda estamos longe (BORGES, 2021a).

Os depoimentos transcritos revelam o sofrimento cotidiano das mulheres que se propõem a ingressar nos cursos técnicos. Elas são constantemente deslegitimadas nestes espaços e o fato de estarem em maior ou menor número neles pode ser um

fator que fortalece ou enfraquece essa conquista pelo reconhecimento do curso como seu lugar.

Para subsidiar essa análise, foram produzidos gráficos a partir de dados extraídos da Plataforma Nilo Peçanha, nos anos base de 2017 a 2021 (publicados sempre no ano seguinte).

Os dados do IFBA em todas as suas formas e modalidades de ensino apontam para uma presença majoritária de homens:

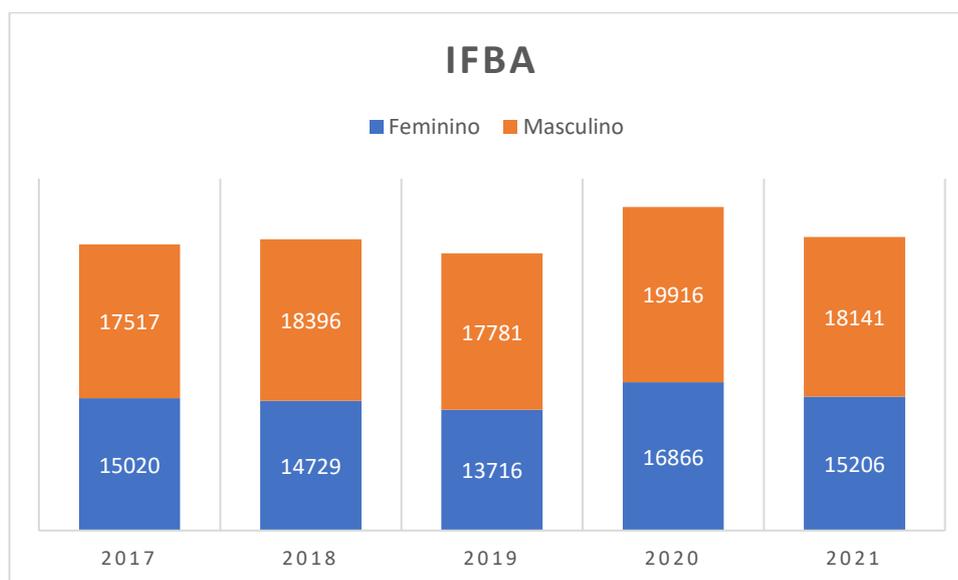


Figura 1 - Gráfico 1 – Número de matrículas no IFBA por sexo no período de 2017 a 2021

Para continuar a investigação sobre onde as mulheres estão, foram elaborados gráficos para cada curso do campus Salvador, o *locus* de pesquisa.

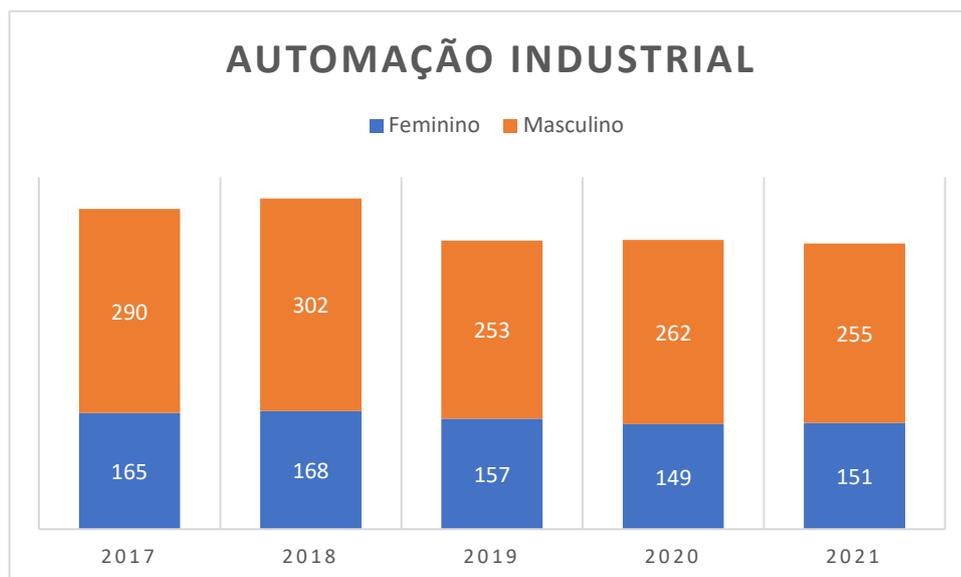


Figura 2 - Gráfico 2 – Número de matrículas no curso de Automação Industrial do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

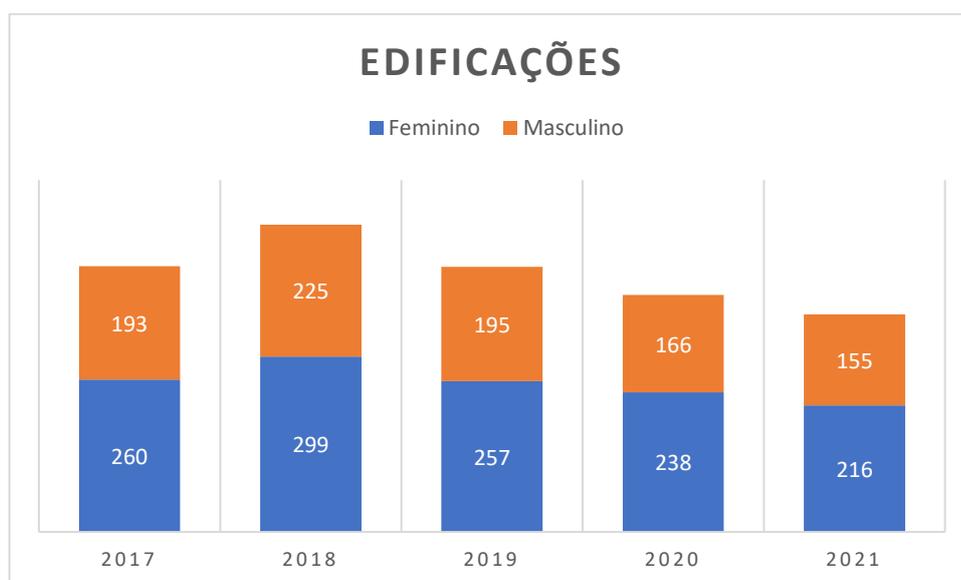


Figura 3 - Gráfico 3 – Número de matrículas no curso de Edificações do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

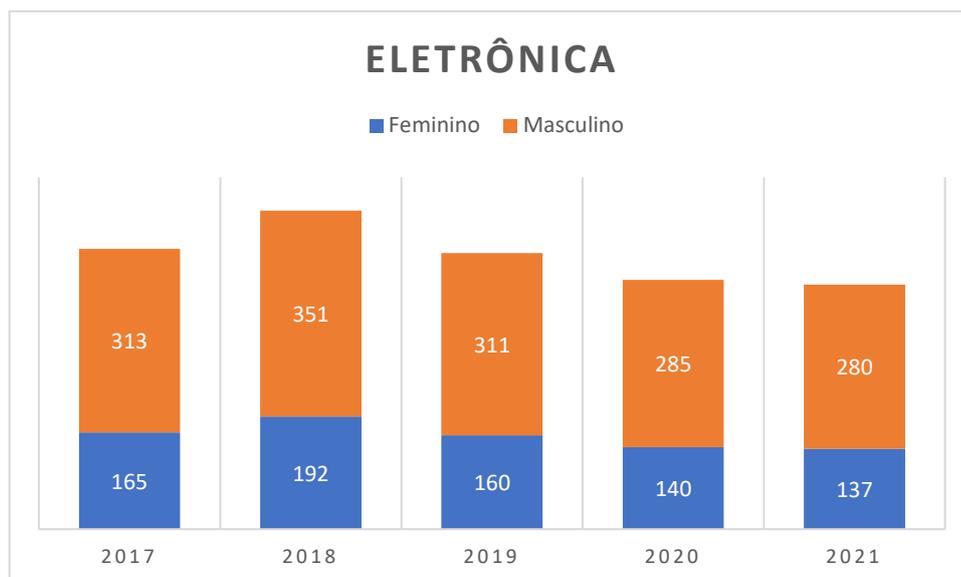


Figura 4- Gráfico 4 – Número de matrículas no curso de Eletrônica do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

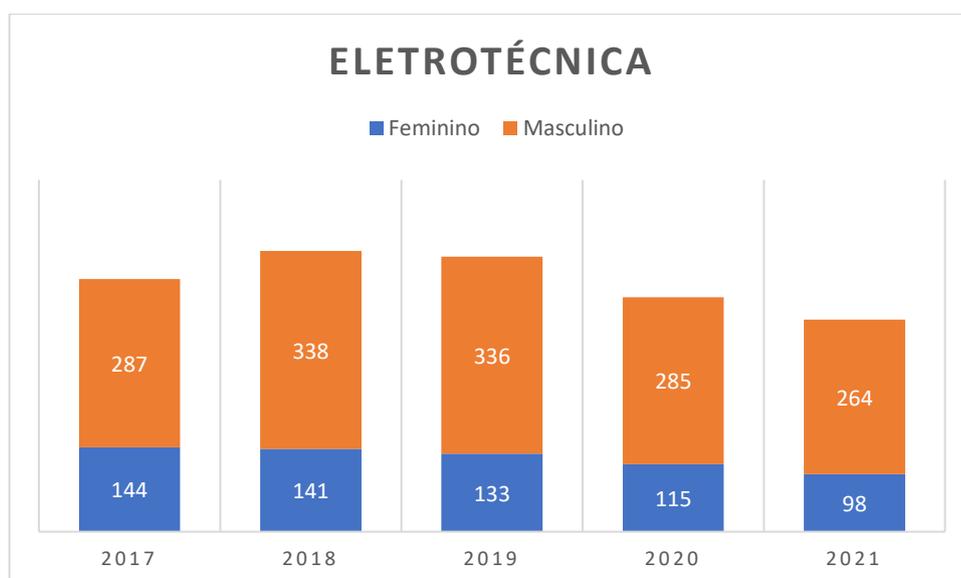


Figura 5- Gráfico 5 – Número de matrículas no curso de Eletrotécnica do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

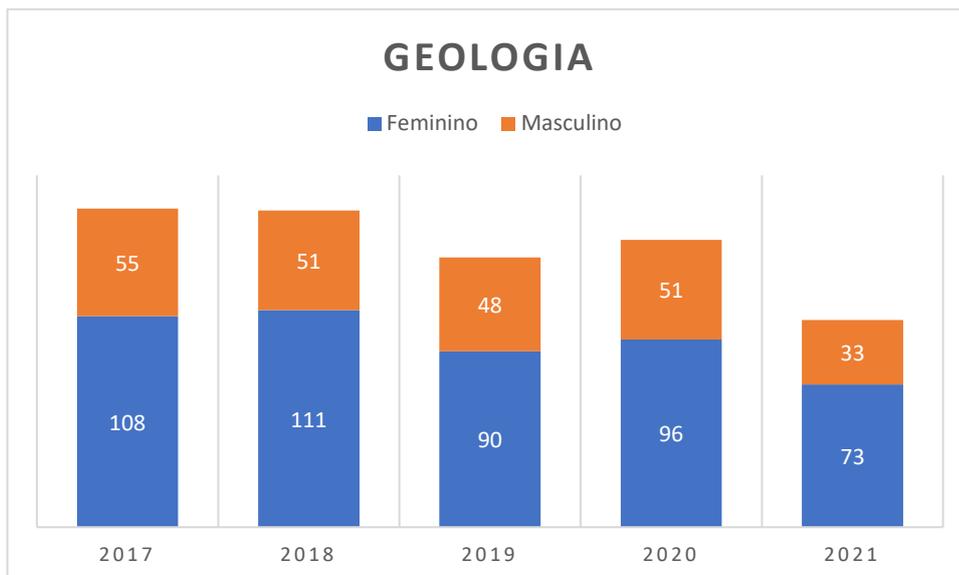


Figura 6- Gráfico 6 – Número de matrículas no curso de Geologia do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

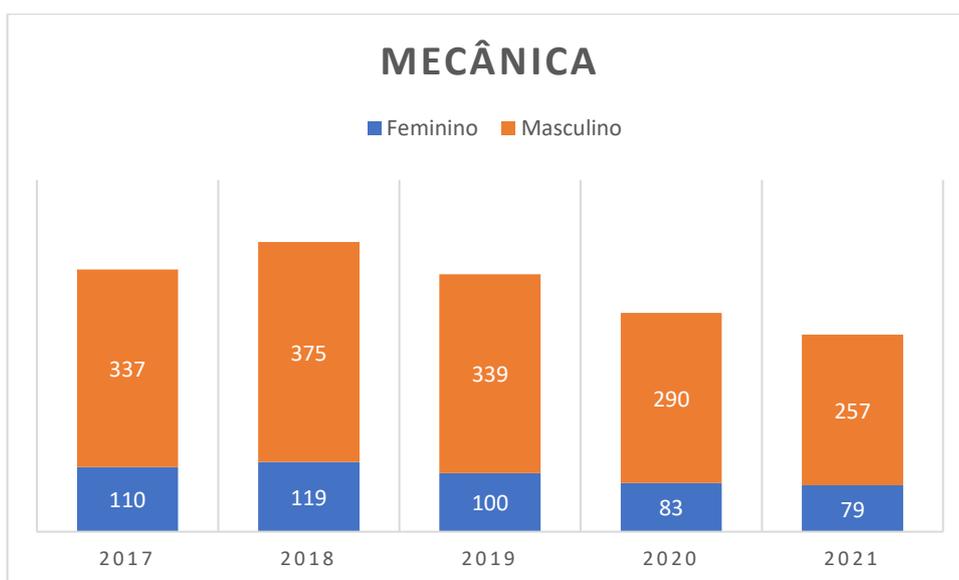


Figura 7- Gráfico 7 – Número de matrículas no curso de Mecânica do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

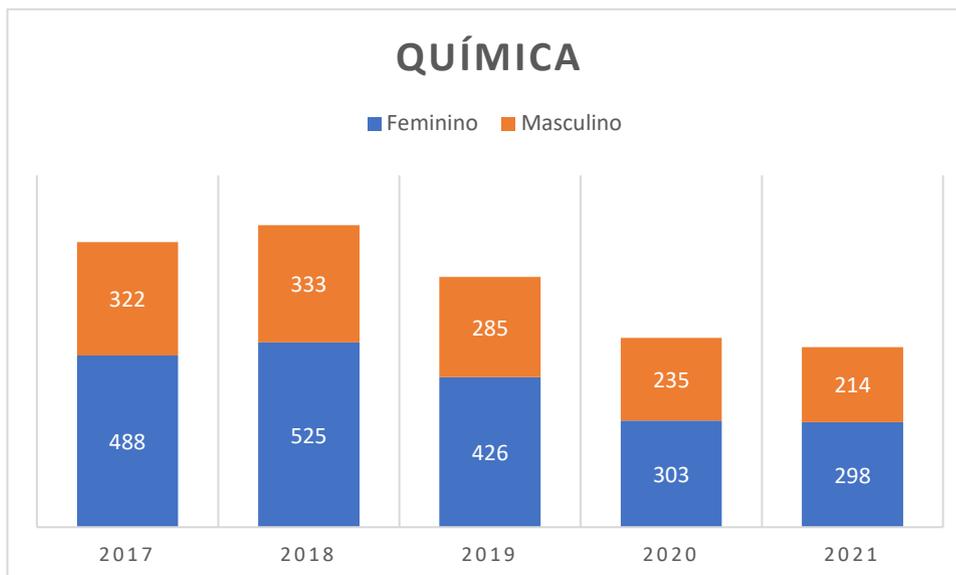


Figura 8- Gráfico 8 – Número de matrículas no curso de Química do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

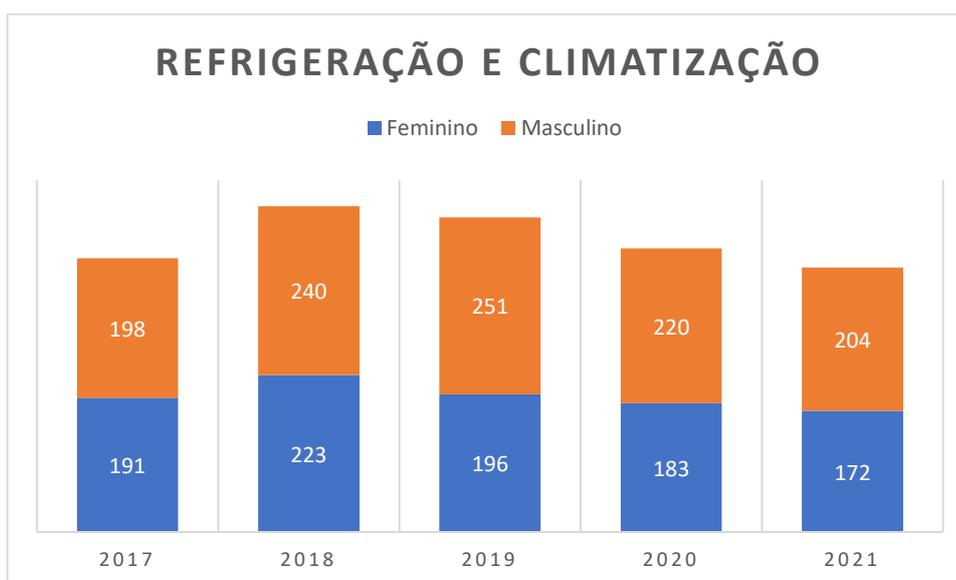


Figura 9- Gráfico 9 – Número de matrículas no curso de Refrigeração e Climatização do campus Salvador por sexo no período de 2017 a 2021

Os gráficos revelam que os homens são maioria nos cursos de Automação Industrial, Eletrônica, Eletrotécnica, Mecânica e Refrigeração e Climatização, enquanto as mulheres são maioria em Edificações, Geologia e Química. Ou seja, há predominância masculina exatamente nos cursos do Eixo de Controle e Processos Industriais. Os 3 cursos que variam os eixos possuem a maioria de mulheres. Os números do campus Salvador refletem os números do IFBA, visto que o Instituto concentra suas matrículas nos cursos técnicos e a maioria deles está no Eixo

Tecnológico predominante. O fato revela que as mulheres continuam distantes dos cursos ligados à indústria e, conseqüentemente, da área profissional.

Diante disso, o *ranking* dos 3 cursos com menor número de estudantes do sexo feminino fica assim configurado:

| Percentual do número de matrículas do sexo feminino | | | |
|--|--------------|---------------|--------------|
| | Mecânica | Eletrotécnica | Eletrônica |
| 2017 | 24,6% | 33,4% | 34,5% |
| 2018 | 24,1% | 29,4% | 35,4% |
| 2019 | 22,8% | 28,4% | 34,0% |
| 2020 | 22,3% | 28,8% | 32,9% |
| 2021 | 23,5% | 27,1% | 32,9% |
| Média ao longo dos anos | 23,4% | 29,4% | 33,9% |

Tabela 5 - Percentual do número de matrículas do sexo feminino no campus Salvador

A tabela exposta acima transforma-se em uma imagem impactante se resgatarmos o seguinte trecho da tese de doutorado da professora Sônia Brito:

Nos trinta anos que separam as décadas de 1950 e 1980, o acesso das mulheres brasileiras à educação, em particular à formação técnica, cresceu substancialmente, sendo significativa a presença feminina em espaços antes ocupados unicamente pelos homens. Esse acesso, entretanto, se deu sem romper a desigualdade norteada pelos papéis de gênero, mantendo praticamente inabalável os estereótipos sociais definidores dos cursos e profissões que as mulheres poderiam atuar (PACHECO, 1997). Essa divisão sexual é referenciada no perfil estudantil dos cursos (PASSOS, 1997), na medida em que é evidente a primazia masculina em cursos como Eletrotécnica, Mecânica e Metalurgia, enquanto abriam-se às mulheres os cursos técnicos mais próximos das consolidadas funções femininas, aqueles cujas atividades exigiam atenção e cuidados especiais, como Química e Instrumentação (BRITO, 2018, p. 106 – 107).

A pesquisa de Sônia Brito estuda mulheres egressas dos cursos técnicos ofertados pela ETFBA na década de 70 que não seguiram as suas formações técnicas e ingressaram na carreira docente. A pesquisadora dispõe-se a investigar o porquê do desvio profissional e os seus atravessamentos de gênero, classe e raça. O trecho em

destaque acima refere-se a mais de 50 anos atrás e encontramos a mesma configuração. Até mesmo os cursos com maior predominância masculina e feminina seguem os mesmos, exceto aqueles que não são mais ofertados pelo campus Salvador (Metalurgia e Instrumentação).

Entre as informações levantadas pela pesquisa de Sônia Brito e a presente dissertação existem, no mínimo, 5 décadas de intensas transformações no mundo. Elas aconteceram em todos os campos da vida cotidiana, inclusive no acesso das mulheres à ciência, educação, trabalho e cultura. No entanto, as semelhanças de resultados impactam e fazem refletir sobre o tamanho da resistência enfrentada pelas mulheres para derrubar barreiras na sociedade. Os diversos atravessamentos da vida privada - que vêm sendo discutidos nesta pesquisa desde o capítulo introdutório – podem até diferir no formato daquelas da década de 70, mas continuam exercendo o papel de criar barreiras para a inserção socioprofissional feminina.

Vários outros trechos podem ser citados para comprovar a muralha de ferro que é a educação profissional para mulheres, como no caso dos estágios. Na introdução desta dissertação está expresso que a dificuldade de aceitação nos estágios do curso de Eletrotécnica em Feira de Santana é um elemento impulsionador da investigação, visto a diferença de tratamento entre meninas e meninos. Na pesquisa sobre a década de 70, a única diferença é a fartura de possibilidades de estágio para o corpo discente, mas nem uma ampla oferta foi suficiente para democratizar o acesso feminino:

Para grande parte delas, foi marcante o fato de não faltar aos estudantes da Escola Técnica postos de estágios em distintas indústrias e empresas, embora houvesse, em grande parte delas, restrições em relação ao sexo.

Para Francisca, por exemplo, a larga oferta deixava os estudantes indecisos na escolha pela empresa.

“Os colegas chegavam nos quadros da Escola e tinham dificuldade: era tantas vagas de estágio e emprego que ficavam escolhendo o que queriam. A restrição era essa questão: a mulher pode trabalhar nessa área? Não pode. Eu me lembro que os colegas escolhiam onde queriam estagiar, porque sobravam vagas pra eles” (Francisca, 24 abr. 2016).

Leolinda também aponta essa abundância de vagas para estágio e emprego e, como as demais, reconhece que os homens eram os favorecidos, constatando a dificuldade enfrentada pelas meninas para conseguirem estágio interessante. Segundo ela, “tinham muitas vagas, mas sempre com exigência de que fossem encaminhados homens” (Leolinda, 25 mai. 2016) (BRITO, 2018, p. 103-104).

Constata-se a configuração nítida da segregação horizontal (LIMA, 2013; VELHO E LEON, 1998; OLINTO, 2011) desenhando-se desde as primeiras escolhas acadêmicas e profissionais, criando espaços que as mulheres tem alguma permissão de entrada, outros que são designados como seus – e, sempre aqueles eminentemente femininos são os que usufruem de menor prestígio social, remuneração e possibilidades de ascensão.

A EPT reproduz essa lógica do mercado de trabalho em seus processos educacionais. Como afirma Elane Nardotto Rios, em seu livro *Manuscritos Feministas-Femininos*:

Realidade esta que não tem uma relação com a capacidade intelectual, mas tem uma ligação com as oportunidades e a desigualdade de gênero que se refere, nesse cenário, às construções históricas e sociais implicadas na trajetória de meninas e meninos, iniciadas na família e reforçada nas esferas sociais, entre elas, a escola. Processos excludentes que afastam as mulheres de algumas áreas do conhecimento através de estereótipos de que elas não são capazes de atuar e que esses espaços são para homens (RIOS, 2020, p.44).

Além disso, muitas vezes, as estudantes acessam os cursos tidos como masculinos, mas não permanecem. Há um texto bem exemplificativo da professora do IFBA Vanessa Mutti de Carvalho Miranda publicado no caderno de teses do I Encontro Nacional de Mulheres do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica Profissional / SINASEFE sobre o curso de Eletromecânica no IFBA - campus Jequié:

Na ocasião da criação do campus, em 2011, houve a implementação de cursos Técnico em Eletromecânica e o Técnico em Informática, ambos nas modalidades integrada e subsequente.

Para ilustrar apresento um breve histórico da ingressão de mulheres no curso técnico integrado de eletromecânica. Em 2011 duas turmas tiveram ingresso e concluíram o curso em 2014. Ao todo, 15 mulheres ingressaram nas duas turmas de primeiro ano, entretanto todas desistiram antes mesmo de chegar ao segundo ano. Na segunda turma, que teve ingresso em 2012, houve a presença de 12 mulheres, e mais uma vez o fenômeno da desistência se repetiu, pois todas desistem antes do quarto ano. A terceira turma ingressou em 2013, nesta ocasião houve o ingresso de 17 mulheres, entretanto, desse total, 02 estudantes concluem o curso em 2016, sendo as primeiras técnicas em Eletromecânica do campus Jequié. E a turma que teve ingresso em 2014, do total das 19 estudantes que ingressaram, 5 concluíram e formara-se em técnicas em eletromecânica (MIRANDA, 2018, p. 57-58).

Aqui exemplifica-se o fenômeno da exclusão para dentro. As portas do acesso são abertas, mas existem muitas outras portas da permanência após:

a inserção dos grupos excluídos na escola se deu sem que suas composições normativas e pedagógicas tivessem a capacidade de constituir a igualdade. Em teoria ou na prática, a escola inclui mantendo e/ou produzindo diferenças e desigualdades entre os sujeitos (BRITO, 2018, p. 127).

Inclusive, um dado que chama a atenção nos 7 Gráficos produzidos neste capítulo é a evasão que se desenha. Após 2018, os números de matrículas vão diminuindo no *campus* Salvador, sendo uma constante em todos os cursos, sem distinção. Na tentativa de classificação destes números, procede-se ao levantamento pelo SUAP.

A consulta pelo SUAP é realizada por meio de *login* e senha individuais do servidor do IFBA. Para acessar os dados do *campus* Salvador foi necessário solicitar uma autorização da Direção Geral do campus e, após o parecer favorável do Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação em 06 de dezembro de 2022, o processo foi resolvido na Reitoria pela Diretoria de Gestão da Tecnologia da Informação com a criação de um perfil específico e exclusivo para acesso aos dados.

É importante ressaltar aqui uma constatação inesperada ao acessar os dados do SUAP: eles não trazem números iguais aos da Plataforma Nilo Peçanha. Supõe-se que por diferenças no modo de registro das informações, as divergências acontecem. No entanto, compreende-se que os filtros úteis para esta dissertação não deixam de ser confiáveis por esse motivo. Por exemplo: os dados do SUAP no curso de Mecânica em 2017 informam que 23,8 % das estudantes são mulheres. Já nos dados da PNP para o mesmo curso e período, encontramos o percentual de 24,6 %. Apesar de não apresentarem exatamente os mesmos números, compreende-se que as tendências de percentuais apontadas seguem por caminhos próximos.

Feitas as devidas ressalvas, seguem as informações sistematizadas a partir de levantamento específico das situações de matrícula do curso de Mecânica, escolhido a partir da Tabela 5 devido a sua característica de menor participação feminina.

| 2017 | | |
|--------------------|-----|--------------|
| Estudantes | 277 | |
| Número de mulheres | 66 | 23,8% |

| | | |
|------------------------------|-----|--------------|
| Número de homens | 211 | 76,2% |
| Evasão | | |
| | | 67 |
| Número de evasão em mulheres | 12 | 17,9% |
| Número de evasão em homens | 55 | 82,1% |
| Transferências | | |
| | | 19 |
| Transferidas - mulheres | 5 | 26,3% |
| Transferidos - homens | 14 | 73,7% |
| Jubilamentos | | |
| | | 32 |
| Jubiladas - mulheres | 6 | 18,8% |
| Jubilados - homens | 26 | 81,3% |

Tabela 6 – Matrículas no curso de Mecânica em 2017

| | | |
|------------------------------|-----|--------------|
| 2018 | | |
| Estudantes | | 331 |
| Número de mulheres | 81 | 24,5% |
| Número de homens | 250 | 75,5% |
| Evasão | | |
| | | 56 |
| Número de evasão em mulheres | 10 | 17,9% |
| Número de evasão em homens | 46 | 82,1% |
| Transferências | | |
| | | 9 |
| Transferidas – mulheres | 3 | 33,3% |
| Transferidos – homens | 6 | 66,7% |
| Jubilamentos | | |
| | | 47 |

| | | |
|----------------------|----|--------------|
| Jubiladas – mulheres | 12 | 25,5% |
| Jubilados – homens | 35 | 74,5% |

Tabela 7 – Matrículas no curso de Mecânica em 2018

| 2019 | | |
|------------------------------|-----|--------------|
| Estudantes | 377 | |
| Número de mulheres | 90 | 23,9% |
| Número de homens | 287 | 76,1% |
| Evasão | | |
| Evasão | 46 | |
| Número de evasão em mulheres | 9 | 19,6% |
| Número de evasão em homens | 37 | 80,4% |
| Transferências | | |
| Transferências | 13 | |
| Transferidas – mulheres | 4 | 30,8% |
| Transferidos – homens | 9 | 69,2% |
| Jubilamentos | | |
| Jubilamentos | 50 | |
| Jubiladas – mulheres | 13 | 26,0% |
| Jubilados – homens | 37 | 74,0% |

Tabela 8 – Matrículas no curso de Mecânica em 2019

| 2020 | | |
|------------------------------|-----|--------------|
| Estudantes | 376 | |
| Número de mulheres | 74 | 19,7% |
| Número de homens | 302 | 80,3% |
| Evasão | | |
| Evasão | 26 | |
| Número de evasão em mulheres | 6 | 23,1% |
| Número de evasão em homens | 20 | 76,9% |

| Transferências | 9 | |
|-------------------------|----|--------------|
| Transferidas – mulheres | 3 | 33,3% |
| Transferidos – homens | 6 | 66,7% |
| | | |
| Jubilamentos | 37 | |
| Jubiladas – mulheres | 5 | 13,5% |
| Jubilados – homens | 32 | 86,5% |

Tabela 9 – Matrículas no curso de Mecânica em 2020

| 2021 | | |
|------------------------------|-----|---------------|
| Estudantes | 352 | |
| Número de mulheres | 67 | 19,0% |
| Número de homens | 285 | 81,0% |
| | | |
| Evasão | 1 | |
| Número de evasão em mulheres | 0 | 0,0% |
| Número de evasão em homens | 1 | 100,0% |
| | | |
| Transferências | 9 | |
| Transferidas – mulheres | 3 | 33,3% |
| Transferidos – homens | 6 | 66,7% |
| | | |
| Jubilamentos | 36 | |
| Jubiladas – mulheres | 5 | 13,9% |
| Jubilados – homens | 31 | 86,1% |

Tabela 10 – Matrículas no curso de Mecânica em 2021

A análise das tabelas acima diz que as tendências numéricas se mantem; a porcentagem de mulheres que evadem é coerente com a porcentagem de mulheres

no total do curso. Aparentemente, numa leitura fria dos dados, não há uma diferenciação na permanência quanto a homens e mulheres. Porém, isso não quer dizer que ambos evadem igualmente e pelos mesmos motivos. Outras pesquisas já citadas no decorrer deste estudo demonstram que as causas da evasão diferem a partir do gênero, levando em consideração questões como cuidados domésticos ou com familiares, maternidade, necessidade de ser arrimo da família. No entanto, faltam dados oficiais do IFBA sobre as causas da evasão no instituto, o que torna o problema ainda mais difícil de ser combatido.

Apesar da ausência de uma publicação oficial do Instituto, existe um bom número de membros da comunidade acadêmica que pesquisam sobre o assunto. Dentre as possibilidades encontradas, seleciona-se como referência o livro “Educação Profissional: entre o acesso e a exclusão” escrito por Maiusa Ferraz. A autora, que está em exercício no cargo de pedagoga no IFBA, acompanha a trajetória de um grupo específico de estudantes ingressantes em 2013 até o ano de 2016: “Dos 189 alunos que ingressaram em 2013, apenas 80 estudantes concluíram o ano letivo de 2016, cento e nove evadiram da escola, desse modo, a taxa de evasão girou em torno de 57, 6%” (FERRAZ, 2021, p.105). Ou seja, a maioria daqueles que entraram em uma turma no IFBA não concluíram o curso e, embora sua pesquisa trate de um campus, a realidade não difere muito dos demais.

A autora destaca dois grandes problemas que estão diretamente ligados a estes resultados:

O primeiro e, talvez, o de maior notoriedade é que a evasão, nos cursos integrados do campus, está intimamente relacionada à reprovação escolar. Já o segundo, também, reiteradamente apontado pelos envolvidos, é que a faixa etária dos alunos com mais de 18 anos e a pressão da sociedade para o ingresso no Ensino Superior colaboram para que muitos estudantes deixem os Cursos Integrados no 3.º ano e busquem a conclusão do Ensino Médio, por meio exames supletivos (FERRAZ, 2021, p. 107-108).

A investigação da idade mais avançada dos estudantes será através do levantamento de dados nesta dissertação em algumas páginas a seguir, no capítulo Juventudes no IFBA. Retomando a questão da evasão, o perfil encontrado pela autora não difere muito dos dados também encontrados na presente pesquisa em relação ao gênero:

No que tange ao sexo dos evadidos, vale ressaltar que devemos considerar também o percentual de entrada de alunos do sexo feminino e masculino que ingressaram, ou seja, dos 189 estudantes ingressantes, 110 alunos eram do

sexo feminino e 79 do sexo masculino. Sendo assim, o número de evadidos deve ser comparado com a quantidade de cada sexo que ingressou, e não apenas com a taxa de evasão geral, o que revela dizer que 58% dos alunos do sexo feminino e 56% do sexo masculino que ingressaram, evadiram, logo, percebemos que as taxas são muito próximas, e a questão da evasão não se trata de uma questão de gênero. A avaliação possível para que mais meninas evadam é o fato de ter um número maior de matrículas delas, na instituição (FERRAZ, 2021, p.114-115).

No entanto, a mesma obra traz páginas à frente uma outra configuração importante a ser considerada:

quando comparamos o número de reprovados e aprovados por Conselho de Classe (APCs) com o número de ingressantes por sexo, descobrimos que dos 77 alunos do sexo masculino que ingressaram, quarenta e sete foram reprovados, uma taxa de 59%; já entre as mulheres, das 110 que entraram, setenta e sete delas foram reprovadas, um percentual de 70%. Portanto, destoam do perfil dos evadidos que apesar de convergir em várias categorias, no que diz respeito ao sexo os percentuais entre masculino e feminino quase se equivalem, já entre os reprovados há uma considerável distância, havendo apenas 30% de êxito entre as alunas (FERRAZ, 2021, p. 120).

Assim, encontra-se que apesar das taxas de evasão entre meninos e meninas estarem em patamares semelhantes, os desafios do êxito são bem maiores para as jovens mulheres. São muitos os motivos que atravessam o cotidiano das jovens mulheres do IFBA como alguns expostos ao longo do presente capítulo, mas o fato do perfil de evasão ser caracterizado principalmente por parcelas da população já marginalizadas na sociedade – “O perfil dos alunos reprovados coaduna com a dos alunos evadidos, isto é, em sua maioria, meninas com idade entre 17 e 19 anos, oriundas de escola pública, de cor parda ou preta e com grande vulnerabilidade socioeconômica” (FERRAZ, 2021, p. 120) - merece um olhar mais apurado na seção seguinte.

6.2 As diversas opressões sofridas simultaneamente pelas estudantes

Embora possam ser diversas as causas da evasão das estudantes no IFBA, dentre elas percebe-se que os elementos do machismo as atravessam, mas também as condições de classe e raça. A classe é sempre lembrada nos discursos sobre as dificuldades de permanência do corpo discente, pois a experiência de cursar a Educação Profissional num Instituto Federal é vivida de forma diferente por pessoas de classes sociais diferentes: se na história da Educação Profissional o seu início é para os desvalidos da sorte, esta configuração muda décadas depois passando a atrair a classe média para o seu interior, especialmente pelo discurso da empregabilidade efetiva dos cursos técnicos.

Convivem neste espaço jovens oriundos de estratos diferentes da sociedade atravessados por variadas identidades e opressões distintas, sendo que

a Escola e sua comunidade se tornam, em muitas situações, meras reprodutoras de estereótipos, convenções e ideias que a sociedade, em geral, apresenta como verdades. Analisá-los pressupõe pensar a escola como um espaço constituído historicamente como lócus da produção cotidiana de desigualdades de gênero, raça, classe, sexualidade, geração etc. ou como espaço regido por normas e regras que separam, classificam e hierarquizam (BRITO, 2018, p. 111).

Aqui é importante ver o IFBA à luz da interseccionalidade, como faz Bárbara Carine Pinheiro na entrevista realizada por Thais Borges:

A interseccionalidade é uma categoria analítica sociopolítica que compreende que essas avenidas identitárias se cruzam em determinadas encruzilhadas de opressões. Essas opressões de gênero se somatizam às questões de raça, da sexualidade (BORGES, 2021a).

A experiência de ser jovem estudante no IFBA é atravessada por várias formas de existência na sociedade. Assim, não há como olhar para as mulheres neste contexto como se todas fossem vítimas das mesmas amarras.

Admite que se, de algum modo, todas as mulheres estão submetidas à discriminação de gênero, às identidades sociais, estabelecidas por marcadores como raça/etnia, classe, sexualidade, religião, fazem significativa diferença na maneira como diferentes grupos de mulheres vivenciam ou são afetadas pela discriminação (BRITO, 2018, p. 46).

Pensar numa perspectiva interseccional implica em pensar os meios/caminhos/formas de cruzamento das opressões vivenciadas socialmente e historicamente, mas não se trata de hierarquizá-las em qual delas é mais ou menos relevante. Todas as opressões precisam ser vistas para um olhar reflexivo e analítico da sociedade. Nesse contexto, Heloísa Buarque de Hollanda traz que “o feminismo negro foi o movimento que concretamente introduziu os constructos raça e classe no debate feminista” (HOLLANDA, 2020, p. 19) e Lélia Gonzalez afirma: “Mas o que geralmente se constata, na leitura dos textos e da prática feminista, são referências formais que denotam uma espécie de esquecimento da questão racial” (GONZALEZ, 2020, p. 41).

Para traçar um mapa de como as categorias de raça, classe e etnia encontram-se na instituição, aparentemente seria o SUAP o meio mais completo. No entanto, ao efetuar as buscas por este sistema, verificou-se que na maioria das vezes o campo etnia não estava preenchido, assim como o tipo de instituição anterior e a renda familiar. Inclusive, nos anos mais antigos a entrada no Processo Seletivo, se por reserva de vagas ou não, estava registrada de forma equivocada visto que constava majoritariamente a Ampla Concorrência – o que não é possível, visto que o IFBA adota o mínimo de 50% por reserva de vagas para estudantes de escola pública desde 2013. Assim, não havia uma fonte confiável para extração das informações e a produção de gráficos e tabelas. Tal entrave já foi constatado por outras pesquisas, como Luzia Mota afirma em um artigo publicado em 2021:

Conforme será observado, no IFBA, questões básicas como o “quesito cor” na matrícula das(os) estudantes demonstram o tamanho do desafio que temos pela frente: cerca de 40% dos estudantes matriculados em todas as modalidades de educação ofertadas não declaram sua cor nos documentos oficiais. A situação é ainda mais grave nos cursos superiores onde esse número chega a cerca de 60%. Isso tem impedido a análise mais efetiva das desigualdades raciais no IFBA, especialmente no que concerne aos índices de evasão, repetência e permanência (MOTA, 2021, p. 655).

É importante destacar que, para mera verificação, foi consultado o ano de 2023 no SUAP e aparentemente o problema está sanado. No entanto, como o escopo da presente pesquisa abrange o horizonte temporal de 2017 a 2021, não é possível utilizar os dados atuais que possivelmente estão corretos e atualizados.

Apesar da ausência de dados oficiais sobre as de gênero, raça e classe, a vivência cotidiana das servidoras e servidores traz percepções certas de como as intersecções acontecem no cotidiano como a visão de Sonia Brito e de Heide Damasceno, respectivamente, nos casos de assédio sexual em debate:

"Tive que pegar o recorte racial de que 80% dessas mulheres são negras. Elas falavam que, dentro da sala, tinham que provar o tempo todo que tinham potencial. Eram testadas o tempo inteiro", analisa Sonia.

(...)

Hoje, não há números quanto ao perfil dessas pessoas. "O que eu posso dizer pela minha experiência de trabalho é que a maioria das vítimas é de mulheres negras - estudantes e funcionárias terceirizadas. E, em sua maioria,

o agressor é um homem branco", afirma. Até mesmo o assédio sofrido por essas mulheres se dá de forma diferente. Com frequência, essa agressão envolve o toque. Os relatos recebidos por ela são de olhares com ainda menos respeito e comentários explícitos sobre o corpo. Já as estudantes brancas costumam citar situações com assédios mais sutis, até disfarçados de paquera ou de vontade de iniciar um namoro. "À medida que o racismo, sexismo e desigualdade de classe se encontram, eles vão deixar ainda mais vulneráveis as mulheres negras. O corpo delas é tido como um objeto mais fácil". (BORGES, 2021c).

Se nas situações de assédio, muitas vezes o corpo da mulher é visto como um pedaço de carne, quando a mulher é negra este valor é ainda mais baixo. Como já cantado por Elza Soares: "A carne mais barata do mercado é a carne negra" (A CARNE, 2022).

Se o corpo estereotipado da mulher branca é visto como frágil e passível de proteção ou recanto da pureza, tal característica nunca pertenceu à mulher negra; ao contrário, atribuem-lhe as características da força, do trabalho braçal e do objeto sexual, em uma dimensão que lhes aproxima mais do animal e menos do humano.

Lélia Gonzalez retoma uma categoria do pensamento lacaniano (o conceito de infante) para fazer uma analogia ao desenvolvimento heterônomo da criança e explica:

Da mesma forma, nós mulheres e não brancas fomos "faladas", definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história (GONZALEZ, 2020, p. 41-42).

Aquela que não pode falar por si não pode se representar nos ambientes nem pertencer aos espaços intelectuais. A presença é sempre um incômodo, um lugar que não deveria ser ocupado – e, em caso de ocupado, que cause o mínimo desconforto. Na dissertação de Caliane Costa dos Santos da Conceição encontra-se:

A convivência em ambientes em que somos vistas como a Outra e não como pares, possui outros elementos que são característicos, o silenciamento ou a minimização sobre as questões de opressão é uma delas, sobretudo no que tange as questões raciais, de gênero e sexualidade (CONCEIÇÃO, 2021, p. 70).

E esse é o contexto em que as jovens mulheres da EPT vivenciam suas trajetórias acadêmicas, por muitas vezes permanecendo silentes quanto ao machismo e ao racismo por sobrevivência. Mais uma vez, o contexto da pesquisa de Sônia Brito sobre a década de 70 encaixa-se na compreensão dos dias atuais:

A verdade é que, mesmo fazendo parte de um espaço, por elas definido, como de maioria negra, essas estudantes expressam uma realidade social cunhada por formas diferenciadas de discriminações e racismos.

Ainda que a formação técnica, considerada inferior, sócio e economicamente à formação superior, tenha sido historicamente ocupada por setores menos abastados da sociedade, o que explica o expressivo percentual de negros/pretos e negras/pretas na ETFBA, a realidade é que este não se configurou como um espaço onde o racismo estava ausente (BRITO, 2018, p. 137).

O racismo é presente no dia a dia do IFBA e de todas as instituições visto que ele é estrutural na sociedade. Nas considerações finais de sua dissertação, Bianca Barreto do Nascimento traz:

A educação profissional e tecnológica ainda é um espaço privilegiado para jovens e adultos das camadas populares terem acesso ao conhecimento científico e ao saber sistematizado e elaborado, do qual a população pobre e negra é excluída por viver num meio social desfavorecido. Em geral, a formação atual é baseada numa visão eurocêntrica, contrariando o pluralismo étnico-cultural e racial da sociedade brasileira e, os educadores e responsáveis pela formação de jovens, são vítimas dessa educação preconceituosa, na qual foram formados e socializados. Os educadores que não receberam uma formação adequada para lidar com as questões da diversidade e com os preconceitos na sala de aula e no espaço de formação profissional, tendem a reproduzi-lo, ainda que de maneira velada (NASCIMENTO, 2021, p. 156).

Assim, as jovens mulheres negras encontram na EPT uma forma de inserção social diferente das que as suas ancestrais tiveram acesso e podem através dela mudar suas histórias de família e comunidade. No entanto, as suas trajetórias tornam-se muito mais desafiadoras pelo enfrentamento constante das tentativas de desvalidação dos seus conhecimentos e do seu lugar no mundo. É uma luta que, embora bravamente travem sozinhas, necessita de apoio institucional e de uma comunidade acadêmica comprometida com a formação humana e com a superação das desigualdades.

6.3 As lacunas da Formação Docente

As questões de gênero não constituem um debate passível de ser excluído do cotidiano escolar, por mais que as forças conservadoras tentem aniquilá-lo da educação como os debates intensos dos últimos anos que trouxeram à tona o termo pejorativo “ideologia de gênero”. A criação de papéis femininos e masculinos existe desde as mais tenras idades e não há como apenas escanteá-los.

Reiterando as falas da professora Edilza Sotero:

Ao mesmo tempo, ao refletir sobre a formação docente, ela acredita que não existe receita de bolo. Na vida prática, devem surgir situações inesperadas. “Tem muitos relatos na educação infantil do menino que queria vestir um vestido e a professora entra em pânico. 'E agora, o que eu faço?'. Mas as pessoas precisam sair sensibilizadas para atuar e compreender que o discurso de gênero é presente”, reforça.

(...)

“Esse debate deve estar presente nas diferentes áreas de formação. Quando falo de currículo, de didática, de filosofia da educação, de história da educação, preciso falar de gênero. Não vão ser debates que vão dar todas as respostas, porque a sala de aula é o lugar do imprevisto, mas é preciso entender que primeiro é necessário desnaturalizar as relações de gênero e depois pautar as relações de gênero”, completa (BORGES, 2021c).

Todos estes aspectos suscitam a necessidade de trazer a formação docente para o debate, especialmente no âmbito da EPT. A formação docente no Brasil atualmente é um problema que se arrasta por longas décadas, talvez séculos, e ainda sem perspectiva de resolução definitiva. Contamos com constantes tentativas de regulamentação, especialmente a partir da LDB de 1996, mas ainda com dificuldades de acertar os caminhos.

Lucília Machado faz um desenho deste quadro que, apesar da publicação ter acontecido em 2011, ainda mantém elementos que correspondem à realidade atual:

Ainda se recrutam professores para a EPT fiando-se apenas em formação específica e experiência prática, crendo que a constituição da docência se dará pelo autodidatismo. Contudo, pela Lei n. 9.394/96, artigo 62, “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação (...)” (Brasil, 1996). Cursos de educação profissional técnica de nível médio (EPTNM) fazem parte da educação básica. Os de formação inicial e continuada (FIC) também, pois integram itinerários formativos, são passíveis de certificação e de validação para fins de aproveitamento de estudos. Especialistas em educação, no desempenho de atividades educativas (diretores de unidades escolares, coordenadores e assessores pedagógicos), compõem, igualmente, o magistério desses cursos (§ 2º do art. 67, Lei n. 9.394/96) (MACHADO, 2011, p. 691).

Atualmente, o Brasil conta com uma Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica (BRASIL, 2016) que é um desdobramento das metas 15 e 16 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 (BRASIL, 2014). As metas versam sobre a formação inicial de nível superior em forma de licenciatura para

todos os profissionais da Educação Básica, bem como a garantia da formação continuada. A Formação de Professores também está envolvida em disputas conceituais e de poder tendo em vista a substituição da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015 pela Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, num contexto de mudanças na legislação educacional brasileira (será citado no próximo item desta dissertação “Juventudes no IFBA”).

Mesmo com todos os esforços pela regulamentação, ainda assim as iniciativas públicas deixam espaços em aberto. Destaca-se a opinião de Bárbara Carine Pinheiro para o Jornal Correio:

Uma questão é a formação de professores e professoras, que ainda é deficiente. No campo da relações étnico-raciais, tem só dois anos que passou a tem disciplina voltada para isso nos cursos de licenciatura na Faced (Faculdade de Educação da Ufba). Entretanto, tem uma lei de 2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino. Só há dois anos na Ufba, na cidade mais negra, a gente consegue. Imagine nos outros cursos de formação no Brasil.

Disciplina de gênero é raridade. Na Ufba, a gente tem o Neim (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher) e o Neim é constantemente ridicularizado na sociedade. ‘Para quê isso? Gastar dinheiro público com isso?’. Precisamos ir além da didática. Uma disciplina de didática não vai resolver a questão de uma pessoa que não tem vocação para docência.

A outra questão tende para o fim. O Ifba, como tem educação básica, pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) obriga que o docente tenha licenciatura para ensinar na educação básica. Antigamente poderia ter um professor dentista, farmacêutico, dando aula de química. A LDB disse que não pode mais. O Ifba já se modernizou, todos os concursos são para licenciatura. Já tive estudante de doutorado que teve voltar para fazer licenciatura para fazer concurso no Ifba. Ainda tem pessoas ainda com formação tecnicista. Mas o Ifba tende a resolver essa questão (BORGES, 2021a).

O IFBA realmente conta com profissionais formados em licenciatura para as disciplinas do núcleo comum dos cursos integrados, mas não é a realidade das disciplinas do núcleo tecnológico. Nelas permanecem profissionais graduados em suas áreas de atuação, muitos com alto grau de especialização, mas sem conhecimentos mínimos de pedagogia. Já existem no instituto iniciativas para formação continuada dos docentes como a oferta de segunda graduação e de uma especialização em Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, é importante destacar que para a formação inicial, existe uma política própria: a Política Institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia para Formação Inicial e Continuada de Professores da Educação Básica, aprovada pela Resolução

CONSUP/IFBA nº 22, de 21 de março de 2018. No entanto, esta Política apenas olha os cursos de Licenciatura ofertados pelo Instituto e suas relações com a Educação Básica oferecida fora dele. Não há menção às/aos docentes já pertencentes ao quadro, nem orientações voltadas para o ensino na EPT; além disso, as questões de gênero não fazem parte do texto.

6.4 As juventudes no IFBA

Considerando que a investigação em curso fala sobre jovens mulheres, pensar em jovens também é um ponto importante a ser tocado dadas as singularidades do IFBA.

Mesmo reconhecendo que a juventude não se restringe a idade biológica, mas a uma categoria social, aqui abrem-se parênteses para seguir os marcadores das políticas públicas desta natureza e considerar a condição biológica para levantar os dados, mais especificamente a faixa etária. Consultando o Curso Técnico em Mecânica na PNP, foi possível produzir as tabelas abaixo:

2017

| Faixa Etária | Homens | Mulheres |
|--------------|---------------|---------------|
| 50 a 54 | 0,22% | 0 |
| 45 a 49 | 0,22% | 0 |
| 40 a 44 | 0,67% | 0 |
| 35 a 39 | 0,22% | 0 |
| 25 a 29 | 2,01% | 0,22% |
| 20 a 24 | 26,40% | 10,07% |
| 15 a 19 | 45,64% | 14,32% |
| Total | 75,39% | 24,61% |

Tabela 11 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2017

2018

| Faixa Etária | Homens | Mulheres |
|--------------|---------------|---------------|
| 50 a 54 | 0,20% | 0 |
| 45 a 49 | 0,20% | 0 |
| 40 a 44 | 0,61% | 0 |
| 35 a 39 | 0,20% | 0 |
| 30 a 34 | 0,20% | 0 |
| 25 a 29 | 2,02% | 0,20% |
| 20 a 24 | 24,90% | 10,32% |
| 15 a 19 | 47,37% | 13,56% |
| < 14 | 0,20% | 0 |
| Total | 75,91% | 24,09% |

Tabela 12 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2018

2019

| Faixa Etária | Homens | Mulheres |
|--------------|--------|----------|
| 50 a 54 | 0,23% | 0 |
| 40 a 44 | 0,23% | 0,23% |
| 30 a 34 | 0,23% | 0,91% |
| 25 a 29 | 2,28% | 0,91% |

| | | |
|--------------|---------------|---------------|
| 20 a 24 | 13,67% | 4,10% |
| 15 a 19 | 60,59% | 0,23% |
| < 14 | 0 | 0,23% |
| Total | 77,22% | 22,78% |

Tabela 13 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2019

2020

| Faixa Etária | Homens | Mulheres |
|--------------|---------------|---------------|
| 30 a 34 | 0,27% | 0 |
| 25 a 29 | 0,27% | 0 |
| 20 a 24 | 15,28% | 4,83% |
| 15 a 19 | 61,93% | 17,43% |
| Total | 77,75% | 22,25% |

Tabela 14 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2020

2021

| Faixa Etária | Homens | Mulheres |
|--------------|--------|----------|
| 45 a 49 | 0 | 0,30% |
| 30 a 34 | 0,30% | 0 |
| 25 a 29 | 0,60% | 0,30% |
| 20 a 24 | 19,64% | 7,44% |

| | | |
|--------------|---------------|---------------|
| 15 a 19 | 55,95% | 15,48% |
| Total | 76,49% | 23,51% |

Tabela 15 – Faixa etária do curso de Mecânica em 2021

Analisando os dados da Plataforma Nilo Peçanha em relação a idade dos estudantes do Curso Técnico em Mecânica, uma informação nos chama a atenção: os discentes possuem idades além da esperada e prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDB. A Lei define a “educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade” (BRASIL,1996), ou seja, a idade esperada para o Ensino Médio é dos 14 aos 17 anos.

A PNP não faz o corte aos 17 anos e sim aos 19, e, assim, não há como observar quantos estão exatamente em distorção idade-série. No entanto, a idade de 19 anos ainda pode ser considerada como um prazo regular, visto que no período avaliado os cursos aconteciam em 4 anos e um destes anos letivos foi suspenso devido a pandemia. Assim, um outro dado destaca-se: há um número considerável de estudantes do IFBA na faixa dos 20 aos 24 anos, chegando a taxas significativas como 35,2 % em 2018.

Para demonstrar a singularidade dessa idade no Ensino Médio, ressalta-se que o último Censo da Educação Superior (INEP/MEC) com dados de 2021⁹ traz que o perfil do discente dos cursos de graduação presencial no Brasil é de ingressantes aos 19 anos e concluintes aos 23. Destaca-se também que a LDB permite o acesso a exames supletivos de conclusão do Ensino Médio a partir dos 18 anos.

Encontra-se aqui uma informação significativa para representar as juventudes no IFBA; especialmente porque os autores da área costumam trazer a existência da moratória social justificada por, dentre outros aspectos, a necessidade do prolongamento de estudos como em: “A moratória social torna-se um período da vida em que se permite postergar diversas exigências sociais – tais como trabalho, matrimônio, ter filhos e formar o próprio lar – e em que há uma especial tolerância para com o comportamento juvenil” (GROPPO, 2015, p. 18)

⁹ Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 23 de junho de 2023.

No entanto, no caso apresentado, ainda estamos tratando sobre a Educação Básica, mesmo que articulada com a formação técnica; ainda não há prolongamento ou verticalização. Enquanto a maioria dos colegas da mesma faixa etária que permanecem estudando cursam a graduação, os estudantes do IFBA ainda estão no Ensino Médio. A idade elevada como uma das possíveis causas de evasão já foi levantada na pesquisa de Maiusa Ferraz e citada no ítem 6.1 “O Machismo no Cotidiano”.

Aqui abre-se parênteses para uma perspectiva de mudança do perfil num futuro breve. Embora o período escolhido para levantamento de dados (2017 – 2021) tenha sido definido a partir do momento em que a pesquisa ocorreu, conforme já explicado no capítulo Caminhos Metodológicos, os anos coincidem exatamente com o que pode ser chamado aqui de Reforma da EPT no contexto da contrarreforma do Ensino Médio. A expressão Reforma da Educação Profissional e Tecnológica não existe nas legislações que engloba, mas trata-se de uma concepção adotada a partir de estudos da área. Lucas Barbosa Pelissari explica que há uma reforma acontecendo na EPT impelida pelas mudanças que estão acontecendo no Ensino Médio brasileiro entre 2017 e 2021.

Na primeira etapa, que vai de 2016 a 2018, foram estabelecidas as diretrizes gerais das mudanças que se pretendiam induzir. Houve, assim, uma acomodação da EPT aos fundamentos da contrarreforma, por meio de instrumentos ainda bastante pontuais e até imperceptíveis naquele momento.

(...)

A segunda etapa da reforma consolida, na verdade, transformações substanciais na EPT de Nível Médio, em específico, sempre tendo como base os elementos da fase anterior. Assim, é no bimestre novembro-dezembro de 2018 que se apresentam as duas principais medidas que impõem reformas curriculares nos cursos técnicos articulados à formação geral: as Resoluções CNE/CEB nº 03/2018 e nº 17/2018, introduzindo, respectivamente, novas DCN e uma BNCC para o Ensino Médio.

(...)

Em resumo, a segunda etapa da Reforma da EPT se inicia no fim de 2018 e se estende até o início de 2021, quando são, então, publicadas as novas DCNEPT via Resolução CNE/CP nº 01/2021, aqui já analisadas. Inaugura-se, assim, a terceira e atual etapa da reforma, que generaliza os princípios de fragmentação, anticientificismo e desvalorização do trabalho docente para toda a EPT, inclusive a de nível superior (PELLISSARI, 2021, p. 12- 13).

Diante do quadro apresentado, se as reformas se efetivarem na prática dos Institutos Federais, a tendência é de tabelas diferentes para o IFBA nos próximos anos.

A tendência de uma formação aligeirada, em que a Educação Profissional seja apenas um itinerário formativo esvaziado pode transformar quais as faixas etárias que estarão presentes no Instituto.

Assim, ficam mais evidentes ainda o quanto as juventudes são plurais no IFBA, visto que os estudantes nem mesmo podem ser enquadrados em uma mesma faixa etária como seria o elemento mais próximo à homogeneização dentro de uma escola regular. Suas vivências são atravessadas por muitos aspectos como geração, etnia, classe social e, é claro, gênero.

Os modos de ser e existir para meninos e meninas no ambiente escolar são diferentes, como já dito anteriormente nesta pesquisa. No âmbito do IFBA, não é diferente e um exemplo disso é a questão do fardamento. Utilizar um uniforme escolar é vestir um corpo da representação de uma instituição e este fato não escapa a um olhar generificado. Um acontecimento ocorrido em 2017 pode ser trazido aqui como exemplo: a tentativa de normatizar o fardamento para todos os campi através da Portaria nº 980/2017. A Portaria é um ato administrativo oriundo de uma autoridade imbuída do poder de chefia, portanto, não é submetida a uma apreciação coletiva antes de sua publicação. A portaria citada foi assinada pelo reitor da época sem apreciação prévia pelo CONSUP, mas sua implementação foi barrada pela resistência organizada de mulheres da comunidade acadêmica.

No teor da Portaria encontra-se uma tentativa de disciplinar os uniformes, num texto disposto de forma veemente a coibir itens geralmente utilizados por mulheres, muito mais do que aqueles geralmente utilizados por homens como no exemplo: “Art. 5º Não é permitido o acesso às atividades acadêmicas regulares do IFBA trajando saia curta ou minissaia, blusa do tipo top, do tipo costa nua, bustiê, miniblusa, bermuda, calção e camiseta regata, bem como sandálias ou chinelos” (IFBA, 2017). Há em outro artigo da mesma Portaria a preocupação que a vestimenta “não provoque constrangimento” (IFBA, 2017).

Dito isto, o que seria provocar constrangimento? Embora não esteja explícito, é perceptível que se trata da exposição do corpo das mulheres. Os preconceitos não estão descritos diretamente em texto, mas estão vivos nas normativas. Ao ler as palavras destacadas na Portaria, é possível visualizar que se tratam de corpos

femininos, passíveis de dominação e controle, por causarem de constrangimentos ao ambiente.

O que não está dito é que os supostos constrangimentos, uma vez causados, tornam-se muitas vezes subterfúgios para práticas de assédio na instituição cujas mulheres são vítimas e, neste caso, elas ainda são culpabilizadas como relata uma estudante que não concluiu o curso após o assédio sexual e saiu da instituição: “A roupa que eu estava usando naquele dia eu queimei porque achava que o fato de estar de short, de estar mais à vontade na escola, poderia ter influenciado na atitude.” (BORGES, 2021)”.

O texto é revelador de estereótipos machistas como já nos alerta Cristiane Gonçalves da Silva em um dos resultados da sua pesquisa de pós-doutorado com duas escolas do litoral paulista:

O corpo feminino continua ameaçando a ordem vigente da instituição escolar e sendo violentado por ela ou por outrem, em seus espaços.

O conflito em relação à exposição do corpo é constitutivo dos modos de estar na escola. Algumas vezes, o conflito se relaciona com valores pregados pela própria instituição ou em torno das questões vividas e/ou expressadas pelas jovens, consideradas problemáticas pelas adultas. Encontramos elementos para desconfiar que as duas escolas, talvez, tenham percebido a falha na sua capacidade disciplinar, tal como discute Sibilia (2012) sobre as escolas na era digital. Ao mesmo tempo que se mostram como territórios escolares mais abertos ao diálogo, vez ou outra e em doses variadas, engendram esforços e arranjos, buscando “manter a ordem”, enrijecendo a conduta disciplinar (SILVA, 2019, p. 190)

O IFBA, mesmo performando “territórios escolares mais abertos ao diálogo”, onde estudantes tem um espaço de participação política e institucional mais amplo e onde as liberdades não são tão vigiadas, ainda assim possui práticas que buscam disciplinar os corpos femininos. E, quando estes corpos não se submetem integralmente às normas são duplamente penalizados: primeiro pela violência, depois pelo peso da culpa e da sensação – mais uma vez reiterada - de inadequação ao espaço.

7. CONSTRUINDO O PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional foi desenvolvido por meio de um curso com a intenção de alcançar jovens mulheres que estão ingressando na Educação Profissional ou pretendem cursá-la futuramente, mas aberto a toda comunidade – ele está disponível

em plataforma digital para acesso de qualquer pessoa, em qualquer tempo, sem necessidade de tutoria.

As atividades foram pensadas para um público que consome muito material audiovisual, contemplando a diversidade da leitura e do ato de ler. O curso pode ser acessado através do link <https://app.sapium.com.br/course/11084-o-que-querem-as-mulheres-na-educacao-profissional/about>. É necessário realizar cadastro na plataforma Sapium para acesso.

A ideia é impulsionar os conhecimentos e fortalecer as estratégias de enfrentamento já desenvolvidas pelas mulheres em diversos espaços e tempos. A proposta do curso foi validada primeiramente pela banca de qualificação e posteriormente por uma banca de especialistas da área de gênero. Após a identificação das autoras que produziram pesquisas recentemente sobre gênero e educação profissional no IFBA como exposto no Capítulo 2 – Pesquisando gênero na EPT, 3 pesquisadoras foram contactadas para conhecerem o Produto Educacional e registrarem suas impressões sobre ele. O curso foi disponibilizado em caráter de teste e um formulário com 6 perguntas foi enviado (disponível no Apêndice B). As respostas das pesquisadoras foram compiladas e o resultado foi favorável à validação do produto, conforme imagens no Apêndice C e, inclusive, foram sugeridas várias formas de enriquecimento do trabalho. Todas consideraram a sua relevância e aplicabilidade no contexto da Educação Profissional, bem como sua adequação às discussões contemporâneas sobre gênero.

Considerando a proposta plenamente validada após todas as etapas, o curso será divulgado no IFBA, bem como comunicado por e-mail para todos os Institutos Federais. Suas inscrições serão abertas logo após a entrega da versão final da dissertação e ficarão disponíveis a qualquer tempo - no entanto, para obtenção do certificado será necessário enviar uma produção textual. O objetivo é reunir as produções escritas para a construção futura de um *e-book*. As autoras selecionadas serão contactadas para autorização do uso de suas construções e, mediante suas anuências, será construída uma coletânea de textos que representem a trajetória das jovens mulheres na Educação Profissional. Após revisão e editoração gráfica, a coletânea será submetida à aprovação e publicação pela Editora do IFBA.

7.1 Curso - O que querem as mulheres na Educação Profissional?

O produto educacional apresentado como resultado do presente estudo é um curso de curta duração aberto à comunidade, com apresentação dos conceitos utilizados na pesquisa e dos resultados encontrados. Foram disponibilizadas imagens do seu conteúdo no Apêndice A.

Tema

Jovens mulheres na Educação Profissional

Apresentação

A desigualdade de gênero no mundo do trabalho já é um fator conhecido pela sociedade e algumas ações já existem para reduzi-la. No entanto, ainda existem lacunas no que se refere à educação profissional, uma etapa que se tornou historicamente importante para a inserção da população economicamente desfavorecida no mundo produtivo.

Diante de tal constatação, nasce a pesquisa científica que embasa o presente curso, na busca de compreender os mecanismos de inclusão socioprofissional das jovens mulheres que cursam a educação profissional. Compreender também, como são geradas desigualdades de gênero é essencial para superá-las e, por este motivo, a proposta aqui apresentada visa fornecer instrumentos para conhecimento do arcabouço teórico que embasou a pesquisa científica preliminar - bem como seus resultados - e estímulos para construção das conclusões.

Objetivos

Objetivo Geral: contribuir para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional.

Objetivos específicos:

- Analisar como as desigualdades impactam nas escolhas e trajetórias femininas.
- Compreender os principais percursos históricos que delinearam a inserção sócio-profissional das mulheres na contemporaneidade.

Caracterização

Público pretendido: jovens estudantes da Educação Profissional em Institutos Federais.

Formato: Curso MOOC (Curso Online Aberto e Massivo, do inglês Massive Open Online Course), hospedado na plataforma Sapium.

Carga horária: 20 horas

Estrutura do curso

O curso inicia-se com o módulo de boas-vindas para as participantes e o “Vamos nos re-conhecer”, um estímulo para que façam comentários, onde podem deixar informações sobre si e visualizar informações de outras participantes.

O Módulo “O que é feminismo” é aberto por uma apresentação preparada pela autora com alguns mitos do senso comum sobre feminismo, uma rápida explicação sobre a História do movimento no Brasil (primeira, segunda e terceira onda) e o destaque para alguns termos importantes. A explicação é finalizada com um vídeo de Chimamanda Ngozi Adichie, muito elucidativo sobre o que significa ser feminista. Na sequência, há a primeira parte da série “Construindo uma playlist feminista” que conta com a música “Sou Mulher” de Lilian.

No Módulo “A mulher que (re)existe na Educação Profissional e Tecnológica”, são apresentados o texto “A história da educação feminina” de Fernanda Fernandes e uma apresentação com os gráficos de participação feminina no campus Salvador. Tratam-se dos mesmos gráficos já produzidos na presente dissertação e expostos no ítem 6.1. A série “Criando uma playlist feminista” traz a música “Triste, louca ou má” interpretada por Francisco, el hombre.

Já no módulo “Derrubando muros no mundo do trabalho” há um quadro interativo criado pela autora com algumas mulheres que realizaram feitos importantes nas carreiras de Engenharias, Tecnologias e Ciências. Muitas das mulheres representadas ainda estão em atividade na contemporaneidade, mas existem também figuras históricas que desbravaram áreas muito tempo atrás. A série “Criando uma playlist feminista” propõe uma reflexão sobre o mundo do trabalho e as mulheres trans, através da música “Oração” de Linn da Quebrada.

Já o módulo “Enegrecer o feminismo” fala especificamente sobre movimentos de mulheres negras, considerando as interseccionalidades entre raça e gênero - embora as referências apresentadas ao longo dos módulos anteriores já sejam de mulheres negras, em sua maioria. Nele consta uma explicação sobre o feminismo negro a partir de um vídeo com falas de Djamilia Ribeiro e uma cena da série “Coisa

mais linda” na qual acontece a discussão entre uma mulher branca e uma mulher negra. A série “Criando uma playlist feminista” propõe a reflexão a partir da música “Um corpo no mundo” de Luedji Luna.

No Módulo “Finalização do Curso”, haverá a produção de textos escritos pelas cursistas que desejarem obter um certificado, descrevendo suas aprendizagens ao longo do curso e relacionando-as às suas narrativas de vida. Não se trata aqui de uma mera reprodução de conteúdo ou de uma estrita autobiografia, a proposta para o momento é o exercício de uma *escrevivência*, conceito baseado na obra de Conceição Evaristo. Segundo a autora:

A Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno (EVARISTO, 2020, p. 35).

Isso significa que o ato de escrever sobre si busca referências na coletividade, em relacionar suas histórias e a de seus ancestrais. A sugestão que se apresenta para as jovens é escrever seus relatos enquanto estudantes da educação profissional, bem como suas trajetórias na sociedade, relacionando suas experiências com aquelas vividas pelas outras mulheres ao seu redor. É escrever sobre suas dores e conquistas, percebendo-as inseridas num contexto muito maior de produção e reprodução das desigualdades.

7.2 E-book - Escrevivências de Jovens mulheres da Educação Profissional

Como exposto acima, a finalização do curso implica em um processo reflexivo sobre as trajetórias individuais realizadas no âmbito de uma coletividade. Ao escrever sobre suas vidas, desafios e redes de apoio, as jovens criarão pontes entre si e suas ancestralidades, bem como com as suas contemporâneas.

Considerando que “a Escrevivência não é uma escrita narcísica, pois não é uma escrita de si, que se limita a uma história de um eu sozinho, que se perde na solidão de Narciso” (EVARISTO, 2020, p. 38) e a importância de devolver tais reflexões para as novas gerações que virão, pois “a nossa imagem, o nosso corpo, é potência para acolhimento de nossos outros corpos” (EVARISTO, 2020, p. 39), os textos serão organizados em uma coletânea para inspiração e fruição de todas aquelas tocadas pela temática.

Após os processos de revisão e editoração gráfica, a coletânea será disponibilizada em formato de e-book, e submetida à aprovação pela Editora do IFBA, com a finalidade de publicação nos meios oficiais e divulgação para acesso livre e gratuito da comunidade acadêmica.

8. ENSAIANDO ALGUMAS CONCLUSÕES

Ao longo da presente pesquisa foi seguido o objetivo de compreender a participação feminina no IFBA e ele foi alcançado por meio das mais diversas formas. Ficou nítido como os documentos institucionais silenciam sobre a temática de gênero e, o que é silenciado também é um dado. Demonstra-se o quanto é incômodo perceber que as questões de gênero não são tratadas na maioria dos documentos institucionais do IFBA, visto que geralmente são utilizados termos genéricos, sob a suposta cobertura das diversidades ou da inclusão, inexistindo ações definidas em sua direção.

No momento em que o primeiro documento define conceitos, metas e estratégias para a implementação, há ali um compromisso expresso com a superação do machismo estrutural e uma mensagem de comprometimento com a luta das mulheres. Como a publicação e defesa desta dissertação acontecem quase simultaneamente com a aprovação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual não há como visualizar a sua chegada na vida institucional e se será efetivada no cotidiano. No entanto, espera-se que - no mínimo - aconteça com brevidade a recomendada revisão em todos os documentos e este acordo possa estar presente em todas as instâncias da instituição.

Um elemento que não estava previsto na metodologia da pesquisa mostrou-se revelador. As três reportagens do Jornal Correio sobre o assédio sexual no IFBA ganharam um novo destaque após a leitura de todos os documentos institucionais e puderam ser analisadas na riqueza de detalhes que apresentam. A leitura dos relatos de estudantes e a exposição de fatos ligados a eles por outras mulheres trouxe um olhar mais sensível para a pesquisa. Não raro, o olhar da sororidade pode ler as dores em alguns trechos - e, como acontece de forma muito comum, se identificar com situações já vividas.

Nota-se como os casos de assédio sexual no IFBA são um silêncio gritante e o quanto impactam na vida das mulheres que vivem na instituição. A questão não pode ser considerada pontual, ela é corriqueira, e reveladora da complexidade das questões de gênero na instituição. Para além do assédio, ainda existem o machismo na sala de aula, a falta de formação do corpo de servidores, a ausência do tema e a desqualificação do debate como se fosse ligado a problemas individuais - e menos importantes por isso.

Os gráficos produzidos a partir da Plataforma Nilo Peçanha demonstram como as trajetórias históricas perpetuam-se no IFBA: na participação das mulheres nos cursos, a configuração atual não foge à tendência já observada na década de 70, apesar de todos os avanços alcançados pela sociedade nesse período. Os dados da pesquisa também apontam para a necessidade de um olhar sistematizado para a evasão, com critérios de acompanhamento dos seus índices e das causas. Com as inconsistências no SUAP, o levantamento de dados foi prejudicado pelos erros originários na fonte e o monitoramento fica ainda mais comprometido.

É necessário investir esforços para que os sistemas tenham dados confiáveis e que busquem trazer o máximo de informações possíveis para embasar a compreensão da realidade. A demanda é urgente e impacta na vida de todos os campi e Reitoria, de todos os gestores, e de todas e todas que pretendem debruçar-se para oferecer novas perspectivas de solução dos problemas encontrados na instituição.

Por fim, e ainda mais importante, é a proposta de uma perspectiva interseccional para compreender a realidade complexa dos sujeitos que vivenciam o IFBA. Alguns caminhos já foram vislumbrados anteriormente por pesquisadoras e alguns deles são: criação de Núcleos de Estudos Interdisciplinares sobre Gênero; implementação de política de enfrentamento às desigualdades; formação continuada sobre diversidade; organização e acompanhamento dos indicadores acadêmicos e observatório de egressos com foco no quesito gênero.

É necessário olhar para o machismo e o racismo atravessando as práticas educativas cotidianamente e os efeitos perversos disso na vida das jovens estudantes. O olhar precisa ser compreensivo, mas também de enfrentamento, para que a instituição seja um lugar de combate permanente às desigualdades sociais, pois o

IFBA é um lugar de transformação da vida de jovens e esta é uma premissa constatada desde o início da sua atuação.

Gerações vêm sendo marcadas pela formação humana e pela inserção sócio-profissional possibilitada pelo Instituto Federal da Bahia que nele guarda sementes de mudanças e árvores de resultados, abrindo o mundo inteiro como campo de possibilidades das meninas e dos meninos que atravessam seus muros.

9. REFERÊNCIAS

A CARNE. Intérprete: Elza Soares. Compositor: Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti. *In: DO CÓCCIX até o Pescoço*. Intérprete: Elza Soares. [S. l.]: Maianga, 2022. (03:39).

ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária ?** Tese (Doutorado em Sociologia). 2007. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima e FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERNADIM, Márcio Luiz e SILVA, Monica Ribeiro da. Juventude, escola e trabalho: sentidos da educação profissional integrada ao Ensino Médio. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.32, n.01, p. 211-234, janeiro-março/2016.

BORGES, Thais. “A sala de aula é um espaço de poder que reverbera opressões de gênero e raça’, diz pesquisadora.” **Jornal Correio**, Salvador, 07 de agosto de 2021. 2021a. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/salvador/a-sala-de-aula-e-um-espaco-de-poder-que-reverbera-opressoes-de-genero-e-raca-diz-pesquisadora-0821>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

BORGES, Thais. “Passei meses sem conseguir ir à escola até perder o ano’, diz vítima de assédio sexual no Ifba.” **Jornal Correio**, Salvador, 07 de agosto de 2021. 2021b. Disponível em <https://www.correio24horas.com.br/salvador/passei-meses-sem-conseguir-ir-a-escola-ate-perder-o-ano-diz-vitima-de-assedio-sexual-no-ifba-0821>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

BORGES, Thais. Na sala com machistas: como casos de assédio sexual no Ifba refletem cultura histórica na escola. **Jornal Correio**, Salvador, 07 de agosto de 2021.

Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/na-sala-com-machistas-como-casos-de-assedio-sexual-no-ifba-refletem-cultura-historica-na-escola/>. Acesso em 07 de agosto de 2021.

BRASIL. Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. 4ª edição. Disponível em <http://cnct.mec.gov.br/>. Acesso em 15 de dezembro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em 01 de setembro de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em 19 de junho de 2023.

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica**: concepções e diretrizes. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em 01 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 15 de junho de 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 15 de junho de 2023.

BRASIL. **Resolução CNS nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

BRASIL. **Resolução nº 2, de 15 de dezembro de 2020**. Aprova a quarta edição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2-de-15-de-dezembro-de-2020-294347656>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

BRITO, Sonia Maria de Souza. **Formação técnica, profissão professora**: expressões identitárias das estudantes da ETFBA, na década de 1970. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BRUSCHINI, Maria Cristina. **Trabalho das mulheres no Brasil**: continuidades e mudanças no período 1985 – 1995. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CIAVATTA, Maria e RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

CONCEIÇÃO, Caliane Costa dos Santos da. **Histórias de vida de professoras negras da educação profissional no IFBA**: E eu, eu não sou uma cientista? Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2021.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. **Ofício nº 86/2020 - CONIF, de 25 de março de 2020**. Resposta ao Ofício Circular SEI 971/2020/ME - Processo nº 19975.109235/2020-29. Brasília, DF: CONIF. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/coronavirus/outros-documentos/oficio-no-862020-conif.pdf/view>. Acesso em 13 de setembro de 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

DAYRELL, Juarez. A Trajetória do Observatório da Juventude da UFMG. *In*: DAYRELL, Juarez (Org.). **Por uma pedagogia das juventudes**: experiências educativas do Observatório da Juventude da UFMG. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2016.

DRUMONT, Mary Pimentel. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, São Paulo, n. 3, p. 81-85, 1980.

EVARISTO, Conceição. A Escrivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima e NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). **Escrivência**: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FERNANDES, Fernanda. A história da educação Feminina. MultiRio, Rio de Janeiro, 07 de março de 2019. Disponível em: <http://multirio.rio.gov.br/index.php/reportagens/14812-a-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-feminina>. Acesso em: 26 de dezembro de 2020.

FERRAZ, Maiusa. **Educação profissional**: entre o acesso e a exclusão. Curitiba: CRV, 2021. – Coedição: Salvador: EDIFBA, 2021.

GARCIA, Leila Posenato e BOING, Antônio Fernando. Desafios para a sustentabilidade dos periódicos científicos brasileiros e do Programa SciELO. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2021, v. 26, p. 5183-5186. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.10652021>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 38-51.

GROPPO, Luís Antonio. **Juventude**: ensaios sobre sociologia e história da juventude moderna. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, Florianópolis, v. 12, n. 1, jan./jul., 2015.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 10-34.

IBGE. Censo 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>. Acesso em 11 de dezembro de 2023.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação: 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em 29 de março de 2024.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. E-book. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>.

IFBA. Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024. Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/pdi-2020-2024>. Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

IFBA. Portaria nº 980/2017. Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/anexo-menu-institucional/portarias-gabinete-2017/portaria-980-normatizar-uso-do-fardamento/view>. Acesso em 27 de abril de 2023.

IFBA. **Projeto Pedagógico Institucional**. Salvador: IFBA, 2013. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/proen/PPIIFBA.pdf>. Acesso em 06 de fevereiro de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/ IFBA nº 79, de 26 de outubro de 2022**. Aprova a Política de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2022/res-consup-ifba-no-79-de-26-10-2022-2013-aprova-a-politica-de-arte-e-cultura-do-ifba/view>. Acesso em 19 de junho de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/ IFBA nº 80, de 26 de outubro de 2022**. Aprova o Plano decenal de Arte e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da

Bahia (IFBA) para o interstício 2022- 2031. Disponível em : <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2022/res-consup-ifba-no-80-de-26-10-2022-aprova-o-plano-decenal-de-arte-e-cultura-do-ifba-para-o-intersticio-2022-2031>. Acesso em 19 de junho de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/IFBA nº 22, de 03 de outubro de 2017**. Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/proen/doc/resolucao-no-22-de-03-10-2017-normatizacao-para-o-uso-do-nome-social.pdf>. Acesso em 27 de abril de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/IFBA nº 22, de 21 de março de 2018**. Disponível em https://portal.ifba.edu.br/proen/resolucoes/resolucao22de2018_politica_de_formacao_docente. Acesso em 19 de junho de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/IFBA nº 25, de 23 de maio de 2016**. Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/proen/resolucoes/resolucao-no-25-de-23-de-maio-de-2016/view>. Acesso em 27 de abril de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/IFBA nº 30, de 12 de dezembro de 2017**. Disponível em : <https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2017/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia.pdf/view>. Acesso em 27 de abril de 2023.

IFBA. **Resolução CONSUP/IFBA nº 98, de 12 de julho de 2023**. Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/institucional2/consup/resolucoes-2023/res-consup-ifba-no-98-de-12-07-2023-2013-institui-a-politica-interseccional-de-prevencao-e-enfrentamento-ao-assedio-sexual-e-moral-do-ifba>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

IFBA. SEI – Sistema Eletrônico de Informações. Proposta de criação e implementação da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Sexual no IFBA – Disponível em: http://sei.ifba.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador 1686160 e o código CRC 725FE493. Acesso em 16 de junho de 2023.

INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 23 de junho de 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2 ed. Brasília, 2012. *E-book*.

KUENZER, Acacia e GRABOWSK, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. **HOLOS**, ano 32, v. 6, p. 22-32, 2016.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n.3, p. 883 – 903, setembro-dezembro/2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-**

estruturalista. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação dos professores para a EPT e PROEJA. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 116, p. 689-704, jul.-set. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Plataforma Nilo Peçanha**. Base de Dados Versão Tableau. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em 10 de outubro de 2021.

MIRANDA, Vanessa Mutti de Carvalho. Lugar de mulher é na Eletromecânica. In: 1º Encontro Nacional de Mulheres do SINASEFE, Caderno de Teses, 23 e 25 de março de 2018. Disponível em: <https://sinasefe.org.br/mulheres/2018/03/22/comeca-amanha-o-encontro-de-mulheres-do-sinasefe/> Acesso em 01 de novembro de 2022.

MOTA, Luzia Matos. Negras reitorias: análise sobre a gestão de políticas de igualdade racial no IFBA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 13, n. 37, p. 652-672, jun./ago. 2021. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1278>. Acesso em: 12 de dezembro de 2023.

NASCIMENTO, Bianca Barreto do. **Racismo, saúde e mulher negra no IFBA: impactos nos estudos, reflexos na vida**. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal da Bahia, Salvador, 2021.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5, n. 1, p.68-77, jul./dez. 2011.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de. **Elogio da diferença: o feminino emergente**. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/3150>. Acesso em 30 de junho de 2023.

PEREIRA, Jorge Luiz de Goes e SOUZA, Fátima Cruz. Formação de Técnico em Agropecuária no Brasil e na Espanha: Projetos de vida da juventude rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural** [online]. 2020, v. 58, n. 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.202404>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

POLÍCIA FEDERAL DEFLAGRA... Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/07/policia-federal-deflagra-operacao-corretivo-para-investigar-servidor-por-assedio-sexual>. Acesso em 16 de junho de 2022.

PRADA, Talita Prada e SURDINE, Mônia Carla da Costa. A assistência estudantil nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Ser Social**. Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018, p. 268-289.

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro**. Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social). 2011. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RIOS, Elane Nardotto. **Manuscritos Feministas-Femininos**. Salvador: EDIFBA, 2020.

RIOS, Elane Nardotto. **Ser Sentir (Des)Construir Mulher**. Ibicaraí: Via Litterarum, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Petrópolis, Vozes, 1976.

SAFFIOTI, Heleieth Lara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios FLACSO-Brasil [online], p. 1-44, junho /2009. Disponível em: <https://flacso.org.br/serie-estudos-e-ensaios/>. Acesso em 01 de novembro de 2022.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 32 ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 20, número 2, p.71 – 99, julho/dezembro 1995.

SILVA, Amanda Alves da. **Refletindo a produção dos estudos sobre mulheres, gênero e feminismo na interface aos estudos de raça e racismo nos cursos de pós graduação da Universidade Federal da Bahia**. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo). 2021. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. Encontros nos territórios: escola, tecnologias juvenis e gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 171, p. 180-202, jan./mar. 2019.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SPOSITO, Marília Pontes. Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil: institucionalização tradicional e novos significados. **JOVENes, Revista de Estudos sobre Juventud**, México, ano 9, n. 22, p 201-227, janeiro-junho/2005.

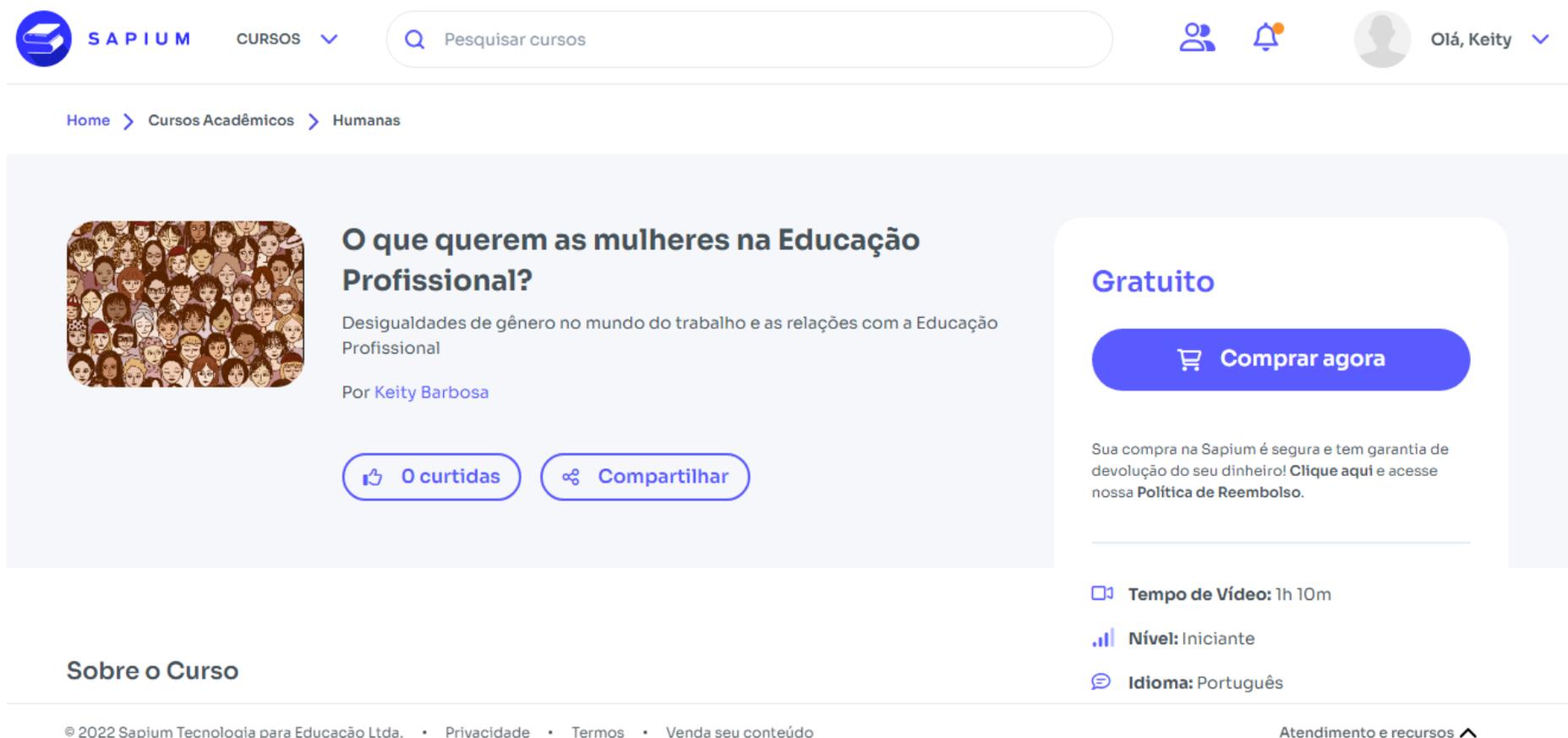
VELHO, Léa e LEON, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 10, p.309-344, 1998.

VIELMO, Paula. **“A legislação não permite, você tá ensinando isso?”: uma investigação feminista antirracista sobre aborto no currículo do curso técnico em enfermagem do IFBA - campus Barreiras**. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Produto Educacional

Curso “O que querem as jovens mulheres na Educação Profissional?”



The screenshot shows the Sapium website interface. At the top, there is a navigation bar with the Sapium logo, a 'CURSOS' dropdown menu, a search bar containing 'Pesquisar cursos', and user icons for profile, notifications, and a user named 'Olá, Keity'. Below the navigation bar is a breadcrumb trail: 'Home > Cursos Acadêmicos > Humanas'. The main content area features a course card with a collage of diverse people's faces as a thumbnail. The course title is 'O que querem as mulheres na Educação Profissional?' and the subtitle is 'Desigualdades de gênero no mundo do trabalho e as relações com a Educação Profissional'. It is authored by 'Keity Barbosa'. There are buttons for '0 curtidas' and 'Compartilhar'. To the right of the course card is a white box with a blue 'Gratuito' label and a blue 'Comprar agora' button with a shopping cart icon. Below this box, it states: 'Sua compra na Sapium é segura e tem garantia de devolução do seu dinheiro! Clique aqui e acesse nossa Política de Reembolso.' Below the course card, there is a 'Sobre o Curso' section. At the bottom right of the white box, there are three icons with text: a video icon for 'Tempo de Vídeo: 1h 10m', a bar chart icon for 'Nível: Iniciante', and a speech bubble icon for 'Idioma: Português'. The footer contains copyright information: '© 2022 Sapium Tecnologia para Educação Ltda. • Privacidade • Termos • Venda seu conteúdo' and a link for 'Atendimento e recursos' with an upward arrow.

SAPIUM CURSOS Olá, Keity

[Home](#) > [Cursos Acadêmicos](#) > [Humanas](#)

 **O que querem as mulheres na Educação Profissional?**
Desigualdades de gênero no mundo do trabalho e as relações com a Educação Profissional
Por [Keity Barbosa](#)

Gratuito

Sua compra na Sapium é segura e tem garantia de devolução do seu dinheiro! [Clique aqui](#) e acesse nossa [Política de Reembolso](#).

Tempo de Vídeo: 1h 10m

Nível: Iniciante

Idioma: Português

Sobre o Curso

© 2022 Sapium Tecnologia para Educação Ltda. • [Privacidade](#) • [Termos](#) • [Venda seu conteúdo](#) [Atendimento e recursos](#)



SAPIUM

CURSOS ▾



Olá, Keity ▾

Sobre o Curso

A desigualdade de gênero no mundo do trabalho já é um fator conhecido pela sociedade e algumas ações já existem para reduzi-la. No entanto, ainda existem lacunas no que se refere à educação profissional, uma etapa que se tornou historicamente importante para a inserção da população economicamente desfavorecida no mundo produtivo.

Diante de tal constatação, nasce a dissertação de mestrado que originou o presente curso, na busca de compreender os mecanismos de inclusão socioprofissional das jovens mulheres que cursam a educação profissional. Compreender também, como são geradas desigualdades de gênero é essencial para superá-las e, por este motivo, a proposta aqui apresentada visa fornecer instrumentos para conhecimento do arcabouço teórico que embasou a pesquisa científica preliminar - bem como seus resultados - e estímulos para construção das conclusões.

 **Idioma:** Português

 Acesso por 5 anos

 [Assista aulas de demonstração](#)

O que você vai aprender?

- ✓ Contribuir para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional.
- ✓ Analisar como as desigualdades impactam nas escolhas e trajetórias femininas.
- ✓ Compreender os principais percursos históricos que delinearam a inserção sócio-profissional das mulheres na contemporaneidade.

O que querem as mulheres na Educação Profissional?

Desigualdades de gênero no mundo do trabalho e as relações com a Educação Profissional

Para quem este curso é ideal?

Jovens estudantes da Educação Profissional em Institutos Federais.

Pré-requisitos

Não há pré-requisitos para este curso.

Conteúdo

Gratuito

 **Comprar agora**

Sua compra na Sapium é segura e tem garantia de devolução do seu dinheiro! **Clique aqui** e acesse nossa **Política de Reembolso**.

O que querem as mulheres na Educação Profissional?

Desigualdades de gênero no mundo do trabalho e as relações com a Educação Profissional

Conteúdo

- ▼ Bem-vindas!  1 aula  0m
- ▼ O que é feminismo ?  3 aulas  32m 44s
- ▼ A mulher que (re)existe na Educação Profissional e Tecnológi...  3 aulas  04m 30s
- ▼ Derrubando muros nas carreiras de Engenharias, Tecnologia...  2 aulas  06m

Gratuito

 [Comprar agora](#)

Sua compra na Sapium é segura e tem garantia de devolução do seu dinheiro! [Clique aqui](#) e acesse nossa [Política de Reembolso](#).



SAPIUM

CURSOS ▾



Olá, Keity ▾

O que querem as mulheres na Educação Profissional?

Desigualdades de gênero no mundo do trabalho e as relações com a Educação Profissional



Enegrecer o feminismo



3 aulas



27m 42s



Finalização do Curso



2 aulas



0m

Gratuito **Comprar agora**

Sua compra na Sapium é segura e tem garantia de devolução do seu dinheiro! **Clique aqui** e acesse nossa **Política de Reembolso**.

Avaliações

0.00

0 avaliações

A desigualdade de gênero no mundo do trabalho já é um fator conhecido pela sociedade e algumas ações já existem para reduzi-la. No entanto, muito pouco é notado no que se refere à educação profissional, uma etapa que se tornou historicamente importante para a inserção da população economicamente desfavorecida no mundo produtivo. É para auxiliar no enfrentamento a tal desigualdade entre que surge o curso "O que querem as mulheres na Educação Profissional", com o objetivo de provocar reflexões sobre a sua pergunta-título e trazer novos conhecimentos para as jovens participantes.

Compartilhe no grupo de estudos (ou nas perguntas e respostas, caso prefira) um pouco sobre quem você é para começarmos a nossa

Próximo >

Vamos nos re-conhecer

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

← [Módulos](#)

Vamos nos re-conhecer

0/1 ^

1 aula



Vamos nos re-conhecer

← O que querem as mulheres na Educação Profissional? 🕒 [Lembrete de estudo](#)

Clique aqui para verificar a apresentação, aprender um pouco sobre o que significa feminismo e desfazer alguns mitos.

[← Anterior](#) Próximo >

O que é feminismo ?

[Detalhes da aula](#)[Minhas anotações](#)[Perguntas e respostas](#)

ConteúdoChat de aula

Progresso do curso: 0%

← [Módulos](#)

O que é feminismo ? 0/1 ^

1 aula

☰O que é feminismo ?

Todos nós deveríamos ser feministas | ... 0/1 v

1 aula (30 minutos e 16 segundos)

Criando uma playlist feminista 0/1 v

1 aula (2 minutos e 28 segundos)

O que é
feminismo?

É o que dizem por aí?

Você já deve ter escutado frases como :
"Não sou feminista, sou feminina" ou
"Não acredito em feminismo, acredito que
homens e mulheres são iguais"
"Não posso ser feminista porque gosto de me
maquiagem, depilação e salto alto"

Será que isso faz realmente algum sentido ?



As frases citadas carregam um misto de preconceito e falta de conhecimento. Embora questões estéticas, por exemplo, possam fazer parte do debate, o movimento feminista é muito mais amplo. Ele fundamenta-se em teorias e ativismo político-social ao longo de séculos na História da humanidade.

Afinal, o que é?

Para começar, vamos adotar um conceito bem simplificado:

O Feminismo é um movimento que luta por uma sociedade igualitária em direitos, na qual ser mulher não signifique ser vítima de opressão e exclusão.

Você encontra uma excelente explicação no discurso "Todos nós deveríamos ser feministas" de Chimamanda Ngozi Adichie, disponibilizado aqui mesmo no Módulo 1 do curso.

Fases do feminismo no Brasil

È comum estudar o histórico do feminismo a partir das chamadas ondas. Elas são um recurso didático interessante para a compreensão, mas é sempre bom ressaltar que a divisão não é tão fixa e os temas apareceram ao longo da História em diversos momentos, sendo alguns registrados como prioridade no momento e outros não. As ondas feministas aconteceram no mundo todo, e estão expostas aqui o recorte mais específico do Brasil. Você pode aprofundar a sua pesquisa em





< Anterior

Próximo >

We should all be feminists | Chimamanda Ngozi Adichie | TEDxEuston

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Devemos ser feministas? Veja uma interessantíssima palestra de Chimamanda Ngozi Adichie e reflita!

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

← [Módulos](#)

O que é feminismo ?

1 aula

0/1 ▾

Todos nós deveríamos ser feministas | ... 0/1 ▲

1 aula (30 minutos e 16 segundos)



[We should all be feminists | Ch...](#)

00:30:16

Criando uma playlist feminista

1 aula (2 minutos e 28 segundos)

0/1 ▾



< Anterior

Próximo >

LILIAN - Sou Mulher (Clipes Oficial)

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Você acredita que ser mulher depende apenas do sexo biológico no nascimento? Que tal pensar um pouco sobre como você vivencia a condição de ser mulher? Escute a música "Sou Mulher" da cantora Lilian para lhe inspirar! Sou Mulher (Lilian) Mulher, tua força impulsiona O teu não é

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

< [Módulos](#)

O que é feminismo ?

1 aula

0/1 ▾

Todos nós deveríamos ser feministas | ...

1 aula (30 minutos e 16 segundos)

0/1 ▾

Criando uma playlist feminista

1 aula (2 minutos e 28 segundos)

0/1 ▲



[LILIAN - Sou Mulher \(Clipes Ofic...](#)

00:02:28



Comportamento | Gênero | Educação | Professor

A história da educação feminina

[multirio.rio.gov.br/index.php/repontgens/14312-a-historia-da-educacao-feminina4](#) 1/13

< Anterior Próximo >

A história da educação feminina (1).pdf

Detalhes da aula | Minhas anotações | Perguntas e respostas

No segundo módulo, vamos falar sobre mulheres na Educação de uma forma geral e depois mais especificamente na Educação Profissional e Tecnológica. Para tanto, vamos começar o texto "A História da Educação Feminina" escrito por Fernanda Fernandes.

Conteúdo | Chat de aula

Progresso do curso: 0%

< [Módulos](#)

A História da Educação Feminina 0/1 ^

1 aula

 **A história da educação feminina (1).pdf**

Gráficos sobre o campus Salvador 0/1 v

1 aula

Criando uma playlist feminista 0/1 v

1 aula (4 minutos e 30 segundos)

[← O que querem as mulheres na Educação Profissional?](#) 🕒 [Lembrete de estudo](#)

Verifique agora a apresentação com alguns gráficos que foram produzidos na pesquisa "Jovens Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: Problematizações sobre gênero no IFBA-Campus Salvador." A pesquisa consta na dissertação de mestrado que originou o presente curso.

Os gráficos trazem todos os cursos integrados (Ensino Médio articulado com a Educação Profissional e Tecnológica) ofertados atualmente pelo Instituto Federal da Bahia - campus Salvador.

O que você compreende dos gráficos? As mulheres participam dos cursos em um número esperado? Em quais áreas elas estão mais concentradas? Você acredita que os números dos gráficos têm alguma relação com a participação das mulheres no mercado de trabalho?

[← Anterior](#) [Próximo >](#)

Gráficos sobre o campus Salvador

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Conteúdo Chat de aula

Progresso do curso: 0%

[← Módulos](#)

A História da Educação Feminina 0/1 ∨
1 aula

Gráficos sobre o campus Salvador 0/1 ∧
1 aula

 **Gráficos sobre o campus Salvador**

Criando uma playlist feminista 0/1 ∨
1 aula (4 minutos e 30 segundos)

Gráficos de participação feminina no IFBA - campus Salvador

As informações a seguir foram extraídas do SUAP - Sistema Unificado de Administração Pública, onde ficam registrados os dados dos estudantes do Instituto Federal da Bahia.

Os Gráficos trazem os dados do campus Salvador no período de 2017 a 2021.

Foram levantadas as matrículas em todos os cursos integrados (Ensino Médio articulado com a Educação Profissional e Tecnológica): Técnico em Automação Industrial, Técnico em Edificações, Técnico em Eletrônica, Técnico em Eletrotécnica, Técnico em Geologia, Técnico em Mecânica, Técnico em Química, Técnico em Refrigeração e Climatização.



< Anterior

Próximo >

Francisco, el Hombre - Triste, Louca ou Má (OFICIAL)

Detalhes da aula Minhas anotações Perguntas e respostas

O que te define? Como os rumos que você escolhe para a sua vida são atravessados pelo que se espera de uma mulher? Você acata as restrições ou rompe com os limites? Para provocar seus pensamentos, escute a música "Triste, Louca ou Má", de Francisco el Hombre. "Triste, Louca ou Má" é uma música que fala sobre a vida de uma mulher que se liberta dos limites impostos por uma sociedade machista.

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

< Módulos

A História da Educação Feminina 0/1 ▾
1 aula

Gráficos sobre o campus Salvador 0/1 ▾
1 aula

Criando uma playlist feminista 0/1 ▲
1 aula (4 minutos e 30 segundos)



Francisco, el Hombre - Triste, L...
00:04:30

Considerando que você já conseguiu entender a importância do feminismo e perceber como as desigualdades estão presentes em todos os aspectos da vida social, inclusive na educação, aqui pretende-se pensar sobre o mundo do trabalho.

A ideia é mostrar que as mulheres podem e devem assumir a carreira que quiserem. Os desencorajamentos que acontecem no caminho são formas do patriarcado continuar tentando impor suas regras de subordinação feminina, mas muitas mulheres estão quebrando as barreiras e chegando nos postos que desejam. E, quanto mais mulheres chegam no topo, mais outras mulheres são inspiradas as chegarem também. A luta de cada uma é parte importante na construção da luta coletiva; quanto mais mulheres ascendem, mais abrem-se os caminhos para aquelas que ainda

[← Anterior](#)[Próximo >](#)

Mulheres derrubando barreiras nas carreiras de Engenharias, Tecnologias e Ciências

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Peruntas e respostas](#)

[Conteúdo](#)[Chat de aula](#)

Progresso do curso: 0%

[← Módulos](#)

Derrubando muros nas carreiras de En... 0/1 
1 aula



Mulheres derrubando barreiras nas carreiras de Engenharias, T...

Criando uma playlist feminista 0/1 
1 aula (6 minutos)

Padlet

Keity Barbosa • 10M

Mulheres derrubando barreiras nas carreiras de Engenharias, Tecnologias e Ciências

Jaqueline Goes de Jesus



Jaqueline é biomédica e Doutora em Patologia Humana. "A cientista brasileira integrou a equipe que mapeou os primeiros genomas do novo coronavírus (SARS-CoV-2) no Brasil em apenas 48 horas após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no país. A médica

Nina Silva



Nina Silva ganhou o prêmio de a Mulher Mais Disruptiva do Mundo pelo Women in Tech Global Awards 2021, premiação voltada a mulheres atuantes na tecnologia e na inovação. Nina é CEO do Movimento Black Money, uma plataforma de empreendedorismo, que conecta pessoas negras - marketplace e consumidores - além de ofertar ações de

Mary Spio



"Mary é engenheira Deep Space e fundadora/CEO da empresa CEEK Realidade Virtual, criou tecnologias e soluções de conteúdo para gigantes globais como Lucas Filmes, Universal Music, Hospital Infantil de Miami, Microsoft XBOX, Facebook, Clear Channel e Boeing. Mary também faz parte da equipe

Ada Lovelace



Ada Lovelace foi uma matemática que escreveu o primeiro algoritmo do mundo e, assim, pode ser considerada a pioneira na programação.
<http://www.ime.unicamp.br/~apmat/ada-lovelace/>

1

Adicionar comentário

Marie Curie



Marie Curie foi a primeira pessoa que ganhou dois prêmios Nobel, em 1903 e 1911, além de ser a primeira mulher a ganhar um. Seus destaques foram na área de Física e Química, com estudos sobre radioatividade e a consequente



Linn da Quebrada - Oração (Clípe Oficial)

Assistir m... Compartilh...

Assistir no YouTube

< Anterior Próximos >

Linn da Quebrada - Oração (Clípe Oficial)

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

O mundo do trabalho é desafiador para as mulheres. Para as mulheres trans, muitas vezes ele torna-se inacessível ou inexistente e, quando acontece, é marcado pela discriminação e o preconceito. Vamos refletir sobre isso? Proponho que você escute a música "Oração" de Linn da

Conteúdo Chat de aula

Progresso do curso: 0%

< Módulos

Derrubando muros nas carreiras de En... 0/1 ▾
1 aula

Criando uma playlist feminista 0/1 ▲
1 aula (6 minutos)

 [Linn da Quebrada - Oração \(Clípe Oficial\)](#)
00:06:00

Sojourner Truth (1797-1883) foi uma mulher escravizada nos Estados Unidos e participou das lutas abolicionistas e pelos direitos das mulheres. Em um discurso atribuído a ela é perceptível a diferença de realidade entre as mulheres brancas e as mulheres negras desde a sua época no século XVIII, embora nenhuma delas estivesse em situação confortável: enquanto as brancas permaneciam limitadas em espaços privados; ser explorada para o trabalho braçal e fora da residência já era uma realidade para negras. Veja como ela descreve a sua vivência:

“Posso falar algumas poucas palavras? Quero dizer umas poucas palavras sobre a questão. Eu sou o direito da mulher. Tenho músculos como qualquer homem, e realizo tanto trabalho

< Anterior

Próximo >

Enegrecer o feminismo

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

< [Módulos](#)

Quem tem medo do feminismo negro? 0/2 
2 aulas (20 minutos e 10 segundos)

 [Enegrecer o feminismo](#)

 Djamila Ribeiro explica "Quem ..."
00:20:10

Cena da série "Coisa mais linda" 0/1 
1 aula (49 segundos)

Criando uma playlist feminista



< Anterior

Próximo >

Djamila Ribeiro explica "Quem tem medo do feminismo negro?" | Conversações com Autorxs | Rede Minas

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

< [Módulos](#)

Quem tem medo do feminismo negro? 0/2 ^

2 aulas (20 minutos e 10 segundos)



Enegrecer o feminismo



Djamila Ribeiro explica "Quem ...

00:20:10

Cena da série "Coisa mais linda"

1 aula (49 segundos)

0/1 v

Criando uma identidade feminista



Eu deixei meu filho
casa da minha mãe

00:49

Anterior Próximo

Cena da série da Netflix "Coisa mais linda" - Malú e Adélia

Detalhes da aula Minhas anotações Perguntas e respostas

A discussão entre as personagens Malú e Adélia expressa que as lutas das mulheres existem, mas o quanto elas foram e são travadas em frentes diferentes por brancas e negras.

Conteúdo Chat de aula

Progresso do curso: 0%

← Módulos

Quem tem medo do feminismo negro? 0/2
2 aulas (20 minutos e 10 segundos)

Cena da série "Coisa mais linda" 0/1
1 aula (49 segundos)

 Cena da série da Netflix "Coisa...
00:00:49

Criando uma playlist feminista 0/1
1 aula (6 minutos e 43 segundos)



Luedji Luna - Um Corpo no Mundo

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

"Quando eu era pequena, muitas de minhas amigas do colégio cansavam de afirmar que o avô era italiano da cidade de não sei onde, que avó era portuguesa, que iam tirar a dupla nacionalidade. e isso sempre me aerava um incômodo. porque eu vinha de família negra. de pai

Conteúdo

Chat de aula

Progresso do curso: 0%

← [Módulos](#)

Quem tem medo do feminismo negro? 0/2 
2 aulas (20 minutos e 10 segundos)

Cena da série "Coisa mais linda" 0/1 
1 aula (49 segundos)

Criando uma playlist feminista 0/1 
1 aula (6 minutos e 43 segundos)



Luedji Luna - Um Corpo no Mu...
00:06:43

← O que querem as mulheres na Educação Profissional? 🕒 [Lembrete de estudo](#)

Prezada Cursista,

É um grande prazer saber que você chegou até aqui !

Se você tem interesse em receber um certificado de 20 horas atestando a sua participação no curso, peço que responda à atividade seguinte "Escrevivências Femininas".

Caso contrário, agradeço pela sua dedicação e espero que saia com

← Anterior Próximo >

Finalização do Curso

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)

Conteúdo Chat de aula

Progresso do curso: 0%

← [Módulos](#)

Finalização do Curso 0/1 ^

1 aula

 **Finalização do Curso**

Escrevivências Femininas 0/1 v

1 aula

Produza um texto descrevendo o que você aprendeu ao longo do curso e relacione às suas narrativas de vida. Não se trata aqui de uma mera reprodução de conteúdo ou de uma estrita autobiografia, a proposta para o momento é o exercício de uma *escrevivência*, conceito baseado na obra de Conceição Evaristo. Segundo a autora:

"A Escrevivência pode ser como se o sujeito da escrita estivesse escrevendo a si próprio, sendo ele a realidade ficcional, a própria inventiva de sua escrita, e muitas vezes o é. Mas, ao escrever a si próprio, seu gesto se amplia e, sem sair de si, colhe vidas, histórias do entorno (EVARISTO, 2020, p. 35)."

[← Anterior](#)

Escrevivências Femininas

[Detalhes da aula](#) [Minhas anotações](#) [Perguntas e respostas](#)[Conteúdo](#)[Chat de aula](#)

Progresso do curso: 0%

[← Módulos](#)

Finalização do Curso

1 aula

0/1 

Escrevivências Femininas

1 aula

0/1 

[Escrevivências Femininas](#)

APÊNDICE B - Instrumento de Validação do Produto Educacional

Prezada Pesquisadora,

Considerando a sua importante pesquisa de mestrado que aborda Gênero e Educação Profissional, venho solicitar a sua colaboração para avaliação do Produto Educacional que será parte integrante da minha dissertação de mestrado intitulada “Jovens Mulheres na Educação Profissional e Tecnológica: Problematizações sobre Gênero no IFBA – Campus Salvador” cujo objetivo é analisar a participação feminina nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, do campus Salvador.

O produto educacional é uma exigência do Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT) e trata-se de um recurso educacional que deve possuir aplicabilidade imediata e ser facilmente replicável. **A proposta é um curso MOOC disponível em plataforma digital para acesso de qualquer pessoa, em qualquer tempo, sem necessidade de tutoria. O público-alvo são jovens mulheres ingressantes - ou que desejem ingressar - na Educação Profissional.**

Certa da sua compreensão, solicito que você avalie a possibilidade de participar da Banca de Avaliação do material instrucional “Curso - O que querem as mulheres na Educação Profissional?” disponível no Moodle em uma versão de teste.

A sua participação consiste em acessar o curso, verificar os materiais e responder às 6 perguntas abaixo. Inclusive, elas podem ser respondidas apenas com sim ou não, a depender do seu julgamento.

Diante da sua resposta, em conjunto com outras pesquisadoras, a validação do Produto Educacional será analisada. O certificado da sua participação poderá ser emitido via SEI - Sistema Eletrônico de Informações, assinado por mim e pela orientadora da pesquisa, professora Mariana Fernandes do Santos.

Certa da sua compreensão e de que estamos juntas no enfrentamento às desigualdades de gênero no âmbito do IFBA, agradeço a atenção dispensada e a participação.

Atenciosamente,

Keity Barbosa Carneiro.

Mestranda do PROFEPT

Perguntas:

1. O módulo 1 propicia reflexões adequadas sobre o que é feminismo ?

2. O módulo 2 propicia reflexões sobre os obstáculos encontrados para a ascensão das mulheres na Educação?
- 3 O módulo 3 propicia reflexão sobre sucesso das mulheres e a necessidade de derrubar barreiras sociais, inclusive para acesso ao mundo do trabalho?
4. O módulo 4 propicia reflexão sobre feminismo negro e interseccionalidade?
5. A proposta de Escrivivência é possível de ser executada pelas cursistas?
6. O Curso apresentado contribui para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional?

APÊNDICE C – Respostas da Banca de Validação do Produto Educacional

O módulo 1 propicia reflexões adequadas sobre o que é feminismo ?

3 respostas

Antes de pontuar a respeito do módulo 1, insta salientar a importância do "Fórum de apresentação", espaço que possibilita nomear e conhecer os pares. Dito isso, o módulo 1 apresenta um formato versátil que possibilita a compreensão do conteúdo por diversas perspectivas (textual, audiovisual e estética), o que enriquece o material e dinamiza (assim como ocorre nos módulos seguintes).

Sim, inclusive, utiliza como referências produções que unem a complexidade do conteúdo à leveza da forma de acessar.

Sim e com uma linguagem acessível, é bom de ler seu texto, keity! Entretanto, considero necessário uma maior aproximação com um feminismo da EPT, portanto um feminismo popular. Indico Carmen Silva, de Recife, cuja tese que virou livro está disponível em: <https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/18871/1/TESE%20PPGS%202016%20-%20CARMEN%20SILVIA%20MARIA%20DA%20SILVA.pdf> (o capítulo 1); igualmente, sugiro distinguir movimento de mulheres e movimento feminista e a Carmen ajudará. Gostei demais do conceito de PATRIARCADO. Nas demais palavras, entendo que, em: MULHER - seria relevante substituir sexo biológico por genitália; INTERSECCIONALIDADE - entendo a interseccionalidade como categoria de análise ao invés de palavra. Muito bacana a playlist :)

O módulo 2 propicia reflexões sobre os obstáculos encontrados para a ascensão das mulheres na Educação?

3 respostas

Sim. Ao apresentar uma abordagem histórica é possível constatar as assimetrias de gênero enfrentadas no passado e no presente, que influenciam nas escolhas profissionais e consequente nas trajetórias de vida das mulheres.

Sim, parcialmente. Enquanto sugestão, deixaria um espaço - formulário - para que as cursistas possam escrever suas reflexões e respostas já a partir desse módulo. Outra opção é deixar um espaço para que lancem uma url, um link de uma música que as defina.

Sim! Gostei muito do texto "A história da educação feminina", inclusive porque desconhecia várias informações históricas, obrigada, Keity! Sugiro que apenas seja formatado com espaçamento menor, de modo que fique em 10 páginas e motive mais a leitura. Os gráficos também são muito expressivos de desigualdades de gênero nas profissões e portanto, cursos, mas creio que se tivesse uma ou duas perguntas, propiciaria ainda mais reflexão e pode articular com os conceitos que trouxe no módulo 1.

O módulo 3 propicia reflexão sobre sucesso das mulheres e a necessidade de derrubar barreiras sociais, inclusive para acesso ao mundo do trabalho ?

3 respostas

Sim.

Sim.

Propicia, mas me pareceu que de um ponto de vista individual, o que reforça o feminismo liberal, por isso sugiro articular a história delas e a importância para não só inspirar outras mulheres, porque às vezes falta mesmo condições para o sucesso.

O módulo 4 propicia reflexão sobre feminismo negro e interseccionalidade ?

3 respostas

Sim.

Sim. Excelente escolha de caminho para tratar da temática.

Propicia, mas para ampliar, sugiro disponibilizar o texto ou vídeo da Sueli Carneiro, bem como o artigo dela Enegrecer o feminismo, disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>

A proposta de Escrevivência é possível de ser executada pelas cursistas?

3 respostas

Sim, além de ser uma proposta interessante para refletir sobre nossa existência após as reflexões provocadas pelo curso. Certamente, serão produzidos muitos "textos-vidas" que transbordarão de corpos que jamais serão com antes.

Diante da própria concepção de escrevivência, que valoriza o processo, as experiências de cada sujeito, sim, é possível de ser executada. Entretanto, sugiro que a escrita seja processual, em atividades anteriores, de modo que esta proposta seja apenas a finalização.

É possível, pois creio que quem se interessará pelo curso terá interesse em escrever também. Sugiro que a atividade de escrevivência retome a pergunta título: o que querem as mulheres na Educação Profissional?

O Curso apresentado contribui para o fortalecimento das estratégias de enfrentamento à desigualdade de gênero no âmbito da educação profissional?

3 respostas

Arrisco dizer que o curso soma-se às estratégias para o enfrentamento à desigualdade de gênero não só no campo da educação profissional, pois traz reflexões pertinentes ao campo da educação para jovens e adultos em outras modalidades de ensino também, na medida em que provoca reflexões sobre as identidades e papéis sociais historicamente construídos e atribuídos às mulheres. Destarte, possibilita desvelar as nuances de uma estrutura de relações de poder que atravessam a sociedade, de forma dinâmica e profunda.

Sugiro abrir a possibilidade para inserção de novas músicas à playlist.

Demais! Um dos melhores caminhos para o enfrentamento às desigualdades é o processo de educar. Fortalecer o conhecimento é estratégia para enfrentar. É uma honra participar desse processo de validação, principalmente enquanto mulher negra e egressa do IFBA. Perceber a valorização de gênero e raça na Instituição em produtos educacionais, como este, me impulsiona a seguir!

Contribui, na medida em que dá luz ao problema e apresenta recursos à reflexão. Entretanto, senti falta de algum módulo que indicasse a organização coletiva como forma de fortalecimento, porque individualmente a gente sucumbe, mas se todas ou muitas se juntarem, a possibilidade de sacudir as estruturas existe. PARABÉNS PELO SEU TRABALHO, COM CERTEZA VOU DIVULGAR O CURSO!